

CIDADES: MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E NARRATIVAS

Adriana Fernandes
Lívia Morais Garcia Lima
Joana Barros
[organização]



**CIDADES: MEMÓRIAS,
HISTÓRIAS E NARRATIVAS**

Universidade Federal de São Paulo

Reitora | Raiane Patrícia Severino Assumpção

Instituto das Cidades

Diretora | Patrícia Laczynski de Souza

Vice-diretora | Giovanna Bonilha Milano

Série “Estudos Urbanos”

Coordenação | Magaly Marquez Pulhez e Ricardo Santhiago

Conselho editorial | Acácio Augusto (Unifesp), Ana Paula Alves Ribeiro (UERJ),
Andréa Casa Nova Maia (UFRJ), César Simoni Santos (USP),
Cibele Saliba Rizek (USP), Paula Freire Santoro (USP),
Tiago Maiká Muller Schwade (UFAM) e Viviane Trindade Borges (Udesc)

Imagem de capa | Thiago Pompeu
(Pinacoteca. São Paulo, 22/06/2014.)

Os textos publicados na série “Estudos Urbanos”, em sua forma e conteúdo, bem como a exatidão de referências bibliográficas e adesão às boas práticas científicas, são de inteira responsabilidade dos organizadores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Cidades: memórias, histórias e narrativas / organização: Adriana Fernandes, Joana Barros, Livia Morais Garcia Lima. – São Paulo: Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo, 2022. (Série Estudos Urbanos)

Vários Autores.

Coordenação: Magaly Marquez Pulhez e Ricardo Santhiago.

ISBN 9786587312637

1. História urbana 2. Memória social. 3. Cultura urbana. I. Fernandes, Adriana. II. Barros, Joana. III. Lima, Livia Morais Garcia. IV. Título.

CDD 307.76

Elaborado por Regina Garcia Brito – CRB 8/8895

Instituto das Cidades, Campus Zona Leste
Universidade Federal de São Paulo
v. Jacu-Pêssego, 2630
Itaquera, São Paulo - SP, 08260-001
<https://www.unifesp.br/campus/zonaleste/>

SUMÁRIO

Introdução –

Entre apagamento e memória: narrar a cidade hoje 7

Adriana Fernandes, Joana Barros e Lívia Morais Garcia Lima

A cidade nas ondas, as ondas na Cidade:

Rádio e (trans)formações urbanas em

São Paulo na primeira metade do XX 27

Matan Ankava

O samba como registro de uma história:

uma análise da letra da canção “Tradição”, de Geraldo Filme 45

Sofia Chiavacci

O chão e as águas: caminhos de uma pesquisa

acadêmica no sertão de Canudos 61

Dila Reis Mendes

Percorrendo uma Canudos de imagens:

reflexões sobre um acervo fotográfico 87

Gabriela Alves Carvalho

Quintais negros urbanos e memórias no interior paulista 105

Fabiana Oliveira Palmeira e Joana D’Arc de Oliveira

Várzea periférica: expansão urbana e produção de

campos de futebol em Belo Horizonte (1950-1960) 127

Raphael Rajão Ribeiro

Cidade e literatura: aproximações e leituras 155

Manoela Massuchetto Jazar

Autoras e autores 175

INTRODUÇÃO – ENTRE APAGAMENTO E MEMÓRIA: NARRAR A CIDADE HOJE

**Adriana Fernandes, Joana Barros
e Livia Morais Garcia Lima**

“Ler a cidade”, como sabemos, é apostar em determinadas histórias, memórias, sentidos e sujeitos. Em outros termos, para orientar o olhar e a interpretação é preciso escolher quais linhas de força seguir. No desafio de “escovar a história a contrapelo”, pelo avesso e por dentro, será preciso escavar outros acontecimentos e subjetividades barrados pelas narrativas hegemônicas. Assim, ler a vida que nas cidades toma corpo e ganha materialidade – mais como um tecido e menos como um bloco de cimento e tijolo – é que saltam as diferentes formas de habitar, os modos diversos da sociabilidade e os conflitos, estejam eles subterrâneos ou aparentes, pelo direito ou pelo seu avesso. Ruína – na acepção benjaminiana – é algo que estrutura a própria experiência da cidade moderna e não sua negação, ou impossibilidade. Cidade e ruína não constituem pares em oposição, a ruína nesta perspectiva é o avesso e a cidade por dentro, revelação das formas pelas quais as cidades se constituem, se estruturam e se mantêm em transformação.

Nessa tarefa por minúcias, através dos restos e dos cacos da história, novamente com Walter Benjamin, nos encontramos com a figura tão emblemática das grandes cidades: a do catador/catadora dedicado a escarafunchar as montanhas de lixo produzidas e descartadas pelas megalópoles consideradas o ápice do desenvolvimento e da urbanidade. No trabalho de catação (da/o historiador/a, socióloga/o, antropóloga/o, urbanista/arquiteta, etc) há outras matérias: como o “catar ideias”, “catar palavras”, catar a cidade utópica nas histórias do presente, a cidade utópica nos arquivos (vivos) do passado, por fim, encontrar os fios que fazem vibrar o presente.

As lutas mais pulsantes das últimas décadas no Brasil têm envolvido o *direito ao passado* (PAOLI, 1992), em especial, as mobilizadas pelos coletivos de mulheres e negros, mais recentemente, os coletivos de investigação e publicização dos responsáveis dos crimes da ditadura militar de 1964-79. Essas pautas impactaram positivamente os estudos do urbano, nessa aposta, tornou-se fundamental perceber a história e a cidade não como um constructo no tempo antes do agora, morto, fechado em seus sentidos, mas pleno, encharcado de sentidos que embora não tenham sido “vitoriosos” existiram e constituem esta cidade. A memória e o direito ao passado são assim, desta perspectiva, a própria cidade, constituem esta cidade tanto quanto e para além dos tijolos, dos caminhos pré-determinados das linhas férreas, dos espaços construídos que estabelecem os limites e hierarquias, dos monumentos a nos informar e prescrever uma leitura única e unívoca desta experiência plural e diversa das cidades. Trazem à luz fragmentos e experiências narradas, e transmitidas neste espaço que se institui nas histórias de vida contadas, revisitam lugares, espaços, gentes, momentos, formas de viver e significados não tal como aconteceram, porque não se trata de historicismo positivista, mas como possibilidades abertas, como um “tempo pleno de agoras” que ao serem revisitados, articulados, tecidos e entretecidos na urdidura do tempo histórico inscrevem novamente aqueles que viveram expulsos do fluxo do tempo comum, e deixam aflorar – mesmo que flores no asfalto – novas tensões, lampejos e frestas por onde se pode construir e reconstruir uma experiência urbana ampliada. Ouvido na pena de Guimarães Rosa: narrar é resistir.

Ao entrar-olhar-perceber-percorrer os caminhos que se abrem desde estas veredas-frestas narradas, lembradas, inscritas pelo trabalho de memória na vida comum, articuladas nas narrativas, o trabalho do pensamento nos leva para as bordas da cidade. Não ao seu final, seu limite, sua finitude mas àquele lugar onde o dentro e o fora se condensam, se entrecruzam de maneira que os critérios de apartação do mundo do sensível vão sendo contestados, num movimento que Jacques Rancière chama de subjetivação política, disputa pelos sentidos da própria vida em sociedade e pelos seus

critérios de existência, legitimidade e de partilha, pelos sentidos mesmos desta ordem social; estabelecimento de um mundo comum, provisório, precário, em construção e transformação, característico das permeabilidades experimentadas na vida social e que por muitas vezes são mortas em suas monumentalidades; engessamento e patrimonialização do poder, ou na reificação *lato sensu*.

NARRAR AS CIDADES NO SÉCULO XXI

Viver de contar estória: “quem conta aumenta um ponto”; nesse trabalho situado nas bordas, entre fronteiras, dedicado às minúcias, aos restos, ao invisível, da/o historiadora/historiador (urbanista, socióloga, antropóloga) como catador/a, propomos um paralelo com a imagem de Franz Kafka (2002), no conto-parábola sobre o “rei dos mares”, “Poseidon”, de administração das águas, “um trabalho sem fim” (p. 110). Nessa tarefa interminável que os ajudantes não saberiam levar tão a sério quanto ele, os auxiliares eram de pouca valia. Poseidon reclamava do trabalho, mas quando lhe ofereciam um ofício fora da água ele passava mal com a ideia: “seu alento divino se descontrolava, o tórax de bronze oscilava”, além disso, “o trabalho de calcular” poderia ser não apenas maior, “mas também mesquinho” (p. 110). O que mais o aborrecia nisso tudo? Era escutar que vivia passeando pelos mares com seu tridente! Na verdade, Poseidon vivia sentado a sua escrivaninha, nas profundezas dos mares do mundo, fazendo contas ininterruptamente (...). Apenas quando o fim do mundo chegasse, conseguiria “um segundo de tranquilidade” e, “depois de revisar o último cálculo, poderia dar um pequeno giro por tudo” (p. 111).

No inventário de dentro e avessos que nos mobiliza, depois de uma pandemia que trancafiou uma parte da população mundial em suas casas, e a outra parte, tornou-se exposta ao contágio e, como desdobramento, à morte ou a sequelas as mais variadas, propomos, seguindo o trabalho de Poseidon de fazer contas e cuidar das águas, incluir a nosso inventário de dentro e avessos (para narrar a cidade hoje) tudo o que reverbera, vibra (para o bem ou para o mal),

contagia, sejam elas da ordem do visível, quanto do invisível — como as fantasmagorias, farsas e espectros (MARX, 1997).

Das águas e contas recentes, vivenciadas por todos, em escala global, está a pandemia de Covid-19: consequência de um vírus desconhecido, com alta letalidade, com grande probabilidade de deixar sequelas graves, sem data certa de acabar, com possibilidade de transmutação para novos vírus igualmente devastadores. O mundo em suspenso. Os trabalhos de campo foram interrompidos, bibliotecas e arquivos fechados. Para nós, pesquisadoras da cidade e do urbano, o vírus caiu como um meteoro em nosso ofício. Todo um mundo e as cidades vivenciaram um cotidiano semelhante ao das guerras: em suspenso, dolorido, trágico, incerto, até impensável; nós, pesquisadores da cidade, impedidos de acompanhar corpo a corpo como isso tudo se passava nas ruas e como as pessoas estavam pensando (para além das telas), e agindo, diante de tudo isso.

Para piorar, uma quantidade de notícias falsas veiculadas à exaustão através de grupos de *WhatsApp*, essas matérias eram replicadas instantaneamente e de forma orquestrada pelo mandatário eleito por parte representativa da população mais pobre do país e por boa parte da rica, que se tornou garoto propaganda anti vacina e de tratamento medicamentoso ineficaz e danoso conhecido como “kit covid”.

Trancafiados em casa, recebendo notícias que demoravam alguns segundos para serem processadas: foi este o cotidiano de cientistas sociais no país de Bolsonaro. Por isso, sentimos uma grata alegria ao escutar as comunicações reunidas neste volume. Era um momento de expectativa sobre voltarmos a vida como conhecíamos, a vacinação tornara-se parte do calendário, muitos de nós tinham tomado a primeira dose da vacina contra a Covid-19. Cálculos começaram a acontecer a partir desse calendário de vacinação. Se tudo desse certo, e os próximos vírus não fossem tão violentos, haveria chance de o mundo retornar. Ouvir pesquisas que tinham sido interrompidas, algumas em andamento, outras encerradas, que ganharam desdobramentos incertos devido tanto à pandemia, quanto à falta de perspectiva de financiamento na área, significou para nós um frescor principalmente no que se referia a variedade de temas e períodos abordados. Foi

incrível experimentar que mesmo uma cidade como São Paulo, com identidades e sentidos reificados há um século, pode ser objeto de mais e mais desconstruções e fissuras, algumas impensáveis até pouco tempo.

Esse frescor que chegou como uma lufada de possível, ao ouvir trabalhos que discutiam a cidade e suas narrativas era o exato oposto do que vivíamos trancafiadas em casa convivendo por e entre cabines de quadradinhos pretos, muitas vezes com um auditório que participava apenas com nomes, com uma ou outra imagem de perfil: eram assim as aulas *on line*, junto com a febre de seminários e lives no primeiro ano da pandemia que, no segundo ano, foram diminuindo. A cada novo dia vivendo em estado de suspensão por conta do “Coronel vírus” (como disse o pai de uma de nós), tornou-se imperativo se colar às telas de computador e do celular conectados um bom período do dia para entender, ou ao menos compartilhar o sentimento de abobalhamento e o estado de incerteza diante de notícias que não paravam de chegar sobre o vírus e as reações no país e no mundo.

Outro elemento do frescor experienciado com trabalhos que lidam em desconstruir sentidos hegemônicos sobre a história das cidades foi a rememoração de que o ofício da pesquisa é feito através de matérias e não em modo virtual, por aplicativos ou questionários on-line. Não é que esses dados obtidos por *WhatsApp* ou em entrevistas por Zoom não possam servir à pesquisa, não se trata de demonizá-los, mas assinalar seus limites e a pouca valia se não são acompanhados do que caracteriza o fazer pesquisa em Ciências Sociais/Humanas: as relações de confiança tecidas por gerações anteriores em prol da resistência de populações e grupos ameaçados de extermínio. Funcionando mais como um dado circunscrito sobre grupos e performances de seus atores mediante interesses pontuais, as pesquisas em modo virtual encontram-se distantes de matéria principal e decisiva que nos mobiliza: aquela que nos possibilita compreender os processos a respeito da organização do poder, o funcionamento do neoliberalismo e da necropolítica no cotidiano e, principalmente, ajudam pouco para entender por onde caminham as linhas engendradas, dia após dia, nas

bordas dos centros urbanos, responsáveis pela criação e manutenção das formas genuínas da vida.

Toda cidade é potencialmente educadora porque, ou melhor, quando percebida como experiência, compreendida como local de ações sociais, políticas, ambientais, poéticas, culturais, como espaço de educação não formal. Sujeitos que veem, ouvem, agem e intervêm no espaço urbano procuram deixar marcas de suas impressões ou reelaboram os vestígios do urbano por suas memórias. Para tanto, o exercício de andar e pensar sobre a cidade e na cidade são fundamentais e a memória e a oralidade apresentam-se adequadas para o pesquisador conhecer esse repertório. Os modos de ver, ouvir e sentir a cidade e as ações e intervenções de diferentes públicos mostram que eles reconstróem esse espaço público através de suas memórias, em formas variadas de inter-relação e interação entre os sujeitos, promoção de sociabilidades e socializações. Assim, traduz-se a cidade como patrimônio educativo no sentido de que a cidade é um lugar de educação que se apresenta sob a forma de patrimônio histórico-cultural.

O urbano e o rural, o verde e o cinza; lado a lado, porém, muitas vezes, sem se misturar. As cidades trazem estampadas em suas construções muito daquilo que é o seu *ethos*, sendo assim, seus espaços denunciam os medos, as adversidades e as alegrias dos que nela habitam – e são habitados por ela. Logo, pode-se pensá-la como algo orgânico, interdependente, cíclico, que tem o auge e a ruína em seu caminho.

É nos lugares que se formam a experiência humana, que ela se acumula, é compartilhada e que seu sentido é elaborado, assimilado e negociado (BAUMAN, 2009). Pode-se afirmar que Fernandes (2012) Trilla (1997) adentram ainda mais nessa perspectiva e reflexão ao denotar que é na cidade que também acontece e se concretiza o aprendizado. Sem isso, a cidade não se torna “co-partilhada”, mas fica empobrecida, já que se perde a capacidade de conviver com o diferente. Essa incapacidade pode vir através do medo de morar ou passar em um determinado bairro, de conviver com determinadas pessoas. Segundo Bauman (2009), esse medo da cidade e da convivência é proposital e propenso ao sistema de capital, afinal, quanto maior o medo da cidade

mais o mercado de segurança e controle crescem. Porém, quanto mais a cidade não é vivenciada, menos se aprende.

As cidades modernas trazem os vestígios do capital, onde tudo deve ser recriado como mercadoria, para gerar lucro (MATOS, 2009). A privatização dos espaços públicos possibilita o melhor controle pelo Estado e conseqüentemente, pelas classes sociais que ele representa, marcando nos espaços onde é o lugar de cada indivíduo – na ocupação da cidade e também na sociedade. É no seio de uma cidade que as pessoas se relacionam e concretizam a sua vida, também influenciado pelo processo histórico e pelas dinâmicas políticas, sociais, econômicas e ideológicas, que culminaram em inclusões e exclusões, principalmente das mulheres, dos negros/as e dos pobres.

As cidades estão divididas por zonas, criadas por um projeto governamental que define o que se pode fazer ou não nos espaços da cidade – onde se pode cultivar e onde se pode morar, onde se pode implementar fábricas, onde se pode fazer festa, etc –, o que supostamente visa a um crescimento harmônico e planejado (para o atendimento das metas governamentais), no entanto, determinando a ocupação do solo, se indica que tipo de relações sociais e que tipos de sujeitos devem ocupar esses espaços.

Conforme Sennett (1988), uma característica da modernidade é a valorização do espaço íntimo em detrimento da vida pública, sendo o primeiro, o espaço onde as pessoas podem de fato ser autênticas e livres das convenções sociais; o desinteresse pelas coisas públicas, coletivas, fortalece o individualismo, que por sua vez é um paradigma comportamental no sistema capitalista – a satisfação pessoal, a competitividade. Pode soar piegas, mas a velha “união faz a força” contém muita verdade e isso é inegável. Logo, a consolidação e perpetuação desse sistema econômico, político e ideológico passa pelo controle das formas produtivas, dos comportamentos e desejos dos indivíduos, de modo que o consumir seja o grande meio de satisfação pessoal.

Outra marca do capitalismo é o convencimento de que o diferente é mau. Nesse sentido se legitima a construção de cidades fortificadas,

vigilância, e blindagem – nos carros e nos corações -, pois o perigo está por toda parte nas cidades; digo, o perigo está naqueles que são diferentes de ‘nós’, sejam porque não compartilham das mesmas crenças, das mesmas filosofias, estética, opção de comportamento, moral ou condição social. Há a mixofobia que reforça a apartação entre os grupos sociais e a exaltação do individualismo, entendida como a liberação dos vínculos e compromissos sociais, na busca da satisfação individual.

O ‘velho’, o ‘antigo’, o ‘usado’ são palavras detestáveis no capital: representa o que é ruim, que deve ser evitado, que remete ao atraso, à pobreza, doença, morte, entre outros conceitos negativos, em contraposição ao ‘novo’, a ‘jovem’, ao ‘moderno’, ideias que estão no cerne do capitalismo, como motriz para a inovação, produção e consumo. Tal ideia se aplica de modo generalizado na sociedade, inclusive às pessoas:

Por um lado, a juventude perde conexão com um grupo etário específico e passa a significar um valor que deve ser conquistado e mantido em qualquer idade através da adoção de formas de consumo de bens e serviços apropriados. Por outro lado, a velhice perde conexão com uma faixa etária específica e passa a ser um modo de expressar uma atitude de negligência com o corpo, de falta motivação para a vida, uma espécie de doença autoinflingida, como são vistos hoje, por exemplo, o fumo, as bebidas alcoólicas e as drogas. (DEBERT, 2010, p. 51)

Se o envelhecimento nas pessoas, que é inevitável e parte do percurso da vida, deve ser combatido ao máximo por meio de comportamentos e consumo de mercadorias que os identifique como ‘jovem’, tão logo as construções e objetos que remetam ao antigo, ao passado, devem ser destruídos e substituídos, levando consigo também as marcas de um tempo, de histórias e experiências vivenciadas nos espaços, lembranças individuais ou coletivas.

Ecléa Bosi (1994) em seu livro *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, publicado no final dos anos 1970, é uma das importantes referências para pensarmos a relação cidade, história, memória e narrativas. Bosi nos convida para refletir com seus questionamentos:

O velho não tem armas, nós é que temos que lutar por ele. E por que temos que lutar pelos velhos? Porque são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara, pois como escreveu Walter Benjamin, só perde o sentido aquilo que no presente não é percebido como visado pelo passado. Mas se os velhos são os guardiões do passado, por que nós é que temos que lutar por eles? Porque eles foram desarmados.

Ecléa, ainda, afirma que a velhice foi exposta a uma ferida aberta em nossa cultura, sendo oprimida, despojada e banida, em que a função social do velho é lembrar e aconselhar – unir o começo ao fim, ligando o que foi e o porvir. Mas a sociedade capitalista impede a lembrança, usa o braço servil do velho, destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa. Por fim, Bosi questiona e alerta: o que é ser velho na sociedade capitalista? É sobreviver. Sem projeto, impedido de lembrar e de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega à medida que a memória vai se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si, mas somente para o outro. E este outro é um opressor.

POR ONDE CAMINHAM AS LUTAS DO PRESENTE?

Por que nos sentimos “desterrados em nossa própria terra”? – essa é uma das perguntas fundamentais em *Caminhos e Fronteiras* ([1957] 2017), de Sérgio Buarque de Holanda. Nesta obra histórica e documental sobre a exploração de regiões do interior do Brasil, as relações entre bandeirantes e indígenas, ele mostra como a circulação e os deslocamentos recorrentes das camadas pobres não são resultado apenas das formas com nosso processo de urbanização aconteceu, mas se ligam diretamente aos modos e efeitos do empreendimento colonial português nessas terras. Foram bandeirantes explorando indígenas que definiram muitos dos caminhos e fronteiras reconhecidos até hoje.

Caminhos e fronteiras feitos a pé, seguindo os saberes indígenas, os de “pés chatos”, conhecedores tanto dos itinerários quanto da água para beber presente em umbuzeiros, nas bromélias e mandacarus, as

“samaritanas do sertão”, na expressão de Sérgio Buarque. Dessa feita, para esses “desterrados da terra” o caminho nem sempre é julgado como algo estranho, distante ou arriscado. É justamente o oposto. Não foram poucos os registros que mencionam os inventos indígenas para desfazer as pegadas, os inventos criados que serviam para sinalizar os percursos e, é dessa época, o registro das narrativas contendo as figuras do Saci e do Curupira, ambos com os pés virados, a intenção era confundir quem viesse depois.

No tempo da pandemia e agora nesse estranho e incerto estado de “pós pandemia”, quando podemos voltar a fazer as coisas, mas algo não consegue funcionar da mesma maneira, tateando novos caminhos pela escuridão, rememorando indígenas, curupiras e sacis, retomando Poseidon, o deus incumbido de contar as águas, somando-nos aos velhos, a toda matéria classificada como usada, a todos os que são considerados como dispensáveis e indesejáveis, são por esses caminhos (ou marés) que a cidade ainda pulsa, um pulsar por dentro e avessos, nossas ruínas. Foram esses mesmos “dentros” e avessos que nos surpreenderam durante a pandemia.

Se nos bairros abastados ou de classe média das capitais falamos por gritos entre janelas nas noites, evocando os profissionais da saúde, esgoelando-se contra o representante eleito que zombava das mortes de idosos e das gentes de “mimimi”, os pobres, muitos sem ventilação em cômodos da casa, viviam preocupações mais urgentes. Pelos grupos de *WhatsApp* com os parentes da comunidade, mais amigos e vizinhos, chegavam os informes sobre quem acabara de ser entubado, quem conseguira sair, onde estavam distribuindo cestas de alimentos. Também foi pelo aplicativo que conjecturou-se sobre a vacina a partir das *fake news* que não pararam em nenhum momento, sobre os remédios, as dicas de tratamento caseiros (muitas vezes em *fake news* que insinuavam chances de maior proteção ou mesmo de cura do vírus) e, ainda, sobre quais eram os hospitais ou Unidades de Saúde com menor número de infectados, as filas de atendimento que andavam melhor, com quem se poderia falar para obter um cilindro de ar para utilizar em casas, sobre doações de botijões, de remédios que faltavam nas farmácias do SUS, mas estavam disponíveis nas portas das

igrejas evangélicas, assim como, as cadeiras de rodas e outros produtos hospitalares que pudessem ser úteis aos convalescentes da Covid-19.

Outro tema que ocupou as trocas de mensagens por um bom período foi o Auxílio Emergencial e como se deveria preencher seu cadastro, realizado exclusivamente por aplicativo instalado no celular. Correu a notícia de que pessoas haviam emprestado máscaras depois de entrar no banco para quem estava na fila do lado de fora de agências da Caixa Econômica Federal e, ainda, interlocutores de uma pesquisa anterior (em ocupações de moradia) comentaram que pessoas em situação de rua se organizaram para conseguir um celular de alguém próximo para se cadastrarem, mas não foi difícil imaginar que boa parte dos que encontravam-se nessa condição, fracassou em acessá-lo. No meio disso, irromperam atores e sublevações que chamaram a atenção de todos.

As mais marcantes, no primeiro ano, reverberaram as manifestações antirracismo nos EUA, em especial, as que aconteceram por conta do assassinato de Georges Floyd, asfixiado por um policial que não se retraiu mesmo sabendo que era filmado e com a fala de Floyd dizendo que não podia respirar (“I can’t breathe”) e repetida nas manifestações de revolta e indignação que, depois de sua morte, tomaram as ruas de cidades norte-americanas e de outras pelo mundo. Na continuidade desse episódio que se deu em plena pandemia, com desdobramentos igualmente marcantes, outro evento sacudiu o país e colocou questões para países marcados pela escravidão: a derrubada de estátuas de heróis escravagistas norte-americanos.

No Rio de Janeiro e em São Paulo, operações policiais e assassinatos da população preta e pobre produziram comoções públicas no país que continuaram reverberando mesmo ocorridas um pouco antes da pandemia, como foi o caso da menina Ágatha Felix, no Rio de Janeiro, em setembro de 2019 e dos 9 jovens em Paraisópolis, em dezembro também desse ano, os 28 mortos na Chacina do Jacarezinho, em maio de 2021, o assassinato em janeiro de 2022; além destes, Moise Kabagambe, o congolês que foi morto a pauladas porque reclamada do salário atrasado da semana, entre outros que marcaram a pandemia com manifestações nas ruas (quebrando o imperativo sanitário

representativo do período, o “fique em casa”), tomaram os noticiários e muita gente indignada foi para as ruas em diferentes cidade e capitais. As disputas da memória em torno do passado escravocrata (e suas continuidades no presente) permanecem na forma como as relações de poder, escolaridade e de renda estão distribuídas revelou, ainda mais, o quanto ocupar a cidade, se fazer visível pelo corpo e, em multidão, continua atemorizando os donos do capital (BRESCIANI, 1994).

A carta das empregadas domésticas no primeiro semestre da pandemia foi também um marco nas lutas que aconteceram no primeiro ano da pandemia. Diante do imperativo de isolamento, o “fique em casa”, trabalhadoras domésticas e de serviços ficaram invisibilizadas, mais uma vez. A primeira morte declarada por Covid-19 foi então de no país foi de Cleonice Gonçalves, que trabalhava em uma casa num bairro rico da cidade do Rio; a patroa havia voltado da Itália e omitiu sobre os sintomas que sentia e sobre o exame que fez ao voltar para o Brasil.

No segundo semestre de 2020, outra discussão incendiou o país: se as escolas deveriam ou não voltar a funcionar, afinal, as crianças sentiam o impacto da falta de convivência com outras crianças e as mães estavam sofrendo com a sobrecarga das jornadas domésticas. Nessa discussão, era quase nula a preocupação com as professoras e, menos ainda, com as outras trabalhadoras da educação, mesmo que se saiba que são estas que sustentam a escola no dia a dia.

Por último, e mais surpreendente do que os acontecimentos mencionados, os pezinhos ao contrário do Saci ou as pegadas invisíveis dos Curupiras voltaram a colocar no centro das lutas da cidade os conflitos relacionados ao trabalho. Eles estavam já postos na questão das empregadas domésticas e das escolas, assim, somava-se à raça, um recorte que incluía gênero. Sobre o trabalho, foram as condições dos entregadores e motoristas de aplicativos (IFood, Uber, Amazon, etc) que ocuparam os noticiários, em resumo: eram queixas relacionadas às condições de trabalho (sem qualquer segurança e em jornadas de horas ainda mais exaustivas). Muitas matérias na televisão, nas redes sociais e na imprensa tornaram-se importantes por mostrar como funcionam essas plataformas e como ignoram direitos trabalhistas conquistados arduamente.

Se os *fronts* das guerras desde o século XX passaram a acontecer no plano dos espectros, uma guerra de “terror psicótico”, conforme nomeou Walter Benjamin ([1925] 2013), desde a primeira guerra, com os gases químicos que matam e envenenam sem deixar vestígios de destruição como até então se sabia. No lugar disso, um lastro de mortes e a impossibilidade de vida (ALEKSEVITCH, 2016). Se precisamos apagar as pegadas, retomando a figura do imaginário, o Curupira, os confundir quem nos persegue, com os pés ao contrário do Saci, apostar nas tramas do invisível que o neoliberalismo, mesmo com todas as tecnologias de controle e vigilância, não consegue impedir que se propagasse, já que é uma característica das próprias ondas digitais, nucleares e químicas.

Apagar os rastros, se propagar como invisível entre os algoritmos das redes, se propagarem como invisível (ou outros disfarces) na cidade tem se constituído como uma possibilidade factível para resistir ao regime de coisificação da vida, dos adoecimentos mortíferos, de maneira a rejeitarmos a ideologia neoliberal conservadora ultra individualista que percebe a autonomia e a liberdade como signos de realização. Ideologia e dispositivos que rejeitam a vulnerabilidade e a interdependência como condições da própria existência, vulnerabilidade e interdependência encenadas em muitas situações no transcorrer da pandemia de Covid-19 (BUTLER, 2021).

No neoliberalismo de *subjetividade contábil* (LAVAL; DARDOT, 2016), de endividamentos, com doenças como depressão e o suicídio, como doenças apontadas como epidemias mundiais pela OMS, a recriação de regimes fascistas precisa ser rechaçada tanto pelos gestos, nas palavras e textos que escrevemos, quanto nas performances como pesquisadores e profissionais das Ciências Sociais e dos estudos urbanos. É no campo da ética e sobre o nosso papel como professoras, profissionais, ativistas, intelectuais, mas também donas de casa, mães, mulheres, filhas (responsáveis por cuidar de pai, mãe ou de outros parentes) que a pandemia se mostrou mais contundente e avançou para interpelar as desigualdades e as vidas dispostas em risco de maneira “natural”.

Foi em um dos campos de pesquisa de uma de nós, que uma

interlocutora em seus arroubos para saber se as notícias da pandemia eram aquilo tudo mesmo se colocou em risco de pegar Covid-19 muitas vezes. Moradora de uma cidade na área metropolitana do Rio de Janeiro, Laura (como vamos chamá-la) entrou no programa de proteção aos defensores de direitos humanos do Estado do Rio de Janeiro um pouco antes da pandemia, uma parte do dinheiro mensal cobria o aluguel de uma casa em um local distante de onde se encontrava em risco. Ela então se mudou para o Centro, perto da sala do movimento no qual milita e possui vínculos. As notícias compartilhadas pelo aplicativo de *WhatsApp* e por ligações de telefone envolve uma ampla teia de familiares (irmãos, cunhadas, sobrinhos, primos e próximos), em grande parte evangélica, o voto em Bolsonaro prevalecera entre eles nas eleições de 2018, mas foi sempre uma adesão cética, com vídeos compartilhados fazendo troca dos dois candidatos que ocupavam as primeiras posições (Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro [que Laura chama de “Bolsonário”, vinculando ao nome próprio o adjetivo “otário”]). Quando chegou a Covid-19, porém, os encontros normalmente muito frequentes entre os irmãos ficaram estremecidos, alguns evitaram se visitar, outros continuaram se vendo.

A forma principal dessa interlocutora se organizar após o assassinato do filho pela milícia, que aconteceu na porta de casa e diante de si, é correndo as casas das irmãs para dar conta da subsistência e ir a consultas médicas porque “perdeu a saúde” (problemas de depressão, o “coração grande” (angina), queda de cabelos (alopecia) e as alergias (que a fazem inchar tornando-se, como ela diz, “um baiacu”). A convivência com a família continuou como era, ou seja, intercalada com períodos de brigas e afastamentos, mas assim que eram esquecidos, retornavam às festas, os aniversários (que gostam muito de comemorar) e o encontro anual entre os primos (em alguma cidade praiana).

Muitos dos vídeos sobre o “Coronel vírus”, Laura repassava para quem a acompanhava na militância, perguntava se era verdade ou era falso, fazia novas indagações do que ouvira em suas andanças ou conversas por celular. Quando veio para o Centro, foi um momento de subida da pandemia, com muitas mortes, depois uma das primas

acabou internada e entubada alguns meses e não resistiu, o que lhe deixou muito triste. Antes disso, Laura recebendo as notícias e vendo a televisão aberta um bom período do dia, nas ocasiões em que conseguia sair, visitava salões de beleza, comprava uma peça de roupa ou bijuterias, ia no mercado comprar frutas ou para comprar uma quentinha. Era então que aproveitava para indagar sobre a veracidade das notícias que escutava, sobre a impossibilidade de não poder visitar as pessoas e, principalmente, sobre o medo que ela, às vezes, achava exagerado, mas que também lhe visitava e ela tentava se desfazer dias depois.

E vieram os mal estares que lhe atacam, a garganta que parece que vai trancar, num desses eventos acabou indo no posto de saúde do bairro, foi lá que os próprios funcionários disseram para que ela ficasse do lado de fora, porque dentro havia alguns pacientes infectados. Depois de algumas outras situações, Laura acabou retornando para a casa de parentes. Em seu périplo pelo Centro, não foram poucas as vezes em que questionei o papel como pesquisadora do movimento de mães e familiares (que lutam contra a violência estatal), mas que poderia incluir campos com interlocutores pobres e que a vida não pode parar conforme as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Em algumas situações de urgência eu acompanhei Laura e outra interlocutora, não se tratou de heroísmo, a sensação de se expor ao vírus não foi algo fácil, mas não tinha muito como ser diferente. Dessa experiência restou o incômodo sobre quais os lugares que ocupamos na cidade e com quem fazemos alianças. Situações desse tipo vivenciadas durante a pandemia colocam, por sua vez, interrogações mais agudas aos processos de produtividade e precarização do trabalho acadêmico, bem como, sobre o papel público da universidade em momentos de aniquilamento explícito dos mais vulneráveis – os grupos dos “velhos” e dos “usados”, em seu significado mais amplo.

No campo dos estudos da memória e da narrativa das cidades, todavia, abordagens que valorizam as interseccionalidades ganharam ímpeto, como falamos antes, os temas que questionam os apagamentos em torno da memória, as formas do racismo e a violência de gênero

(e, em sua contraparte, as expressões e performances como afirmação da existência). Continuar apostando na desconstrução de imagens de controle e dos sentidos hegemônicos, investir no chão e no miúdo das bordas da cidade, na “baixa cultura”, em suas controvérsias, conversas, nos rumores, no não-dito, nos apagamentos, nos esquecimentos, entre outros elementos, nos parece o mais frutífero e é uma maneira de resistir às políticas de destruição e morte.

Por fim, investir nos arquivos como algo vivo, em movimento, aberto a releituras, arquivos vivos que podem estar em lugares abastados ou nas sarjetas, nas feiras, nas lojas de usados, nos bazares e em moradias (que se deslocam) dos catadores (ocupações, abrigos, praças e ruas). Assim organizamos este volume: em constelação, desde os fragmentos (e seus rastros) catados pelos nossos autores-colegas. Os textos que reunimos dão conta destes fragmentos, cacos, rastros da vida urbana vivida, narrada desde uma experiência nas bordas, e como diálogos entre si, nos apresentam uma reflexão intensa e vívida sobre as diferentes formas de habitar as cidades. Os artigos debruçam-se sobre diferentes formas de representação, construção e imaginação da/na/sobre a cidade e as experiências urbanas. Foram apresentados no *Seminário Internacional Estudos urbanos e interdisciplinaridade* na área temática que dá nome a este volume – *Cidades: Memórias, histórias e narrativas*, coordenado pelo Laboratório de Narrativas Urbanas.

Importa dizer que são textos resultantes de caminhos investigativos, métodos e perspectivas diferentes e diversas, mas que têm em comum a atenção às questões que vinculam – ou que trazem em constelação – a memória, a história, a narrativa, o patrimônio e o acervo das cidades e seus sujeitos. Reflexo desta busca pelo diálogo e pela pluralidade, estão reunidos textos de pesquisadores em momentos e estágios de formação acadêmica e intelectual diferentes, bem como mostram uma pluralidade de interesses, trajetórias e aportes profissionais.

Nesta constelação de escritos, diferentes cidades vividas (e imaginadas) são percorridas e apreendidas em aproximação com diferentes formas narrativas e expressões culturais: a fotografia, a literatura, a música, a oralidade, o lazer/jogo. Vemos, assim,

na escrita de nossos autores emergir personagens, histórias, possibilidades, memórias destas muitas cidades vividas e imaginadas. As possibilidades e tensões na voz do rádio que interpelou a modernização pela qual passava São Paulo, no texto de Matan Ankava; e da escuta e canto (no seminário) do samba de Geraldo Filme, Sofia Chiavacci nos faz ouvir a experiência e a história da Barra Funda nesta mesma São Paulo que apaga rastros de outras experiências de cidade. Do coração de concreto, vamos seguindo até o chão sertanejo, e navegando pelas águas do Cocorobó, vemos com Dila Reis Mendes surgirem as ruínas e histórias de Canudos contadas pelos descendentes dos conselheiristas; assim como vemos nas imagens de Claude Santos, narradas por Gabriela Alves Carvalho, o movimento da história que surge do movimento de câmera e cor do fotógrafo baiano. Sentados nos quintais negros na cidade de São Carlos, conhecemos os significados e práticas de memória destas famílias impregnados na construção de suas casas e lugares de vida cotidiana no texto de Fabiana Oliveira Palmeira e Joana D'Arc de Oliveira. Mais ali à frente, nos campos de futebol de várzea, Raphael Rajão Ribeiro nos dá notícias tanto da formação da cidade de Belo Horizonte quanto das formas pelas quais a “várzea”, os boleiros e suas práticas associativas incidem nesta conformação urbana em disputa. Por fim, depois de tanto andar, Manoela Massuchetto Jazar nos propõe uma reflexão sobre a literatura como elemento provocador de discussões relativas às cidades e seus fragmentos (sociais, espaciais, políticos, administrativos etc.), nesta borda entre concretude, reflexão e subjetividade da ficção.

Este nosso percurso nos leva ao reencontro com a carroça da vendedora de figos de Walter Benjamin que pode ser revista quando lidamos com escritos que seguem pela desconstrução dos sentidos hegemônicos das cidades, da forma inacabada da história, das diferentes temporalidades e registros. E por que o fragmento de Benjamin sobre o empanturrar-se com figos pode nos servir como imagem para o trabalho que acreditamos sobre o narrar, as lutas e o viver nas cidades hoje?

Essas passagens de Benjamin, porém, não são incursões que o

julgam como uma dândi pequeno burguês que se opôs ao engajamento e a militância no sentido mais estrito (nunca se filiou ao Partido e quando esteve em Moscou não frequentou o Congresso que, em 1925, decidiria os rumos da política na URSS e no mundo, a escolha entre Trotski [a ideia de “revolução permanente”] e Stálin [burocratização e centralização do poder]). Mas funcionam, em conjunto com as posições que ele tomou durante a vida (ou que esta o levou a tomar), como afirmação da experiência das cidades pelo “chão”, entre os vencidos, pelas bordas dos grandes acontecimentos, contra o historicismo (as narrativas vencedoras, heroificantes, definitivas), pelas memórias soterradas e formam a matéria principal de seus escritos. Essas fendas, por vezes, veredas e várzeas, trabalhadas pelo filósofo, nos parecem como a pista fundamental e instigante, o halo de frescor imprescindível a perseguir.

Nas guerras empreendidas com armas químicas, de ordem espectral, como fizemos referência antes, capazes de infringir um “terror psicótico”, nos fiamos pelo invisível da história e das cidades, com sacis e curupiras, apagando os rastros ou confundindo com os pés “chatos” ou que pisam ao contrário; com Poseidon, no fundo dos oceanos, contando as águas, nas lojas de usados. Ou, ainda, em busca dos figos que, de tão maduros, sujam roupas e a boca, depois trazem os sentimentos de repulsa e de aniquilamento. São impulsos contraditórias – voracidade e repulsa, aniquilamento – que demonstram como a consciência burguesa que recusa a vulnerabilidade e a dependência pode sofrer cataclismas com a experiência urbana.

Destes encontros e, para encerrar, destaca-se outro ponto para o momento atual de pós-pandemia claudicante: como os intervalos e as descontinuidades povoam à vida para que ela não seja transformada em máquinas de trabalho doméstico, burocráticas e/ou *on line*, ou pior, que sejamos cúmplices (e isto não provoque indignação) de que outras mulheres precisem se submeter a esse tipo de jornada de trabalho (LAUGIER; BLANC; MOLINIER, 2020).

REFERÊNCIAS

- ALEKSÉVITCH, S. **Vozes de Tchernóbil**. Crônica do futuro. Trad. Sonia Branco. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.
- BAUMAN, Z. Confiança e medo na cidade. In: _____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 13-51.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).
- _____. Comida: figos frescos. **Documentos de cultura. documentos de barbárie**: escritos escolhidos I, seleção de Willi Bolle, trad. Celeste H.M. Ribeiro de Sousa. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1986, p. 185-186.
- _____. As armas do futuro (1925). In: **Capitalismo como religião**. Org. Michel Lowy. Trad. Nélio Schneider, Renato Pompeu. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 69-72.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRESCIANI, M. S. **Londres e Paris no século XIX**. O espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BUTLER, J. **Traços humanos nas superfícies do mundo**. Trad. Andre Arias e Clara Barzagli. *Pandemia Crítica* 42, N-1. 2021. Disponível em <https://www.n-1edicoes.org/textos/75>.
- HOLANDA, S. B. de. (1957). **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEBERT, G. G. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 49-70, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v16n34/03.pdf>. Acesso em 15 jun. 2018.
- FERNANDES, R. Escritos em Educação, na cidade, para todas as estações do ano. In: FERNANDES, R. S.; GROppo, L. A.; PARK, M. B. (org.). **Cidade – Patrimônio educativo**. Jundiaí: Paco editorial, 2012, p. 53-84.
- KAFKA, F. Poseidon. In: **Narrativas do Espólio (1914-1924)**. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 110-111.
- LAUGIER, S.; BLANC, N.; MOLINIER, P. O preço do invisível: As mulheres na pandemia. In: **DILEMAS, Reflexões na Pandemia**,

2020, p. 1-13. Disponível em <https://www.reflexpandemia.org/texto-88>

- MARX, K. O 18 de Brumário. In: **O 18 de Brumário e Cartas a Kugelman**. Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. 6^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MATOS, O. Walter Benjamin: polis grega, metrópoles modernas. In: JOBIM e SOUZA, S.; KRAMER, S. **Política, cidade, educação: itinerários de Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2009, p. 61-84.
- PAOLI, M. C. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.
- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- _____. **A noite dos proletários: arquivos do sonho operário**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- SENNETT, R. O fim da cultura pública. In: **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das letras, 1988.
- TRILLA, J. Ciudades educadoras: bases conceptuales. In: ZAINKO, M. A. S. (org.). **Cidades educadoras**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.

A CIDADE NAS ONDAS, AS ONDAS NA CIDADE: RÁDIO E (TRANS) FORMAÇÕES URBANAS EM SÃO PAULO NA PRIMEIRA METADE DO XX

Matan Ankava

CAMINHOS CRUZADOS: RÁDIO E DINÂMICAS URBANAS NA SÃO PAULO DA ERA DO RÁDIO

Relegado atualmente a uma posição secundária no universo das comunicações e da produção cultural, o rádio já foi um fenômeno de importância e magnitude praticamente inéditas:

É difícil reconhecer as inovações da cultura do rádio, pois muito daquilo que ele iniciou tornou-se parte da vida diária (...) a mais profunda mudança que ele trouxe foi simultaneamente privatizar e estruturar a vida de acordo com um horário rigoroso, que daí em diante governou não apenas a esfera do trabalho, mas a do lazer (...) embora essencialmente centrado no indivíduo e na família, criou sua própria esfera pública. Pela primeira vez na história pessoas desconhecidas que se encontravam provavelmente sabiam o que cada uma tinha ouvido (ou, mais tarde, visto) na noite anterior (...). (HOBSBAWM, 1995, p. 195)

Estudioso e testemunho ocular, o historiador inglês aponta aqui à amplitude e profundidade das transformações promovidas pela disseminação da radiodifusão, ocorrida a partir dos anos 1920.

No Brasil, os altos índices de analfabetismo e a fraca tradição de leitura reforçaram o fenômeno. A partir dos anos 1930, o rádio ascendeu e se consolidou como um campo de múltiplas atuações e interesses: palco de uso político, direto e indireto; principal canal de conteúdo, noticioso e diversivo; meio musical importante, da indústria nacional e estrangeira; universo que envolvia um público

de magnitude inédita, que representava também um mercado consumidor engajado; principal plataforma de profissionais, que se tornavam verdadeiros ícones culturais; peça chave no mapa do mercado publicitário. O setor atingiu tamanha força, que os anos 1940 e '50 receberam a alcunha de *a Era do Rádio* no Brasil, representando um marco na história do país (SEVCENKO, 1998).

Evidentemente, contribuiu para o fortalecimento do rádio seu longo alcance geográfico, capaz de reforçar uma integração nacional, conforme almejado por figuras como Roquette Pinto, e impulsionado por Getúlio Vargas (CALABRE, 2002). Não obstante, conforme latente em Hobsbawm, salientamos como elemento-chave no fenômeno da radiodifusão e em seus impactos socioculturais a experiência da *massificação*: rompendo com as amarras, culturais e materiais, da forma escrita, constituiu-se como o primeiro meio de comunicação genuinamente popular – no sentido quantitativo – atravessando diferentes classes e grupos sociais. Na conclusão de sua tese, um dos principais trabalhos historiográficos sobre a relação entre o rádio e a sociedade e cultura no Brasil, afirma Calabre:

O rádio foi um dos principais elementos introdutórios de uma cultura de massa que, diferente do que se pensava nos primeiros tempos dos estudos sobre comunicação, não agiu de forma homogeneizadora, eliminando as diferenças. O que essa cultura de massa fez foi multiplicar as ofertas, facilitar o acesso de um público mais amplo a repertórios de distintos grupos culturais e propiciar diversas apropriações e interpretações dos bens culturais, que interagiam as tradições trazidas pelos receptores. (CALABRE, 2002, p. 258-259).

Nestas condições, a radiodifusão adquiria novos sentidos ao reforçar relações decorrentes do compartilhamento de um espaço. No Brasil da primeira metade do século XX, essa realidade ocorria, com grande intensidade, em São Paulo e Rio de Janeiro – seus principais centros urbanos e epicentros da indústria radiofônica.¹

¹ Além de Vicente (2015), poucos trabalhos tratam do rádio em São Paulo e Rio de Janeiro, reconhecendo as aproximações e diferenças entre eles. Geralmente,

Essa convergência entre metrópoles e produção radiofônica tinha por base as condições materiais necessárias para o funcionamento das grandes emissoras comerciais, baseadas em uma cadeia de produção-recepção, que envolvia a presença de produtores, estrutura, capital e ouvintes. Não obstante, a consonância entre rádio e urbanização, ou até mesmo metropolização, fundamentava-se também em fatores culturais: enquanto a crescente magnitude das urbes, impulsionada pela aceleração do tempo da modernidade ofereciam uma infinidade de temas e acontecimentos para o rádio observar, tratar e propagar, a irradiação de discursos e narrativas tornou-se um verdadeiro motor de transformações socioculturais.

Poucos ambientes vivenciaram este entrelaçamento entre rádio e dinâmicas urbanas com a mesma intensidade da capital paulista: “o rádio na cidade de São Paulo transforma-se numa antena metafórica para captar as tramas sociais pelo prisma da modernidade e da cotidianidade da vida das ruas” (TOTA, 1990, p. 13). E como o rádio não apenas capta, sua capacidade de disseminar mensagens com intensidade e rapidez o tornava um instrumento extremamente poderoso: “o rádio não apenas participou da Revolução de 1932 como ‘veículo isento’ de informação, como também foi destacado mobilizador das ‘massas’ urbanas” (MORAES, 2000, p. 62-63).

Nos anos seguintes, e apesar de sua desvalorização por parte dos estudos históricos das comunicações², o rádio paulistano consolidou-se como o principal meio de comunicação e de produção cultural, numa cidade cuja população e poder econômico cresciam vertiginosamente. Neste tecido social, heterogêneo e volátil, o rádio paulistano ampliava sua atuação, fomentado por condições tecnológicas, como o barateamento dos aparelhos receptores, e econômicas, como a regularização da propaganda.

o rádio carioca está em pauta. O caso paulistano é analisado em Moraes (2000), sobre os anos 1930, enquanto Lima (2018) avança para a década seguinte.

2 Frequentemente visto como vulgar e/ou supérfluo, a academia brasileira tem dedicado pouca atenção ao rádio, de um modo geral (CALABRE, 2002). Esse “esquecimento” é particularmente presente no caso do rádio paulista, e paulistano, visto como secundário em relação ao rádio carioca (MAIA, 2019).

Assim, “na década de 1930 (...) independentes das situações sociais e culturais, as emissoras, programas e artistas começaram a integrar a vida dos milhares de habitantes da cidade, pobres e ricos, brancos e negros, homens e mulheres, adultos e crianças” (MORAES, 2000, p. 95). O crescimento seguiu firme na década seguinte: um estudo promovido em 1941 pela Federação Paulista de Rádio – um órgão pioneiro fundado na capital em 1934, que por si só indica o avanço do rádio paulistano – apontava para a presença do aparelho receptor em 60%-90% das residências paulistanas, a depender do bairro (CALDEIRA, 1941). De uma forma global, estima-se que 85% das casas tinham ao menos um receptor, cifra que atingiu 95% na década seguinte.

Além da esfera imaterial, a disseminação do rádio e a busca das emissoras por maximizar suas audiências influíram na própria organização da cidade. Os grandes auditórios das emissoras, localizadas no centro da cidade, constituíram-se e tornaram-se pólos culturais, aproveitando e contribuindo para o dinamismo da região. Com a popularização do rádio, de matéria de alcance numérico e de temas e linguagens, esses auditórios receberam cada vez mais um público oriundo das camadas subalternas, inclusive de negros, ocupando/reconstruindo uma área da cidade tradicionalmente frequentada pelas elites (PEREIRA, 2001).

Paralelamente à disseminação das ondas pela cidade, também o universo urbano se fazia presente no éter:

Há gêneros de programas que permanecem em evidência, sendo explorados simultaneamente por várias emissoras. Depois, paulatinamente, desaparecem, para, passado algum tempo, ‘ressuscitar’ por um programador que é logo seguido por outros. Voltam ao domínio público. Assim está se dando atualmente, com os programas sobre São Paulo antigo, que já constituíram grande atração e foram esquecidos por completo. Hoje, novamente, estão populares. A Record tem um no gênero, de Osvaldo Moles – *‘Nossa Cidade’*. A Tupi tem outro, de Túlio de Lemos, com o nome *‘Você se Lembra?’*³

3 Correio Paulistano, 13 de julho de 1949.

Aqui, o passado da capital paulista é mencionado como um objeto recorrente entre as estações, e tema de um programa chamado *Nossa Cidade* – nosso objeto de análise, feita adiante. Todavia, a pesquisa em outros jornais sugere que o escopo da audição não se restringia a “São Paulo antigo”:

Moles nos apresentou uma fotografia bem parecida de certos aspectos pitorescos desta mui digna e heroica cidade de São Paulo de Piratininga. A sua Kodak andou perambulando pelas ruas da nossa cidade, sem destino certo, fixando aqui e ali, o flagrante de cenas tipicamente paulistas, onde o material humano serviu de elemento precioso na explicação de certos fatos que definem o feitio peculiar da nossa gente. Mas, não só a figura humana ofereceu assunto ao novo programa (...) a própria cidade, esta mui digna e heroica cidade de São Paulo de Piratininga, enfeitou de pitoresco a história desenvolvida inteligentemente por Osvaldo Moles (...) ‘Nossa cidade’ é um programa que merece figurar entre os primeiros do nosso sem-fio.⁴

Reforçando esses elogios, outro periódico concluiu sinteticamente: “não há dúvida de que, afora o seu aspecto de diversão, este programa oferece apreciável valor documentário e social”.⁵

Reconhecendo a intrínseca subjetividade da narrativa, é evidente que não se deve apreender *Nossa Cidade* como retrato fiel da cidade – se é que este pode existir; ao invés, percebe-se nos comentários da imprensa a tentativa de disseminar imagens e conteúdos que, na condição de “tipicamente paulistas”, tornar-se-iam retratos de uma cidade que é “nossa”. Aqui, o exercício da análise requer buscarmos essas narrativas e representações, avaliar sua construção, e buscar compreender o conjunto de condições e interesses, que não apenas permitiam sua irradiação pelos meios hegemônicos, mas também a sua escuta massificada.

4 *Diário de Notícias*, Ano 1949, Edição 00982.

5 *Diário da Noite*, Ano 1949, Edição 07538.

SÃO PAULO NO PALANQUE: NOSSA CIDADE⁶

Lançado em julho de 1949, *Nossa Cidade* foi uma produção de Osvaldo Moles (1913-1967). Além de ser um dos maiores radialistas da época, Moles teve um particular interesse pela capital paulista, que configurava o ambiente central de sua produção, inclusive para o jornal e na literatura (ANKAVA, 2021). O programa foi irradiado pela Rádio Record, das principais emissoras paulistanas, e pioneira na elaboração de uma estrutura radiofônica comercial e linguagem mais popular (TOTA, 1990; LIMA, 2018).

A análise do programa foi feita com base em oito roteiros originais, de episódios transmitidos entre os meses de julho e outubro de 1949. ⁷Como mostram os documentos, o programa trazia ao ar diferentes aspectos do universo urbano: a vida noturna, ruas da cidade, os bondes ou o futebol, e incorporava nos roteiros entrevistas com profissionais diversos, como motorneiro, dançarina, comerciante e cozinheiro. Certamente, esta variedade servia para aproximar o programa de ampla gama de ouvintes – característica da produção cultural massificada.

O primeiro indício da heterogeneidade paulistana, e de sua reprodução no rádio, se encontrava já na abertura do programa, que anunciava “Nostra Città / Our Town / Nuestra Ciudad / A Babel de estrangeiros de todas as pátrias! / Terra de Todos! Pátria de Todos! / São Paulo! Nossa Cidade!”.⁸ Aqui, a diversidade idiomática aludia ao caráter multiétnico da população local que, não obstante, encontrava-

6 Este item é uma versão revisada de uma das partes da dissertação de mestrado *Modernização não é Mole(s): rádio e produção cultural em São Paulo, 1937-1962* (ANKAVA, 2021). Os roteiros utilizados como fonte se encontram no acervo pessoal de Osvaldo Moles, ao qual tivemos acesso durante a nossa pesquisa.

7 Do episódio do dia 05/09/1949 existe também o registro fonográfico original – caso raríssimo no rádio paulistano da época – encontrado no acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS-SP), e disponível em <https://acervo.mis-sp.org.br/audio/programa-nossa-cidade>.

8 *Nossa Cidade* (NC), roteiros originais, acervo pessoal de Osvaldo Moles.

se marcado por sentimentos de unidade e ufanismo – condição compartilhada, supostamente, por todos, produtores e ouvintes.

A pluralidade de etnias foi frequentemente mencionada no programa. Um exemplo detalhado ocorreu num episódio dedicado à culinária local:

Vamos descendo a ladeira do Porto Geral, rumo à rua 25 de Março e adjacências. É aqui que vamos encontrar o grosso da colônia sírio-libanesa (...) o segundo prato deste menu literário vamos encontrá-lo na rua do Gasômetro, na avenida Rangel Pestana, na rua Caetano Pinto. É aqui que nasceu, para a cozinha paulistana, o famoso macarrão alho e óleo, a porpeta, a brajola, o fusili, o spaghetti e outros pratos de respeito. É aqui no Brás que, aos sábados à noite, gemem bandolins em canções dolentes, ou um napolitano canta uma 'maquetta'.⁹

Mais adiante, na mesma audição, ouvimos que:

Aqui teríamos material para fazer todos os pratos do mundo, nesta riqueza cosmopolita de receitas da cozinha internacional. Desde o chucrute da Alemanha ao saque japonês, temos todas as bebidas e as comidas que por aí se inventaram. E se o amigo quiser variar, temos queijo holandês da Vila Guilherme / vinhos italianos da rua Santo Antonio! / Salsichas vienenses de Santo Amaro! / paio português de Vila Maria! / Massas no estilo colonial mexicano no Brás (...) Porque São Paulo tem um mundo de pratos que o mundo lhe mandou e que ficaram morando aqui como em sua própria pátria.¹⁰

Nestas passagens, o roteiro gastronômico compõe uma verdadeira cartografia étnica e sociocultural da capital paulista. Mais uma vez, a diversidade é descrita como força aglutinadora, através da qual os diferentes grupos estabeleceram-se como se fossem em suas terras natais.

Nessa imagem idealizada, Moles inseria também algumas fissuras: “(Vicente) E a mulata? Tiram-me a mulata do minú... e já não há mais sabor na comida! (Narrador) Sim. mas a mulata faz

9 *Nossa Cidade*, 29 de agosto de 1949, p. 3.

10 *Nossa Cidade*, 29 de agosto de 1949, p. 11.

parte da cozinha afro-luso brasileira, em que não somos muito fortes em São Paulo. Mas aquele levíssimo bacalhau que vem nadando no azeite...”¹¹ A passagem revela então a apartação, em São Paulo, da culinária de matriz africana – isso, apesar dos elogios a sua comida, do seu reconhecimento como constituinte da cozinha brasileira, e/ou da grande população negra que tinha na cidade.

Desta forma, o retrato da geografia alimentícia paulistana serve como metonímia na denúncia, sutil, da marginalização das tradições de matriz africana. A qualidade da comida da “mulata”, evidenciadas nos elogios, não basta para que ela tenha seu espaço e respeito no mosaico urbano – apesar, cabe ressaltar, de representar um contingente populacional muito maior que algumas das comunidades mencionadas. Ou seja, a “terra de todos” também tinha seus párias...

Entrecruzando espaços urbanos, dinâmicas sociais e práticas culturais, *Nossa Cidade* retratava a cidade como território em constante disputa. O episódio dedicado à Rua Direita, uma das vias mais antigas de São Paulo, exemplificava as diferentes presenças e usos experimentados pelos territórios:

(Narrador): até há pouco tempo, a rua direita era considerada como a ‘alameda da vaidade’ (...) até há dez ou doze anos, era assim:

(Celina): você vai sair, Cristina?

(Maria): Vou, sim mamãe! Eu vou até à rua Direita fazer compras... e fazer o footing!

(Celina) Então, mude de vestido. Esse é pouco elegante, é muito caseiro para a rua Direita...

(Narrador) Mas hoje, já muita gente mudou de opinião:

(Maria): Que horror!... Não posso passar hoje pela rua Direita!

(Celina): E por que? Porque não está bem vestida para passear no Centro?

(Maria): Não, mamãe! É que é domingo! E a senhora sabe lá o que é um domingo na rua Direita?

11 *Nossa Cidade*, 29 de agosto de 1949, p. 10.

(Narrador): Sim, lentamente a rua Direita foi perdendo seu cartaz de rua elegante. Agora, o 'footing' mais aristocrático de S.Paulo se faz na rua Barão de Itapetininga (...) atualmente a rua Direita está plebeizada... democratizada pelas casas de dois mil reis".¹²

Mais adiante, o texto destrinchava os componentes desta "democratização":

(Narrador) Racialmente, a rua Direita é um mundo! Às quartas e sábados, de madrugada, desfilam as carroças dos amarelos que vão para a feira do Arouche (...) todos os dias, passam brancos e vermelhos... Mas aos domingos à noite, a coisa fica preta. Há uma espécie de 'blecaute' racial na rua Direita (...) sim. Aos domingos à noite a rua Direita começa a escutar uma linguagem diferente. Aos domingos, fecham-se as vitrines e apagam-se as luzes;

(Vendedor) eu acho bom fechar as portas aos domingos, porque essa gente que vem aqui, não tem poder aquisitivo; (N.) só as casas de dois mil reis é que se mantêm acesas. Porque dois mil reis está ao alcance de qualquer bolsa, não importa a cor.¹³

Através deste trecho é possível perceber que *Nossa Cidade* propagava nas ondas representações cidadinas e narrativas carregadas de dinamismo e tensões, e indicativas da constante ressignificação dos usos e dos espaços urbanos. Percebe-se no trecho acima que a cidade não foi apresentada como propriedade das elites, exclusivamente à mercê de seus interesses e desejos; as disputas pelos territórios consistiam também na apropriação e (re)construção dos espaços por parte das camadas subalternas, inclusive de locais centrais e de importância histórica e simbólica.

Não obstante, Moles não era um observador ingênuo ou alienado, e reconhecia os múltiplos efeitos da desigualdade. Tratando do dia de domingo na cidade, dava voz a duas realidades profundamente distintas:

Lá naqueles bairros em que nenhuma sombra de árvore mancha a atmosfera das ruas, a criançada está começando a manhã de

¹² *Nossa Cidade*, 26 de setembro de 1949, p. 8.

¹³ *Nossa Cidade*, 26 de setembro de 1949, p. 9-10.

domingo, com um divertimento de roda. Os menores cantam, a uma voz, sempre a mesma coisa. Os maiores, entretanto, preferem outro tipo de divertimento nas ruas sem calçamento da Casa Verde, referindo-se ao futebol. E segue relatando um diálogo entre um dos meninos e sua mãe, que o acusa: “Bandido!... Foi você que cortô a minha meia nova prá fazê bola de finitibola? (...) Foi você quim cortô as carça nova do seu pai prá fazê carção de futebol?”¹⁴

Enquanto isso, nas regiões “nobres” o cenário é outro:

Em bairros de portões de ferro, começam os preparativos:

(Granfina I) não sei com que vestido vou!

(Granfina II) Ora... Vá com aquele de tafetá...

(Granfina I) Tafetá em missa? Não cabe! É preciso uma toilette mais discreta!...¹⁵

(Granfina II) Olhe eu já decidi! Eu vou de preto, com uma estola ou um chale violeta, para combinar com as vestimentas do padre. Contrastando os bairros “sem calçadas” e aqueles “de portões de ferro”, *Nossa Cidade* revelava novamente os limites daquela “terra de todos”. Inclusive, a profundidade da estratificação foi tamanha, que atingia até os objetos:

O Rubino de Oliveira é um bonde irônico e meio trapaceiro, porque vira das esquinas que a gente menos espera. É o tipo do bonde inesperado, porque vira na avenida São João. E é visto lá conduzindo granfinas, ao mesmo tempo que é visto na rua Oriente, envergonhado, conduzindo verdureiros.¹⁶

Antropomorfizado, o bonde tornou-se um verdadeiro sujeito, que refletia de uma forma irônica os preconceitos que atravessavam a população paulistana.

Mas o rádio foi também um espaço de aproximações e convergências, atitude expressa em *Nossa Cidade*:

14 *Nossa Cidade*, 05 de setembro de 1949, p.3-4.

15 *Nossa Cidade*, 05 de setembro de 1949, p.5.

16 *Nossa Cidade*, agosto de 1949, p.9.

Todos os sábados e todos os domingos, nossa cidade fica completamente hipnotizada por uma bola (...) a cidade inteira se sente tomada por uma febre, por uma vertigem que dura noventa minutos e que obriga todo mundo a um mesmo assunto (...) pelas ruas do Pacaembú, começa, então, um desfile de milhares e milhares de moças, de homens, de rapazes, de automóveis (...) o futebol faz parte, já, da tradição de nossa cidade, dos vícios de nossa cidade, dos hábitos de nossa gente (...) O futebol já está na massa do sangue paulistano. É o ballet das massas, o transatlântico em que viajam os pobres, o sonho dos meninos.¹⁷

Visto anteriormente como prática da população pobre, o futebol se apresenta agora no Pacaembú, o primeiro grande estádio de São Paulo. Apesar de estar situado no bairro homônimo, habitado pelas elites, a descrição enfatiza sua popularidade entre todos os estratos e grupos sociais. Assim, o futebol se constitui como uma *cultura compartilhada*: fenômenos amplamente disseminados, que atuam como forças centrípetas, formando laços e identidades coletivas em meio à pluralidade.

Além de tratar do tempo presente, o programa buscava reforçar a unificação recorrendo ao passado da cidade, e dele extraindo características da população local:

(Vicente): Venho de São Paulo onde os bandeirante plantaram mais do que uma civilização: plantaram a liberdade!

(Narrador): Sim! Plantamos a liberdade e, todos os dias, colhemos seus frutos:

– Barbosa assobia –

(Rubens): Que é que o senhor está fazendo aí, parado, na esquina, hein?

(Barbosa): Sobiando, seu guarda!

(R.): Assobiar não é serviço! É proibido assobiar, em atitude suspeita, depois de meia noite.

(Barbosa) Mas a Constituição me agarante o direito da palavra!¹⁸

17 *Nossa Cidade*, 19 de julho de 1949, p.2-3.

18 *Nossa Cidade*, 03 de outubro de 1949, p.2. Mantivemos a grafia original, indicativa de uma linguagem coloquial que, por sua vez, serve como instrumento de caracterização sociocultural.

O trecho resgata o mito dos bandeirantes, elemento constitutivo da *paulistanidade* como construção identitária (FERRETTI, 2004). Aqui, os exploradores se apresentam como ancestrais de uma civilização (!) caracterizada por um espírito antiautoritário. Muito além de transeuntes indignados, a luta pela liberdade voltaria à oposição entre SP e Getúlio Vargas:

E a revolução de outubro, o tenentismo, tomaram conta do Brasil. Teria São Paulo, entretanto, sofrido?

(Vicente): Não viu o governo dos quarenta dias?

(Maria): Não viu o assalto dos interventores aos Campos Eliseus?

(Rubens): Não viu como eles quiseram por São Paulo, à margem, na Federação?¹⁹

Apesar do apoio popular do qual desfrutava Vargas, inclusive em São Paulo, a Revolução de 1930, que prejudicou principalmente a elite paulista, é apresentada como derrota coletiva.

Outro signo utilizado na (re)construção da paulistanidade foi o Trabalho, como podemos notar na descrição das segundas-feiras paulistanas: “hoje é o dia em que o paulistano recolhe cedo. É o dia estabelecido para travar, de novo, contato com o trabalho. É por isso que todas as segundas feiras têm gosto de estopa, de melancolia, de retorno ao trivial”.²⁰ Mesmo desagradável, o labor é concebido como imperativo e, inclusive, é ele que dá sentido ao repouso dominical: “gastamos esse dia de descanso, quebrando o ritmo, a monotonia do trabalho cotidiano...”.²¹ Assim, na “terra do trabalho”, o descanso é desprovido de sua autonomia, tornando-se um derivado do trabalho – por sua vez, componente estrutural e estruturante do cotidiano.

No entanto, também aqui *Nossa Cidade* traz um retrato multifacetado, atento às brechas dos discursos oficiais: “só há um grupo de gente que não reconhece nem domingos, nem feriados – são os vagabundos das favelas e dos baixos das pontes”:

19 *Nossa Cidade*, 03 de outubro de 1949, p. 2.

20 *Nossa Cidade*, 05 de setembro de 1949, p.2.

21 *Nossa Cidade*, 05 de setembro de 1949, p.13.

(Adonis) Que dia é hoje, Farofinha?
(Farofinha) É domingo!
(Adonis) Pucha vida! Domingo? E eu que mi isquici e trabaiei!
(Farofinha) Que trabaio ocê feiz?
(Adonis) Carreguei minhas moambas prá cá. Fiz mudança! O Viaduto do Chá num tá munto confortavre...
(Farofinha) Foi esse o seu trabaio de hoje?
(Adonis) Não. É que eu quase ia dano uma mancada co domingo! Quase que eu percurei imprego. Achei um retaiio de jorná... era o Diário Populá... Tava nunaido um imprego... eu fui lá...
(Farofinha) E arranjô o imprego?
(Adonis) Qui nada! O jorná era de 1925! Já tinham demulido a casa!²²

Numa passagem riquíssima, descobrimos detalhes sobre o cotidiano desse grupo social: moradores de rua, habitantes da região central, desempregados e que vivem à margem da sociedade, numa temporalidade própria. Sobretudo, apresentam uma mentalidade adversa ao discurso hegemônico, praticando e consagrando justamente o ócio.

O trecho acima oferece também indícios que apontam a velocidade das mudanças do espaço urbano, onde um jornal sobrevive mais que um prédio. Na “cidade que mais cresce no mundo”, as mudanças aparecem em diversas formas:

(Narrador): Hoje em dia, a rua 21 de abril, lá no Bras, aquela rua em que quase não havia casas no tempo de Lobato, é quase centro da cidade. Porque já vivemos, recentemente, uma época em que as compras de terrenos se faziam assim:

(Sena) Olha aqui. São três horas! Dou mil contos pelo terreno!
(Adonis): Fechado.

gongo – (Adonis): Olha aqui. São três e cinco. Quer vender o mesmo terreno que comprou de mim, às três, por mil e duzentos contos?

gongo – (Narrador): Em cada cinco minutos, havia uma valoração. E – dizem os entendidos – os terrenos do centro

²² *Nossa Cidade*, 05 de setembro de 1949, p. 13.

da cidade de São Paulo custavam – e custam – mais caro que qualquer terreno no centro de Nova York.²³

Aqui, a especulação imobiliária é tida como indicadora do progresso urbano e motivo de orgulho; a democratização do espaço, ao contrário, é associada ao atraso: “(Narrador) Lentamente a rua Direita foi perdendo seu cartaz de rua elegante (Sena:) Veja você. Uma rua como esta que foi o orgulho do São Paulo das Bandeiras, parece agora a rua principal de uma cidade do interior”.²⁴

Mas a modernização tinha também seus custos, evidenciados nos roteiros:

Que não seria de São Paulo se não tivéssemos o Tietê? Suas águas já espalharam todas as audácias. Suas águas de prata viram morrer os paulistas mais paulistas... Com a areia de seu leito todas as nossas casas foram construídas. O Tietê não é como o São Francisco ‘uma artéria aberta que vai morrendo e resistindo’. É o rio da vida de São Paulo que já transportou a civilização no dorso das pirogas, as heroicas montarias do rio... E hoje... Transporte [*sic*], orgulhosamente, os detritos da cidade que ajudou a construir.²⁵

Nesta passagem, as reformas urbanísticas têm como vítima um rio, intimamente ligado à mitologia paulista(na), como também ao desenvolvimento da cidade. O declínio do Tietê pela ação do progresso evidencia que a atualização dos símbolos era também um campo de batalha, em que a relevância de uns se via ameaçada pela ascensão dos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: RÁDIO E CIDADE, ENTRE AÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Ao longo deste trabalho, buscamos refletir sobre as inter-relações

23 *Nossa Cidade*, 05 de setembro de 1949, p. 10.

24 *Nossa Cidade*, 26 de setembro de 1949, p. 8.

25 *Nossa Cidade*, 03 de outubro de 1949, p. 12.

estabelecidas entre a radiodifusão e a o universo urbano. Centrando-nos na metrópole paulistana, por meio do programa *Nossa Cidade*, foi possível observar, primeiramente, a própria existência, e intensidade, destes nexos: o cotidiano urbano como matriz de prução radiofônica, e a construção de narrativas e representações que buscavam dialogar com (um)a realidade social e – considerando o *modus operandi* da indústria radiofônica – serem ouvidos por um amplo público.

A partir deste ponto, resta-nos retomar o questionamento a respeito dos significados presentes nessa relação e, particularmente no caso de São Paulo de meados do século XX, refletir sobre as razões e efeitos da intensidade desta relação. Conforme defendemos na introdução do texto, consideramos como central o fato de que a radiodifusão e os processos de metropolização têm em sua base o fenômeno da *massificação*. Além de uma simples multiplicação, trata-se da formação de uma cultura que atravessa múltiplas classes e grupos sociais heterogêneos, e que pode ser notada na cidade e no seu *éter*.

Cabe ressaltar que não se trata de uma conjuntura pacífica, nem uma na qual um grupo social é capaz de submeter por completo os demais, eliminando a pluralidade de posições; conforme observamos nos roteiros, mesmo veiculado nos meios hegemônicos, *Nossa Cidade* não deixou de expor elementos como pobreza, desigualdade social, racismo e violência. Ao contrário, é justamente a natureza disputada do espaço, físico e radiofônico, que nos leva a defender que produções como *Nossa Cidade* devem ser apreendidas como carregadas de mensagens propositivas. Ou seja, através da seleção, reformulação e propagação de imagens e narrativas, a radiodifusão buscava participar na constante estruturação e ordenação do espaço urbano e dos arranjos sociais.

São justamente estas condições que, no nosso entender, explicam a popularidade da temática urbana no rádio paulistano da época: experimentando décadas de crescimento demográfico acelerado, que resultava num tecido social altamente heterogêneo, e de profundas transformações da paisagem, São Paulo e sua população constituíam um ambiente instável, diverso e polifônico. Nesta conjuntura,

programas como *Nossa Cidade* e seus semelhantes foram (re) criando e (re)significando símbolos e práticas, forjando identidades, individuais e coletivas.

Evidentemente, essas narrativas estavam permeadas por apagamentos, que, com maior ou menor intencionalidade, implicavam no silenciamentos de grupos e vozes. Não obstante – conforme notamos, por exemplo, no caso da culinária baiana, ou da rua Direita – o fato de produções como *Nossa Cidade* serem veiculadas nos meios de comunicação hegemônicos não significava a completa exclusão das tensões sociais. Ao invés, a atuação do rádio colaborava na *partilha do sensível*, fixando tanto aquilo que é comum quanto os recortes e a exclusão (RANCIÈRE, 2005).

É neste contexto que o Rádio e a Cidade revelam uma espécie de *afinidades eletivas*, na qual a massificação sociocultural não é o desenvolvimento natural do crescimento populacional e/ou da crescente reprodutibilidade técnica, mas resultado construído.

Rejeitando o determinismo de que a massificação cultural fosse necessária naquela conjuntura, ou resultado inevitável do desenvolvimento técnico, consideramos que suas potencialidades de alcance e disseminação encontraram um ambiente fértil para sua atuação. São as particularidades locais, reforçadas pela concomitância dos processos de urbanização/metropolização e a estruturação da radiodifusão que entrelaçaram as trajetórias da cidade e do rádio, formando – quase que dialeticamente – a cidade nas ondas, e as ondas na cidade.

É neste contexto que consideramos a massificação sociocultural não como o desenvolvimento “natural” do crescimento populacional e/ou da crescente reprodutibilidade técnica, mas resultado de *afinidades eletivas*, num contexto determinado, entre o Rádio e a Cidade. É então em São Paulo de meados do XX, onde os processos de urbanização/metropolização e a estruturação da radiodifusão convergiram para entrelaçar os dois universos, formando – quase que dialeticamente – a cidade nas ondas, e as ondas na cidade.

REFERÊNCIAS

- ADAMI, A. **Rádio com Sotaque Paulista:** pauliceia radiofônica. São Paulo: Editora Mérito, 2014.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANKAVA, M. **Modernização não é Mole(s):** rádio e produção cultural em São Paulo, 1937-1962. Dissertação (Mestrado em História Social) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021.
- ARRUDA, M. A. do N. **Metrópole e Cultura:** São Paulo no Meio do Século XX. São Paulo: Edusp, 2015
- CALABRE, L. **No tempo do rádio:** Radiodifusão e cotidiano no Brasil (1923-1960). Tese (Doutoramento em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- CALDEIRA, N. **Estudo sobre a Rádio-difusão em São Paulo.** Federação Paulista das Sociedades de Rádio, 1941.
- CERTEAU, M. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CISCATI, M. R. **Malandros da terra do trabalho:** malandragem e boêmia na cidade de São Paulo (1930-1950). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001.
- FELDMAN, S. **Planejamento e zoneamento. São Paulo, 1947-1972.** São Paulo: EDUSP/Fapesp, 2005.
- FERRETTI, D. J. Z. **A Construção da Paulistanidade:** identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). Tese (Doutoramento em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- HOBBSAWM, E. **A Era dos Extremos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (org.). **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- LIMA, G. S. de. **O som da garoa:** Cultura radiofônica e produção musical em São Paulo (anos 1930 e 1940). Tese (Doutoramento em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MAIA, M. R. **Narrativas radiofônicas:** memórias da comunidade radiouvinte paulistana (1930-1950). [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2019.

- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações:** comunicação cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1987.
- MORAES, J. G. V. de. **Metrópole em Sinfonia:** história, cultura e música popular na São Paulo dos anos 30. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- NAPOLITANO, M. **Cultura Brasileira:** utopia e massificação (1950-1980). São Paulo: Contexto, 2001.
- PEREIRA, J. B. B. **Cor, Profissão e Mobilidade:** o negro e o rádio de São Paulo. São Paulo: Edusp, 2001.
- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível:** estética e política. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- ROLNIK, R. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, L. (org.) **As Lutas Sociais e a Cidade**. São Paulo: Paz e Terra; UNRISD, 1988.
- _____. Lei e Política: A construção dos territórios urbanos. **Projeto História**, n°18, 1999.
- SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole:** São Paulo, sociedade e cultura nos frementes dos anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. (org.) **História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio** (Volume 3). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOLEDO, B. L. de. **São Paulo, três cidades em um século**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- TOTA, A. P. **A locomotiva no ar: rádio** e modernidade em São Paulo, 1924-1934. São Paulo: Secretaria de estado da cultura, 1990.
- VICENTE, E. **Radiodrama em São Paulo:** política, estética e marcas autorais no cenário radiofônico paulistano. Tese (Livre-Docência) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, 2011, v.25.
- WEINSTEIN, B. **The color of modernity:** São Paulo and the making of race and nation in Brazil. Duke University, 2015.

O SAMBA COMO REGISTRO DE UMA HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DA LETRA DA CANÇÃO “TRADIÇÃO”, DE GERALDO FILME

Sofia Chiavacci

INTRODUÇÃO

A escolha de pesquisar as canções de Geraldo Filme e observar as mudanças ocorridas nos bairros do centro de São Paulo partiu da expectativa de que se conseguisse compreender quais e de que maneira se deram essas transformações, através de uma narrativa não convencional dos fatos. Quanto a convenção, pensa-se no relato da história da cidade de São Paulo que vigorou, que deu certo: em seu crescimento exponencial, em sua geração de empregos, em suas reformas modernas, em seu discurso de progresso e tantos outros. Tal narrativa reverbera, ainda nos tempos de hoje, nas falas da população idosa e também mais jovem, de uma capital que trouxe inúmeras possibilidades para a população que ali se estabeleceu. Acompanhada a esse relato, caminha junto também a relação do medo e dos perigos que a “cidade grande” pode proporcionar. A violência, o tráfico, a pobreza, a falta de infraestrutura são alguns exemplos. Essas duas narrativas costumam caminhar juntas, ora uma sobressaindo a outra, mas ainda sim fazendo parte de um mesmo imaginário.

O não-convencional, portanto, seria o olhar e a experiência daqueles que vivenciaram a história da mesma cidade, mas por outro ângulo. Atenta ao raconto dos sambistas paulistanos que viveram predominantemente no século XX, a maioria homens, negros, vindos do interior de São Paulo, e que viveram predominantemente no século XX, essa pesquisa se preocupou em acompanhar a narrativa daqueles

que socialmente foram vistos como “os outros”, de forma a ouvi-los como sujeitos da própria história, e não descritos por ela, como propõe Grada Kilomba (2019), tornando-se “a oposição absoluta” do que foi determinado pelo projeto colonial (KILOMBA, 2019, p. 28).

Soma-se a isso a perspectiva trazida pelo antropólogo José Cantor Magnani, de um olhar “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002) para as análises das relações na e com a cidade de São Paulo, em que este seja capaz de “partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas” (MAGNANI, 2002, p. 13).

Neste sentido, a obra do compositor Geraldo Filme foi a principal fonte de pesquisa e reflexão a respeito de parte da história da população negra que viveu no centro de São Paulo no final do século XIX e, em alguns casos, início do XX, e de seus espaços frequentados. Bairros como a Barra Funda e o Bixiga, a Praça da Sé, o Anhangabaú foram lugares de moradia e sociabilidade da população negra, migrante do interior deste período. E que, ao longo dos anos, foram sendo transformados, modificados, destruídos, ao passo que seus moradores foram se realocando para zonas cada vez mais distantes dali.

A partir dos relatos de Filme em suas composições, foi possível identificar essas transformações, traçar paralelos e tecer diferentes narrativas sobre a mesma cidade e sobre os mesmos acontecimentos. Além disso, a busca pela história do músico, em especial, e de sua trajetória como sambista em São Paulo também forneceu elementos importantes de análise.

A pesquisa citada em questão²⁶, elaborada durante o ano de 2020-2021, analisou cinco canções de Geraldo Filme, das quais uma será compartilhada neste artigo, chamada “Tradição” (1980).

26 Iniciação Científica contemplada pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), de título “Transformações do panorama urbano de São Paulo na música de Geraldo Filme”.

PARTE 1

Geraldo Filme nasceu na cidade de São Paulo no dia 25 de agosto de 1927, mas foi registrado na cidade de São João da Boa Vista, no interior do estado, no ano seguinte. Morador do bairro Campos Elíseos, situado na zona central da capital e vizinho do bairro Barra Funda, Filme foi músico, compositor e entregador de marmitas, feitas por sua mãe, nas redondezas do bairro. Teve sua primeira composição escrita aos dez anos de idade, intitulada “Eu Vou Mostrar”, uma forma que encontrou de se contrapor a seu pai, também músico, que dizia que o samba no Rio de Janeiro era muito mais empolgante. A composição ficou conhecida e mais tarde foi gravada por Geraldo Filme em seu disco lançado pela Gravadora Eldorado, em 1980. Apesar de uma longa lista de composições, o músico teve produzido só mais um disco autoral, lançado pelo SESC São Paulo em 2000, gravado a partir do programa “Ensaio”, realizado pela TV Cultura em 1992.

Além disso, teve participações em um musical dirigido por Plínio Marcos, intitulado “Plínio Marcos em Prosa de Samba: Nas Quebradas do Mundaréu” (1974), que posteriormente se tornou um CD, e também participou como intérprete, juntamente com a cantora Clementina de Jesus, no trabalho “Canto dos Escravos” (1982), uma gravação de 14 partituras registradas no livro “O Negro E o Garimpo em Minas Gerais”, de Aires da Mata Machado Filho.

Nos temas centrais das composições de Geraldo Filme, pode-se observar a narrativa dos processos de transformação da cidade de São Paulo, assim como o seu lamento pela perda de espaços de sociabilidade negras, tais como o Largo da Banana, conhecido por ser o berço do samba paulistano.

O compositor foi um assíduo frequentador do Largo da Banana desde pequeno. Este, localizado na Barra Funda, era um espaço que se localizava em frente à estação de trem, onde ocorriam descarregamentos de mercadorias. A maioria da mão de obra dos serviços relacionados aos trens era realizada por homens negros, migrantes do interior, vindos de tradições do samba rural, que

recebiam em troca do trabalho parte das mercadorias trazidas, podendo posteriormente vendê-las (SILVA, 1990).

Ao ficarem à espera de oportunidades de trabalho ou após seu término, esses homens realizavam no Largo a roda de tiririca e o batuque dos engraxates. A primeira é definida pelo pesquisador André Santos (2013) como uma brincadeira de rasteiras, acompanhada de música (similar a capoeira), “onde dois jogadores sambando no meio de uma roda de batuque tentam derrubar um ao outro com golpes de perna” (SANTOS, 2013, p. 1), e a segunda nascia em momentos de folga dos garotos que engraxavam sapatos no centro de São Paulo quando se reuniam em roda e “compunham sambas que narravam o dia-a-dia desta cidade” (SANTOS, 2013, p. 1).

A existência desse espaço de sociabilidade negra é um exemplo dentre os diversos presentes na cidade de São Paulo no século XX. A Praça da Sé também abrigava as rodas de tiririca e os batuques (BARONETTI; CAETANO, 2019); o bairro do Bixiga era conhecido por suas rodas de samba que viravam a madrugada; os cordões carnavalescos, que posteriormente se transformaram em Escolas de Samba, promoviam não só os desfiles de carnaval, mas também ensaios em suas sedes no período pré-carnavalesco e piqueniques nas cidades do interior paulista durante o ano (SIMSON, 2007).

Entende-se, nesta pesquisa, que os lugares físicos desses espaços estão atrelados a um caráter simbólico, sob uma perspectiva identitária, “onde o processo de apropriação aparece como condição necessária à vida que se realiza no e através do uso” (RONCAYOLO, 1990 *apud* CARLOS, 2007, p. 43). O antropólogo José Cantor Magnani (1984) define esses espaços de sociabilidade, que carregam uma simbologia e que se diferenciam do lugar da casa, mas também da rua, como *pedaços* (1984). Para ele, este se refere a um território intermediário, que possui um contorno, mas não precisamente delimitado (MAGNANI, 1984, p. 138). Diz ainda que os *pedaços* desenvolvem “uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais individualizadas impostas pela sociedade” (MAGNANI, 1984, p. 138).

Para além dessa definição, o antropólogo também contribui para a reflexão acerca da importância desses espaços ao se referir ao sentimento de pertencimento com ele. Magnani (1984) diz que “pertencer ao ‘pedaço’ significa poder ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade” (MAGNANI, 1984, pg. 139). Analisando o Largo da Banana pela perspectiva proposta pelo pesquisador, pode-se compreendê-lo como um *pedaço*, que detinha de uma teia complexa de funcionamento não apenas do espaço, mas também das relações, assim como diversos outros mencionados.

Na década de 1950, porém, fazendo parte do Plano de Avenidas²⁷, o Viaduto Pacaembu é inaugurado, ocasionando a destruição do Largo da Banana. O projeto tinha o intuito de fazer uma ligação viária da Av. Pacaembu com a Ponte de Casa Verde (SIQUEIRA, 2020) e, para isso, a localização do largo se tornou a entrada (ou saída) do viaduto. O Plano, elaborado por Prestes Maia nos anos 1920, compunha uma série de alterações e construções de vias na cidade. No mesmo período, São Paulo abria as portas para as indústrias automobilísticas estrangeiras e caminhava em direção à expansão.

A decisão para a construção do viaduto Pacaembu foi acompanhada pela arquiteta Renata Siqueira (2019) através dos registros da Câmara Municipal da época. Segundo a pesquisadora, das justificativas levantadas para destruição do espaço do Largo, estavam as condições vulneráveis e perigosas do lugar, o que caracterizava uma desvalorização deste (SIQUEIRA, 2019, p. 7). Esse imaginário era reforçado pela imprensa, que noticiava as condições insalubres e os frequentes acidentes de trânsito e de trabalho que ocorriam no local (SIQUEIRA, 2019, p. 7).

Tais justificativas apresentam um olhar muito diferente do narrado acima, o que faz pensar, novamente, na decisão de olhar

27 Elaborado na década de 1920 por Prestes Maia e Ulhoa Cintra, o Plano de Avenidas resultou na implementação de um sistema viário estrutural, inspirado nos planos de mesmo formato das cidades de Moscou, Paris e Berlim. Outras avenidas como Consolação e Rio Branco também fazem parte desse projeto.

para a história pela perspectiva do socialmente visto como “o outro” (KILOMBA, 2019). Neste sentido, Grada Kilomba também auxilia a pensar sobre a estrutura narrativa preponderante dos “sujeitos” (que, ao contrário do “outro”, sempre possuiu a narrativa oficial dos fatos) da Câmara Municipal. A escritora afirma que esse comportamento de justificar certas mudanças através da culpabilização de outros indivíduos pode ser nomeado como negação, e que este legitima as estruturas de exclusão racial (KILOMBA, 2019, p. 34). No caso da Câmara, a partir desse conceito elaborado por Kilomba, a ação de destruir o Largo da Banana foi abraçada por uma narrativa racista com a população e com o espaço, uma vez que o problema do lugar está na má utilização e convivência.

Geraldo Filme, assim como muitos de seus companheiros, lamentou a perda desse importante território, afirmação que pode ser analisada nas letras de diversas composições suas como “Último Sambista” (1999), “Vou Sambar N’outro Lugar” (1974) e a que aqui analisaremos, intitulada “Tradição” (1980).

PARTE 2

Fernando Penteados²⁸, integrante da velha-guarda da Vai-Vai, conta que Geraldo Filme compôs a música “Tradição” com intuito de que a Escola desfilasse com ela na avenida: em 1976, esta estava construindo um enredo em homenagem a Solano Trindade, importante poeta e artista que residiu em São Paulo. Penteados narra que um dia, Geraldo se aproximou e disse a ele que gostaria de compor uma música para a Escola, e que este respondeu que poderia fazer, fazendo finta de desconfiar da qualidade do trabalho de Filme. Fernando continua a história dizendo que, na outra semana, Geraldo estava em um bar em frente à Escola, fazendo a marcação do surdo

28 Em entrevista concedida ao documentário SAMBA à Paulista: fragmentos de uma história esquecida. Gustavo Mello. São Paulo: TV Cultura, janeiro de 2007. 3 partes. (144 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KD1gx9xxVD8>. Acesso em: 19/11/2020

com a mão na mesa, e cantando a composição que viria a ser, talvez, uma das músicas mais cantadas nas rodas de samba paulistas até hoje, e que posteriormente se tornou hino da Escola de Samba Vai-Vai.

Nesta canção, Geraldo Filme exalta as rodas de samba que aconteciam no Bixiga com saudosismo. Quando o compositor narra que “o samba não levanta mais poeira/ asfalto hoje cobriu o nosso chão”, estabelece-se uma relação de consequência, em que os chãos de terra batida, que antes levantavam a poeira quando havia grande movimentação no espaço, hoje estão cobertos pelo concreto. Este trecho também pode se caracterizar como uma metáfora da perda de lugares tradicionais para uma cultura do progresso e da urbanização, vinda com “modernizações” dos espaços e como o asfaltamento das ruas e avenidas.

A letra segue com “Lembrança eu tenho da Saracura/ Saudade tenho do nosso cordão”, provavelmente trazendo a memória do Quilombo semirrural Saracura, um território negro do bairro do Bexiga, que tem a sua formação ainda no século XIX e se consolida após “as grandes reformas de embelezamento da cidade que, na segunda década do século, expulsaram habitações coletivas do Centro Velho” (ROLNIK, 2018, p. 7). Pode-se pensar também que o nome faz alusão ao Rio Saracura: parte dele passava pelo bairro do Bixiga. Seu Carlão do Peruche (2019), baluarte do samba paulistano e fundador da Escola de Samba Unidos do Peruche, conta em seu livro que este era um rio que se podia nadar e pescar. Hoje, o rio encontra-se encanado, e acima dele está a Avenida 9 de Julho, também compondo parte do Plano de Avenidas elaborado por Prestes Maia.

Ao verbalizar a saudade do cordão, pode-se trazer para o diálogo o extenso estudo elaborado por Olga Von Simson (2007) a respeito do carnaval em São Paulo no século XX. Dionísio Barboza foi fundador do primeiro cordão carnavalesco de São Paulo, chamado Grupo Carnavalesco Barra Funda, no ano de 1914, e foi uma figura importante nos redutos negros do bairro. Segundo Simson, “além do cordão carnavalesco, Dionísio liderava romarias, piqueniques e outras atividades de lazer da população negra da cidade” (SIMSON, 2007, p. 104). Tendo conhecido diversas manifestações culturais no

Rio de Janeiro durante a sua estadia (ocasionada pela transferência da fábrica em que trabalhava em São Paulo), como as festas na Penha, os ranchos e rodas de samba, Dionísio, ao retornar para a capital paulistana decide

criar, com o auxílio de parentes, compadres e amigos, um folguedo carnavalesco que mesclava as influências cariocas com as antigas tradições, contando com poucos recursos. (...) Trajando roupas simples e até remendadas, os integrantes desfilaram pelas ruas do bairro cantando músicas compostas por eles próprios, executados com violões, pandeiros e chocalhos de tampinhas de cerveja (SIMSON, 2007, p. 105).

Aos poucos, o cordão Barra Funda foi crescendo e demais foram surgindo, como o Vai-Vai, Campos Elíseos, Geraldino, Baianas Paulistas entre outros. Estes começaram a exercer um papel que Olga Von Simson chama de entidades organizadoras do lazer da população pobre e negra de São Paulo (2007, p. 106), com atividades durante todo o ano. Os bailes, organizados para levantar custos para o desfile de carnaval, aconteciam periodicamente nas sedes dos cordões ou em espaços alugados, quando estes não a tinham. “Eram ocasiões de conagração entre os membros da agremiação, além de oportunidade para conquistar a adesão de novos membros para a entidade” (SIMSON, 2007, p. 109). O futebol também compunha parte das atividades geridas pelos cordões:

Como o bairro do Bixiga não era densamente ocupado nas primeiras décadas do século, havia abundância de espaços desabitados, que se transformavam em campos de futebol. O Vai-Vai, sempre acompanhado de animada torcida, jogava aos sábados à tarde nos campos da rua Rocha (...), da rua Marquês Leão e da rua Jaceguai. Quando o time vencia, no baile realizado na mesma noite era tocada uma valsa especial, dançada apenas pelos jogadores com seus pares prediletos (SIMSON, 2007, p. 112).

A autora cita diversos outros exemplos de espaços e atividades de sociabilidade negras, ficando evidente que a saudade do cordão, explicitada por Geraldo Filme na canção “Tradição”, pode fazer parte de um conjunto de memórias atreladas a essa manifestação, além de

enaltecer a importância desses espaços de lazer e de permanência dos territórios negros, como formas de existir.

Em seguida, Filme canta: “Bexiga hoje é só arranha-céu/ E não se vê mais a luz da lua”. Nesta passagem, fica nítido que o bairro do Bixiga, tradicionalmente conhecido na época por seus cortiços e suas moradias coletivas, estaria passando por um processo de gentrificação, ou seja, de modificação do espaço das áreas periféricas para construção de áreas mais nobres.²⁹ No caso, se faz importante lembrar que em certo momento o Bixiga foi um bairro periférico, ao compreender que a noção de centro e de distância se altera a medida em que a cidade cresce. No caso, a construção em número significativo de prédios na região a ponto de se perder a visibilidade do céu, denunciada por Geraldo Filme, faz parte desse processo.

A música parece terminar com uma celebração e um chamado aos que chegam agora no samba: “Mas o Vai-Vai está firme no pedaço/ É tradição e o samba continua”. É interessante reparar que o autor se refere à Escola de Samba no artigo masculino, um acontecimento recorrente nas falas dos mais velhos ao se referirem às escolas que se originaram como cordões, palavra masculina, e posteriormente se transformaram em Escolas. É possível pensar que o uso do artigo “o” pode também ser uma forma de trazer a lembrança da trajetória percorrida pelo grupo, não à toa Geraldo Filme termina a música dizendo que o Vai-Vai é tradição, e que o samba há de continuar.

Escolhida como nome da canção, a palavra tradição surge ao final da letra e parece carregar o sentido de dar continuidade na história. Em consulta ao dicionário *Michaelis*, a palavra tradição aparece com duas definições: “1. Ato ou efeito de transmitir ou entregar, transferência” “2. Transmissão oral de feitos, lendas, ritos, costumes etc. feita no decorrer dos tempos, de geração em geração”.

Neste sentido, o músico e biólogo Rodolfo Gomes, ao responder uma pergunta a respeito do sentido de tradição vinculado ao samba,

29 Para mais detalhes sobre o bairro do Bixiga, ver: CASTRO (2008). Para análises sobre as mudanças do bairro, ver: DOZENA (2011).

compara-o com a árvore, símbolo frequente nas culturas tradicionais negras, e diz que a tradição seria representada pelas raízes e pelo tronco. E que compreender o processo de tradição seria

você saber que não vai conseguir ter o fruto viscoso, doce, se você não tiver um processo que envolva esse enraizamento, esse tronco crescer pra que as folhas possam pegar sol. Então é um processo, um processo que pela cultura passa. E se hoje eu posso fazer samba, eu tenho que dar ouvidos pra o Carlão do Peruche. Se eu não enxergar parte desse processo, eu corro o risco de fazer como um sambista bolsonarista, que vai utilizar do termo tradição como um conservadorismo, de manter aquilo enrijecido, manter o *status quo*.³⁰

Ao trazer esse símbolo, Rodolfo contribui para os sentidos apresentados pelo dicionário, podendo refletir que a palavra parece carregar em sua definição não a permanência nos valores do passado, mas a busca pela continuidade, e se tratando de uma manifestação cultural negra, a busca também pela continuação da resistência, de sua sobrevivência e da ocupação dos espaços que lhe pertencem.

Em 2013, a Escola de Samba Vai-Vai passou por uma tentativa de desapropriação por parte da Prefeitura de São Paulo, que tinha planos de utilizar o espaço da quadra, então localizada no Bixiga, para construção da Estação 14 Bis, da linha 6-laranja do metrô. Tal projeto tinha sido revogado em 2016, após diversas manifestações da comunidade que, mesmo tendo a promessa da prefeitura de que a Escola seria transferida para um local próximo e maior (o novo espaço seria na Ladeira da Memória, no Vale do Anhangabaú), lutou pela permanência do seu espaço, que já abriga a escola há 50 anos (MEIER, 2020).

Até as vésperas da submissão deste artigo, essa era a última notícia a respeito do processo de desapropriação da quadra. Porém, no dia 21 de setembro de 2021, a Vai-Vai anunciou o aceite de um novo acordo

30 Em entrevista cedida a autora para o Podcast Encruzadas em 2020, disponível em <https://anchor.fm/sofia-chiavacci>. Acesso em 27/09/2021.

com a empresa responsável pela construção da mesma linha do metrô, mencionando que deixará o seu atual espaço.

A notícia publicada pela CNN (MENGUE, 2021) informa que o novo local será financiado pela empresa, e ficará a 550 metros da atual sede da Escola, além de se tornar “propriedade da agremiação, diferentemente do atual, em que estão há 50 anos e cedido pela Prefeitura em 1978” (MENGUE, 2021). Apesar das perspectivas positivas para o novo lugar, as reflexões acerca dessa mudança reverberam na comunidade como reverberaram em Geraldo Filme, 40 anos atrás.

Na notícia, o então presidente do conselho deliberativo da Escola, Luiz Mattos, citando outra canção de Filme, “Vou sambar N’outro Lugar”, lamenta o processo já antigo de gentrificação que ocorre no bairro do Bixiga, e afirma que “o momento da razão chegou”.³¹ Em seguida, menciona a música aqui analisada para continuar a sua reflexão, dizendo que o fato de o chão não levantar mais poeira, e os prédios impedirem a visão da lua não impossibilitam que o Vai-Vai se mantenha no pedaço, e que este não se comprometa a levar sua emoção para o novo espaço.

Ao refletir sobre os motivos para aceitação do novo acordo, pode-se pensar não apenas nos processos de urbanização e verticalização mencionados pelo conselheiro, mas também no avanço gradual da própria construção da linha de metrô. Na reportagem, a jornalista menciona que, segundo os integrantes da Escola, já não seria mais possível ensaiar na rua da quadra, prática costumeira da Vai-Vai no período pré-carnavalesco, devido as já iniciadas obras para construção da estação 14 Bis no lote ao lado (MENGUE, 2021).

Parece, portanto, que as escolhas da Escola foram se estreitando, ao passo que a reforma e o avanço do progresso foram ganhando espaço, e que aceitar a mudança de endereço se findou por ser uma das últimas possibilidades para que a Escola permanecesse com uma estrutura adequada. Por fim, tal sucessão de acontecimentos faz

31 Luiz Matos em entrevista concedida à Priscila Menguê (2021).

questionar se de fato interessava a empresa e a Prefeitura a negociação com a Vai-Vai a respeito do próprio território, ou se a decisão, por parte delas, já estava pré-determinada desde o início do processo de construção da linha, em 2013, e que seria apenas questão de tempo até que a Escola se submetesse a mudança.

Raquel Rolnik (2013), em texto publicado em seu blog, aponta que o Bixiga foi um dos poucos bairros que não sofreu grandes mudanças no fim do século XIX em relação a cor da população dos bairros majoritariamente negros da época que, com a chegada dos imigrantes italianos, se tornaram bairros de imigrantes (ROLNIK, 2013), como a Barra Funda. A urbanista conta:

No início do século XX, a população negra que ocupava o centro velho de São Paulo acabou por ser desalojada por grandes operações de renovação urbana que se iniciaram durante a administração de Antônio Prado (1899-1911). A operação limpeza foi implacável: para a construção da Praça da Sé e remodelação do Largo Municipal, os cortiços, hotéis e pensões das imediações foram demolidos. Está ligado a esse processo de “limpeza” do centro a expansão e consolidação do Bixiga como território negro em São Paulo, com um grande aumento de moradores. (ROLNIK, 2013).

Rolnik (2013) ainda relaciona o processo de “operação limpeza” com a desapropriação da Escola, e reforça que o território da Vai-Vai compõe uma gama de outros redutos negros presentes hoje na cidade de São Paulo que, como as outras Escolas de Samba, “são verdadeiros nós de uma rede de indivíduos, famílias e instituições ligadas à tradição religiosa, cultural e social afro-brasileira” (ROLNIK, 2013).

Essa relação da comunidade, mencionada por Raquel, pode ser traduzida pelo termo de Magnani (1984) utilizado anteriormente, sendo o território da Vai-Vai visto como um *pedaço*. Elementos que compõem esse entendimento podem ser analisados na notícia da CNN, em que a jornalista Priscila Mengue, ao retirar comentários da postagem anunciando a mudança da Escola, feita pela própria em suas redes sociais, cita o saudosismo e a celebração: “vou sentir falta de dizer: ‘quem precisa de uma quadra quando temos uma rua

toda pra nós” (MENGUE, 2021); e “Vou sentir saudade dos ensaios raiz, debaixo de chuva e sol, calor ou frio, estávamos ali dando nosso sangue. (...) Mas toda majestade merece sua coroa e seu castelo” (MENGUE, 2021).

É possível compreender nesses comentários uma relação afetiva com o espaço para além de sua estrutura física, englobando as histórias, memórias e relações construídas nesta. Ao mencionar a saudade de fazer samba na rua, entende-se que independentemente de como será a nova sede da Vai-Vai, tendo tratamento acústico, salas específicas, uma expansão de seu tamanho etc, o que está em jogo na decisão da mudança de endereço é o aspecto simbólico e sentimental, atrelado ao espaço de lazer, que recebeu a Escola por 50 anos. E esta discussão talvez não seja parte das elaboradas pela empresa do metrô desde 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As canções do cantor e compositor Geraldo Filme revelam uma importante face da cidade de São Paulo não apenas do século XX, mas também dos dias atuais. A música analisada, “Tradição”, permite ter uma breve noção das questões enfrentadas pelas comunidades negras em quesitos como moradia e permanência. Trazendo a memória do Rio Saracura e das rodas de samba do Bixiga, o autor compartilha com os ouvintes a sua visão do bairro e das manifestações culturais que ali ocorriam. Visão essa que pode ser ampliada na escuta de outras músicas de Geraldo Filme já citadas ao longo do presente texto, e também de compositores como Adoniran Barbosa, Oswaldinho da Cuíca entre outros.

Ao analisar a trajetória do compositor e de seus companheiros, bem como a maneira que os processos de transformação da cidade ocorreram, se compreende de maneira mais completa a história da população da cidade de São Paulo. A memória dos territórios destruídos, bem como as suas motivações, contribui para um olhar diverso em relação às tomadas de decisão no crescimento da cidade.

Para além disso, a denúncia presente na música de Geraldo Filme pode ser facilmente relacionada aos dias de hoje: aos problemas enfrentados anualmente em períodos de chuva, de enchentes e deslizamentos, decorrentes do encanamento dos rios e do acúmulo de lixo nos bueiros, a constante urbanização e gentrificação de áreas populares, ocasionando processos de especulação imobiliária e a consequente expulsão das populações mais pobres para a periferia, e a presente marginalização da população negra na cidade. Tais acontecimentos relacionados ao sinônimo de progresso acompanham a história da capital paulista há muitos anos, sendo a música um importante registro da memória dessa cidade, bem como reveladora das suas desigualdades.

REFERÊNCIAS DISCOGRÁFICAS

- FILME, G. Vou Sambar N'outro Lugar. In: **Plínio Marcos em prosa e samba – Nas quebradas do mundaréu**. São Paulo: Chantecler, 1974. LP.
- _____. **Tradição**. São Paulo: Gravadora Eldorado: 1980. LP (duração 37 min).
- _____. Último sambista. In: **História do Samba Paulista I**. São Paulo: CPC-UMES, 1999. CD. Intérprete Germano Matias.
- _____. **Geraldo Filme**: Coleção Memória Eldorado. São Paulo: Eldorado, 1980. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=95SZgCYbYPc>. Acesso em: 23 de nov. de 2020.
- _____. **A Música Brasileira deste Século por seus Autores e Intérpretes – Geraldo Filme**. Produtor: J. C. Botezelli. São Paulo: SESC São Paulo, 2000. Disco sonoro.
- JESUS, C. de; FILME, G.; PORTELA, D. D. da. **O Canto dos Escravos**. São Paulo: Eldorado, 1982. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gil3Mw32OnU>. Acesso em 23 de nov. de 2020.
- MARCOS, P. **Plínio Marcos em prosa e Samba**: nas quebradas do mundaréu – com Geraldo Filme, Zeca da Casa Verde e Toniquinho Batuqueiro. São Paulo: 1974. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kUBlr4RdQ3M&t=135s>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

REFERÊNCIAS

- BANCO DE MÚSICA. Serviço de Comunicação e Cultura LTDA. Discos do Brasil, 2005. Disponível em: http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Disco=DIO4410. Acesso em: 17/11/2020.
- BARONETTI, B. S.; CAETANO, C. A. (org.). **O Cardeal do Samba: Memórias do Seu Carlão do Peruche**. São Paulo: Liber Ars, 2019.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CASTRO, M. S. **Bexiga: um bairro afro-italiano**. São Paulo: Annablume, 2008.
- CONTI, L. N. **A Memória do Samba na Capital do Trabalho: os sambistas paulistanos e a construção de uma singularidade para o samba de São Paulo (1968-1991)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CUÍCA, O.; DOMINGUES, A. **Batuqueiros da Paulicéia: enredo do samba de São Paulo**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2009.
- DOZENA, A. **A Geografia do Samba na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Polisaber, 2011.
- Encruzadas**. Locução de Sofia Chiavacci. São Paulo: 30 de novembro de 2020. Podcast. Disponível em <https://anchor.fm/sofia-chiavacci>. Acesso em 27/09/2021.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- MAGNANI, J. G. C. **Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- _____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol 17, n. 49 - junho de 2002.
- MEIER, R. Escola de samba Vai-Vai continuará no Bexiga. **Metrô CPTM**, 2020. Disponível em: <https://www.metrocptm.com.br/escola-de-samba-vai-vai-continuara-no-bixiga/>. Acesso em: 23 de nov. de 2020.
- MENGUE, P. Vai-Vai fecha acordo e deixará sede no Bixiga para construção de estação do metrô. **CNN Brasil**, São Paulo, 23 de setembro de 2021. Entretenimento. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/vai-vai-fecha-acordo-e-deixara-sede-cinquentenaria-no-bixiga/?fbclid=IwARoF3o8rZ8aoQoNHh>

pHkFiPxxWzr_oPjXXIpbntLfywMHrfJg6Qml2T-GDw. Acesso em 28/09/2021.

ROLNIK, R. Por conta do metrô, quadra da Vai-Vai tem que sair do Bexiga?. **Blog da Raquel Rolnik**, São Paulo, 2 de maio. 2013. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2013/05/02/por-conta-do-metro-quadra-da-vai-vai-tem-que-sair-do-bexiga/>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

ROLNIK, R. OUTROS 13 DE MAIO: Raquel Rolnik explica a formação de territórios negros em São Paulo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 de maio de 2018. Disponível em: <https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2018/05/10/outros-13-de-maio-raquel-rolnik-explica-a-formacao-de-territorios-negros-em-sao-paulo/>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

SAMBA à Paulista: fragmentos de uma história esquecida.

Direção: Gustavo Mello. São Paulo: TV Cultura, janeiro de 2007. 3 partes. (144 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KD1gx9xxVD8>. Acesso em: 19/11/2020

SANTOS, A. A. de O. O 'batuque dos engraxates' e o jogo da 'tiririca': duas culturas de rua paulistanas. **XXVII Simpósio Nacional de História:** Conhecimento histórico e diálogo social. Natal-RN, 22 a 26 de julho 2013, p. 1-12.

SILVA, J. C. G. **O Sub Urbano e a outra face da cidade:** Negros em São Paulo 1900-1930- Cotidiano, lazer e cidadania. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

SIMSON, O. R. de M. von. **Carnaval em Branco e Negro:** Carnaval Popular Paulistano 1914-1988. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

SIQUEIRA, R. M. Viaduto Pacaembu, São Paulo, 1958: significados de uma obra em face do processo de desenvolvimento urbano. **XVIII ENANPUR.** Natal, 27 a 31 de maio, p. 2-17, 2019.

_____. O Largo da Banana e a presença negra em São Paulo. **ANAIS DO MUSEU PAULISTA.** São Paulo, Nova Série, vol. 28, p. 1-33, 2020.

TRADIÇÃO. **Dicionário online Michaelis**, 2015.

Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=tradi%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

O CHÃO E AS ÁGUAS: CAMINHOS DE UMA PESQUISA ACADÊMICA NO SERTÃO DE CANUDOS

Dila Reis Mendes

INTRODUÇÃO

Fazer um mergulho no campo acadêmico não é uma tarefa fácil. E, para mim, não funciona fazê-lo de um modo puramente pragmático. Durante o período letivo do mestrado, assisti a vários colegas falarem de seus projetos de pesquisa e, muitas vezes, a mesma pergunta me inquietou: “mas o que te move?” Senti falta de saber dos processos subjetivos, aqueles que ultrapassam as técnicas acadêmicas, os caminhos metodológicos e os fundamentos lógicos de cada projeto. É claro que tudo isso é substancial para o desenvolvimento bem-sucedido de uma pesquisa acadêmica que, inclusive, pode ser desenvolvida sem a estampa da subjetividade de seus autores.

Escrever é, em muitas medidas, revelar-se. No fazer acadêmico, revelamo-nos também para o outro: para os professores, para os colegas, para a banca. Nesse processo, às vezes sem nem perceber, mergulhamos num inconsciente desconhecido, de costas para aquilo que nos olha e nos aponta possibilidades, como o fazem os psicanalistas. Geralmente, debaixo dessas águas, está o que nos move, nos mais variados níveis de profundidade. E é por esse mergulho que começo a minha escrita: por aquilo que me move primordialmente, e que encontrei submerso em minhas próprias águas.

O meu pai nasceu no sertão cearense. Na década de 70, migrou do Ceará até a Bahia, para tornar-se pescador de águas salgadas. Desde muito pequena, aprendi com ele que o tempo não precisava

ser contado em horas, e sim em águas — “Te encontro depois da maré baixa, filha”, ele me dizia. A imagem do sertão, portanto, nasceu em mim na própria figura de meu pai, assim: inundada de mar. Na medida em que fui crescendo, fui descobrindo outros referenciais de sertanidade, revelados essencialmente na ausência de água, no solo craquelado, nos esqueletos de animais entre cactos, na pobreza, na brutalidade; e aquele sertão-mar desenhado na minha infância ganhou outras figurações.

Em 2012 me formei arquiteta e urbanista e em seguida trabalhei alguns anos com projetos urbanísticos em zonas de fragilidade social, uma afinidade que já havia se desenhado nos primeiros anos de faculdade. E assim, ao vislumbrar o esboço de uma pesquisa acadêmica, me percebi imersa em três grandes elementos, alicerces da minha subjetividade: o sertão, as águas e as cidades. Ao unir esses três elementos, cheguei num primeiro desenho da minha pesquisa — o estudo de cidades inundadas por barragens no sertão. Com esse horizonte à frente, se iniciou o processo de aprofundamento e de delineamento do trabalho, desde a busca de discussões pertinentes para o campo acadêmico até a escolha de um recorte que coubesse no tempo de um mestrado.

Por inúmeros motivos que não cabem neste artigo (mas se encontram detalhados na minha dissertação³²) escolhi trabalhar com a cidade de Canudos, no sertão da Bahia. Canudos foi destruída pelo exército brasileiro em 1897 e, décadas depois, a cidade reconstruída pelos sobreviventes da guerra foi inundada pela construção do Açude Cocorobó em 1969. Em linhas gerais, a pesquisa se debruçou sobre as memórias canudenses diante do evento da inundação e do afloramento de suas ruínas, partindo da hipótese que os tecidos urbanos inundados, quando reaparecem, provocam memórias, afetos e lembranças. Tratou-

32 A dissertação intitulada *O chão e as águas: memórias de uma cidade sertaneja* (REIS MENDES, 2020) foi defendida em setembro de 2020 e desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) - UFBA.

se de uma investigação multidisciplinar, que se propôs a investigar os inúmeros caminhos abertos a partir desse transbordar.

Este artigo, por sua vez, trata dos caminhos subjetivos e metodológicos que fizeram parte da minha pesquisa de mestrado. Ao contrário do que sugerem muitos artigos, cartilhas, dicionários, blogs voltados para pesquisas acadêmicas, entre outros, eu só fui, de fato, compreender melhor os meus caminhos metodológicos depois das três viagens de campo à Canudos, já durante o processo da escrita da dissertação. Evidentemente, não foi um processo vivido sem angústia: todas as leituras e até mesmo diálogos com colegas e professores, recomendavam que a definição da metodologia deveria ser feita nos primeiros passos da pesquisa, mas, por mais que eu tentasse, não conseguia sair de meros esboços confusos e desconexos.

Nas linhas a seguir, tratarei do meu processo de elaboração e entendimento da metodologia de pesquisa, que se deu de modo um tanto discordante do que me sugeria a própria academia — a começar por ter me permitido mergulhar em campo sem um método pré-definido. A partir, especialmente, das teorias do antropólogo britânico Tim Ingold (2012, 2015, 2016, 2017), das filosofias do historiador francês Michel de Certeau (1998) e da poética do escritor italiano Italo Calvino (1994) reafirmei a importância do caminhar, do intuir, do imaginar e, sobretudo, de olhar para além das cidades inundadas, deixando entrar o inusitado, as entrelinhas, aquilo que transborda.

TRILHAS METODOLÓGICAS

“Essa história começa ao rés do chão, com passos” (CERTEAU, 1998, p. 176). Assim Michel de Certeau (1998) inicia uma discussão que se chama *A fala dos passos perdidos*, em sua obra *A invenção do cotidiano*. E foi assim mesmo, ao rés do chão sertanejo, que dei meus primeiros passos em um campo fértil e falante, que tanto me inspirou e ensinou — e justamente nesse processo, me deparei com uma imensa dificuldade em desenhar a metodologia que iria guiar os caminhos da pesquisa em campo. “Mas o que é método? Como é

que se desenha um método?” — eu (arquiteta, urbanista e chegada a desenhos) perguntava, angustiada, para a minha orientadora, para inúmeros professores, para os colegas, e nenhuma resposta parecia fazer sentido, ou acender qualquer luz para uma dúvida que eu tampouco sabia elaborar.

Foi num retorno ao meu próprio processo de elaboração do trabalho final de graduação, lá nos idos de 2011, que um primeiro clarão se acendeu nesse tocante. No curso de arquitetura e urbanismo o método mais comum nos trabalhos finais da minha época era: primeiro, a escolha de um projeto de grande porte que fizesse parte de nosso leque de desejos e afinidades temáticas (uma biblioteca, um centro cultural, uma escola, dentre outras inúmeras possibilidades, por exemplo); segundo, a busca de um lugar na cidade (ou em outros locais) que abraçasse e comportasse o equipamento a ser projetado.

Na época, estabeleci um forte estranhamento (e conseqüente angústia) com esse modo de conduzir a pesquisa, pois não me parecia razoável, ainda que num exercício teórico, impor o meu desejo de projeto e edificá-lo em qualquer lugar que fosse. Não consegui seguir por esse caminho e, em um movimento intuitivo — e digo intuitivo porque não cheguei tão longe nessa elaboração ao desenvolver aquele trabalho — fiz o caminho reverso: decidi escolher um lugar de afinidade e percorrê-lo, escutá-lo e enfim perceber, numa dinâmica de troca e entrelaçamento, o que caberia ali.

E assim o fiz, escolhi o Subúrbio Ferroviário em Salvador³³, e os meus primeiros passos dessa pesquisa foram, literalmente, percorrer a região (de trem, de ônibus, de barco, a pé), observar os movimentos do lugar, conhecer seus habitantes, dialogar com eles, escutar as suas perspectivas e demandas para, enfim, elaborar um projeto que nascesse dessa troca. Foram meses de caminhadas pelo Subúrbio antes de tentar esboçar as primeiras linhas de um projeto arquitetônico e urbanístico, e só agora, mais de oito anos depois, me dei conta de que fiz uma imersão em campo, pois na época a noção

33 Região da cidade de Salvador-BA por onde passava uma linha férrea de transporte urbano.

de “trabalho de campo” nem cabia na curta janela de tempo de um trabalho de conclusão de curso.

Foi no retorno a essa experiência anterior que pude me repositonar sobre o desenvolvimento da minha dissertação e, finalmente, acender uma luz sobre a metodologia que eu estava desenvolvendo. Essa luz revela, dentre outras coisas, que assim como na experiência da graduação, há algo de intuitivo no movimento metodológico que é difícil de assumir, pois “intuição” não é palavra facilmente tolerada no campo acadêmico — a própria ideia de intuição já implica em uma busca de autores que a validem enquanto método científico. Houve, portanto, um enorme esforço da minha parte para tentar encontrar um “quadro metodológico” que se encaixasse nos meus movimentos dentro da pesquisa, e nenhuma das sugestões e alternativas que surgiram pareciam adequadas.

Eu sentia que era preciso mergulhar no campo. E mergulhei. Parti pela primeira vez para Canudos em dezembro de 2018 carregando um esboço metodológico confuso e falho, tentando encaixar autores que mais me confundiam do que elucidavam naquele momento. Mas sustentei a ideia de construir o primeiro contato com a cidade sem elaborar entrevistas nem levar gravadores, apenas caminhei, percorri os espaços e fui percorrida por eles, percebi os vínculos que já me precediam, observei, dialoguei com os habitantes da cidade, escutei. E, não sei se por sorte de principiante, o campo explodiu nas águas que eu tanto buscava já no primeiro dia da minha chegada.

Percebi, bastante tempo depois, que todo esse movimento se configura também como método. E que a sensação de inadequação vem de uma dinâmica muito própria da academia de colocar aquilo que é intuitivo, imaginativo e até mesmo poético numa escala secundária de legitimação. E na busca por abordagens que pudessem dialogar com esse movimento desejante de intuição, imaginação e poesia, fui apresentada ao trabalho do antropólogo britânico Tim Ingold (2012, 2015, 2016, 2017) que trata, dentre outras coisas, de questionar a dicotomia entre natureza e cultura e de valorizar o caminhar.

Em seu artigo intitulado *O dédalo e o labirinto: caminhar*,

imaginar e educar a atenção, Ingold (2015, p. 21) já começa dizendo: “Se você é educado para saber demais sobre as coisas, há o perigo de ver seu próprio conhecimento, ao invés das coisas em si”. A partir dessa observação, consigo perceber que se eu tivesse ido à campo com um quadro metodológico bem estabelecido e fechado, como cheguei a supor que deveria ser, eu correria o risco de enxergar somente aquilo que eu estava buscando. E agora consigo perceber a importância (e mesmo a validade) de abraçar os desejos subjetivos e pessoais que impulsionaram a realização da minha pesquisa, sem tentar enquadrá-los a qualquer custo em uma teoria ou metodologia pré-estabelecida.

Não quero com isso diminuir o lugar do fazer científico e acadêmico, mas é preciso transbordar alguns rigores que ainda comandam esse campo e abrir espaço para a intuição, para a imaginação e para o caminhar. Num ensaio chamado *Sonhando com dragões: sobre a imaginação da vida real*, Tim Ingold (2017) propõe uma cura entre o mundo real e aquilo que imaginamos dele, compreendendo o real enquanto meio oficial da ciência moderna e a imaginação enquanto elemento inconciliável com a realidade, sustentado pela ciência apenas no nível do lampejo. O antropólogo retorna aos argumentos de Francis Bacon, nos idos do século XVII, fincados numa lógica científica sistemática que rechaçava qualquer conciliação entre o real e o imaginário e, diante disso, afirma que

A ciência atual ainda se legitima apelando aos dados, que se verificam uma e outra vez numa busca interminável da verdade através da eliminação do erro. E na sua maioria, as ciências da mente e da cultura (a psicologia e a antropologia) têm embarcado na mesma empresa. (...) Todos estão de acordo que, por nenhum motivo, devem se confundir os espaços do real e do imaginário, pois a autoridade mesma da ciência se baseia em sua pretensão de ser capaz de revelar os fatos que estão por trás das fantasias que a imaginação plasma diante de nossos olhos. (INGOLD, 2017, p. 26).

Ingold (2017, p. 26) estabelece, portanto, uma crítica extremamente pertinente às graves consequências do legado de Bacon que, segundo ele, “tem deixado a imaginação à deriva, longe de sua ancoragem terrestre” e ainda aponta o quanto a supremacia e a autoridade do

conhecimento científico promovem uma “divisão da vida real e da imaginação em dois âmbitos mutuamente excludentes de fatos e fábulas”. É uma estrutura que, afinal, compreende o imaginário como sinônimo de inexistente.

O antropólogo traz, então, a história de um monge³⁴ que, queixoso do enclausuramento monástico, é expulso pelo padre Benedito e já nos primeiros passos fora do mosteiro dá de cara com um dragão. Apavorado, o monge grita por socorro e é acudido pelos seus irmãos, que não viram o dragão, mas o ajudaram mesmo assim e o levaram de volta ao mosteiro. Nesse sentido, Ingold (2017, p. 28) analisa que os outros monges reconheceram a aflição do irmão e os sintomas provocados pela visão do dragão e que a criatura, por sua vez, “não era a causa objetiva do medo; era a forma mesma do medo”.

Ele percebe, ainda, que os pensadores medievais não distinguem a imaginação da vida real e sim compreendiam seus produtos como “formas externas da experiência humana visceral” (INGOLD, 2017, p. 29). Segundo Ingold (2017), a ruptura dessa relação, que aconteceu desde Bacon e Galileu, se estende até hoje e se repete

na educação de todas as crianças, a quem lhes é ensinado sobre a dor da falência de suas próprias análises, a desconfiar do sensorial, a valorizar mais o intelecto do que a intuição, a considerar a imaginação como um escape da vida real, mais que como seu próprio impulso. (INGOLD, 2017, p. 27).

Com isso, voltamos para a crítica ao fazer científico que, ainda hoje, abre pouco espaço para a imaginação e a intuição, elementos essenciais para a percepção dos caminhos que percorremos na elaboração de uma pesquisa acadêmica. Ingold (2017, p. 35) observa que as pessoas da Idade Média eram sensíveis aos caminhos percorridos e estabeleciam “um compromisso perceptual íntimo com seus redores”, compreendendo que o conhecimento é provisório e inseguro e não está desenhado nas pedras:

34 A história, escrita por Gregório, o Grande, em 594 d.C., foi tirada do livro *A vida de São Benedito de Nursia*, de Tim Ingold (2017).

em vez de avançar por um terreno familiar que se desdobra continuamente, no qual nem as palavras nem as obras se repetem, o científico se propõe a mapear uma terra incógnita já existente, isto é, descobrir, através de um procedimento de decodificação ou decifração, o que já existe de fato e in loco. (...) o mundo deixou de oferecer conselhos e se converteu bem mais num depósito de dados que, em si mesmos, não ofereciam nenhuma guia sobre o que devia ser feito com isso. (INGOLD, 2017, p. 35).

O conhecimento medieval se concebia no movimento, no deslocamento (INGOLD, 2017). Nesse sentido, Tim Ingold (2015, p. 28) propõe que a educação não tem a ver com “assumir uma perspectiva sobre as coisas” ou “chegar num ponto de vista”, mas sim com os processos e com o próprio caminho. A atenção do caminhante, para Ingold, “não vem da chegada a uma posição, mas de ser constantemente apartado dela, do próprio deslocamento” (INGOLD, 2015, p. 28).

A proposta de se apartar de uma linha de chegada é justamente para devolver o caminhante ao próprio caminho, ao próprio mundo, afinal, crescemos no mundo na medida em que o mundo cresce em nós (INGOLD, 2017). Isso já rompe com a ideia ainda bastante arraigada de que o pesquisador está na posição de agente, enquanto os sujeitos de pesquisa são entidades passivas, à espera de serem encontradas e iluminadas — um acontece para o outro (HILLESHEIM, BERNARDES e FLORES DE MEDEIROS, 2009).

Do mesmo modo que interrogamos o mundo, também somos interrogados por ele. O antropólogo e sociólogo Bruno Latour (2006), em um diálogo com um estudante que supõe o dever de ensinar algo aos sujeitos investigados, o questiona firmemente: “O que o faz pensar que um estudo sempre supõe ensinar coisas às pessoas estudadas?” (LATOURE, 2006, p. 347), e defende a ideia de que nós é que aprendemos com os atores que estudamos. Tim Ingold (2017, p. 41) defende a mesma ideia, apontando que o caminho “Consiste em nos virarmos em direção aos outros pelo que eles têm a nos ensinar sobre conhecer-no-mundo como forma de compromisso, de ser e deixar de ser, e em encontrar uma base para a esperança”.

Hillesheim, Bernardes e Flores de Medeiros (2009) fazem uma

análise dos movimentos do pesquisador em campo a partir da obra *Palomar*, de Italo Calvino (1994). Palomar é um personagem que observa o mundo, a começar pelo mar: ele decide, na verdade, observar uma única onda, apreender a sua essência, compreender o seu movimento, mas logo descobre que as ondas se misturam umas às outras, de modo que é impossível isolá-las em um polígono de observação:

A dificuldade está em fixar os limites desse quadrado, porque, por exemplo, se ele considera como o lado mais distante de si a linha em relevo de uma onda que avança, essa linha ao aproximar-se dele irá, erguendo-se, ocultar de sua vista tudo o que está atrás; e eis que o espaço tomado para exame se destaca e ao mesmo tempo se comprime. Contudo, o senhor Palomar não perde o ânimo e a cada momento acredita haver conseguido observar tudo o que poderia ver de seu ponto de observação, mas sempre ocorre alguma coisa que não tinha levado em conta. (CALVINO, 1994, p. 9).

Segundo Hillesheim, Berdardes e Flores de Medeiros (2009, p. 216), o personagem de Calvino se apoia nos métodos científicos modernos, ou seja, “nos caminhos retos que conduzem às soluções esperadas”, onde “Para conhecer é necessário fragmentar, recortar o mundo em pedacinhos que caibam em nossas explicações limitadas”. No fim do conto, Calvino (1994) conclui:

É pena que a imagem que o senhor Palomar havia conseguido organizar com tanta minúcia agora se desfigure, se fragmente e se perca. Só conseguindo manter presentes todos os aspectos juntos, ele poderia iniciar a segunda fase da operação: estender esse conhecimento a todo o universo. Bastaria não perder a paciência, coisa que não tarda a acontecer. O senhor Palomar afasta-se ao longo da praia, com os nervos tensos como havia chegado e ainda mais inseguro de tudo. (CALVINO, 1994, p. 11).

Essa tensão e insegurança se aproximam do modo como me senti quando tentei adequar a qualquer custo um quadro metodológico nos primeiros passos da minha pesquisa. Foi como tentar isolar uma onda das outras, limitando o olhar para o que acontece ao redor, como se as coisas não estivessem entrelaçadas, ou como se nós, caminhantes, estivéssemos apartados do próprio caminho que percorremos. Nesse

sentido, é preciso estar aberto para a surpresa, para o desconhecido, para aquilo que extrapola as nossas suposições, para a onda que se segue e que não podemos sequer calcular a sua forma, tamanho ou movimento.

Tudo isso nos devolve para a importância do caminhar, do intuir, do observar e do imaginar. Ingold reforça a importância do imaginar e o quanto essa ação não está ligada meramente a construções imagéticas ou representações mentais. Imaginar algo, ele diz, é aparecê-lo, e trata de “um movimento de abertura e não de fechamento; produz não fins, mas começos” (INGOLD, 2015, p. 30). O valor da imaginação está, dentre outras coisas, na sua capacidade de equilibrar o modo cartesiano de conduzir os caminhos, trazendo a importância do sensível e do sensitivo:

 Ao invés de uma mente dominante que já conhece sua vontade conduzindo um corpo subserviente, na frente vai uma imaginação que sente o caminho adiante, tentando passar por um mundo ainda não formado, trazendo a reboque uma percepção já educada nos modos do mundo e habilidosa na observação e reação às suas propiciações. (INGOLD, 2015, p. 32).

Acredito, então, que a caminhada deve abrir espaço para a imaginação e retomo aqui a importância do próprio deslocamento, e não de uma conclusão ou um ponto de chegada. Caminhar, afirma Masschelein (apud INGOLD, 2015, p. 29), “é ser comandado por aquilo que ainda não está dado, mas está a caminho de sê-lo”. No trabalho de campo, isso se traduz na atenção ao deslocamento, aos processos, aos trajetos percorridos, aos encontros, às mudanças, aos diálogos, aos mitos, aos mortos e, enfim, às próprias surpresas que o campo oferece.

Voltemos, pois, ao rés do chão, aos primeiros passos dessa caminhada, apontados no início deste artigo. Michel de Certeau (1998) ressalta o caráter qualitativo, e não quantitativo dos passos, e o quanto eles são capazes de moldar os espaços e tecer os lugares. Quando caminhamos, deixamos rastros. Segundo Ingold e Vergunst (2016, p. 8, tradução nossa), os rastros e os passos são impressões, e não carimbos ou inscrições; e essas impressões se arranjam nas trilhas

assim como palavras se arranjam num texto: “Nos dois casos, é lendo as marcas em sequência, ao invés de inspecioná-las individualmente, que o fio da narrativa se desenrola”.

A possibilidade de ler os rastros de uma caminhada também é acolhida por Michel de Certeau (1998, p. 177), que compreende o ato de caminhar como espaço de enunciação: “O ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (o *speech act*) está para a língua ou para os enunciados proferidos”. O caminhar, segundo ele, tem uma tríplice função enunciativa:

é um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma realização espacial do lugar (assim como o ato de palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica relações entre posições diferenciadas, ou seja, ‘contratos’ pragmáticos sob a forma de movimentos (assim como a enunciação verbal é ‘alocução’, ‘coloca o outro em face’ do locutor e põe em jogo contratos entre colocutores). (CERTEAU, 1998, p. 177).

Essa ideia se aproxima da discussão do filósofo Paul Ricoeur (2016) quando em seu texto *Arquitetura e Narratividade* (tradução nossa) ele propõe que a arquitetura e o urbanismo operam a tríplice mimese no espaço assim como a narrativa opera em relação ao tempo. Embora na terceira mimese, a refiguração, Ricoeur (2016) traga o encontro entre o espaço construído e o modo de habitá-lo, Michel De Certeau (1998) aprofunda a presença dos sujeitos — os caminhantes — nesses espaços, revelando uma complexa rede de escrituras entrelaçadas que formam múltiplas histórias (CERTEAU, 1998).

Ricoeur (2016) sugere, por meio de uma analogia com as narrativas literárias, que podemos ler os espaços, enquanto Michel de Certeau (1998) propõe que podemos ouvir as caminhadas. As ideias de Ingold e Vergunst (2016, p. 10, tradução nossa) reforçam esse diálogo, quando eles afirmam ser “importante ter em mente que assim como há mais no caminhar do que apenas a interação dos passos, também há mais na narração do que a concatenação de palavras”. Na confluência entre esses três autores, o que se vê são propostas de extrapolar formas e

ações e de abrir possibilidades de leitura do nosso modo de ser e estar no mundo e também do modo como o mundo acontece para nós.

Percebo, então, a importância do meu primeiro contato com Canudos não ter sido excessivamente metodizado e de ter havido espaço para tantas outras coisas além daquilo que eu buscava e atribuía protagonismo: a cidade inundada. Como já mencionei antes, não preparei entrevistas e gravadores e fui aberta para as surpresas e os imprevistos, e embora isso por si só possa ser considerado um método, houve um quê de intuição e de instinto nesse movimento que é preciso pontuar, admitir e valorizar. Na ocasião da primeira ida à campo, eu não havia lido Tim Ingold e, portanto, não havia percebido o quanto as suas teorias dialogavam com as minhas afinidades e dinâmicas acadêmicas, por exemplo.

É fundamental abrir espaço para o inusitado e estar aberto para que outros elementos possam partilhar ou mesmo assumir o protagonismo. Estivesse eu voltada apenas para as ruínas inundadas de Canudos, certamente perderia as tantas preciosidades que seguiam acontecendo todos os dias e que poderiam passar despercebidas. Não quero dizer com isso que devemos olhar para todas as coisas, até porque isso não é possível — a própria subjetividade, nesse sentido, já é um filtro ativo, afinal, sempre haverá algo que não conseguiremos ver ou escutar e que tem a ver com nossas próprias dores, lutos e recalques. Do mesmo modo, sempre haverá algo que o outro, nessa interação, não conseguirá nos falar ou apontar.

O próprio ato de caminhar em Canudos, por sua vez, me mostrou que também os caminhos se movem, que os silêncios têm eco, que os chãos têm texturas e profundidades variadas, que as coisas têm voz e palavra. Parti para buscar os rastros de uma cidade inundada e descobri que os caminhos até chegar lá eram feitos ora de terra, ora de água; que, por vezes, o solo trincado carrega conchas; que as paisagens ressoam; que é possível se afundar no massapê; que há diversas formas de andar na água e que não foram somente os humanos que me disseram coisas.

AO RÉS DO CHÃO

A primeira preciosidade do caminho foi o próprio sertão. Em dezembro de 2018 parti pela primeira vez para Canudos e, durante o caminho, o sertão foi se desenhando lentamente na paisagem, pela janela do ônibus — avermelhando-se. Nove longas horas de viagem depois, cheguei em uma cidade simpática de ruas largas e casas pequenas, cabras caminhando soltas pelas ruas, e um céu escuro e carregado de nuvens cinzentas enredando a paisagem. Desci do ônibus e parei em uma lanchonete para pedir informações sobre qual direção seguir, quando percebi a conversa entre duas senhoras sentadas à porta de casa: “Agora ela vem, tá vendo ali? *Essas nuvem* assim, só pode ser ela. É a chuva”. E era mesmo. Poucas horas depois da minha chegada, o céu irrompe-se em águas e trovões: chovia em dezembro no sertão de Canudos, e era só o que se ouvia na região. E eu, sem um plano metodológico rígido, fui me deixando levar pelo fluxo da cidade, agora comandado por essas águas tão esperadas — uma grata surpresa para a população, que não as via há tantos verões, e também para mim, que não esperava ser recebida por esse encontro entre água e sertão que me instigava desde a infância.

A segunda surpresa, portanto, foram as águas. A madrugada inteira da minha primeira noite na cidade dividiu o espaço com o forte barulho das chuvas e, no dia seguinte, com o entusiasmo de todos os sujeitos que encontrei pelo caminho. Guardei no meu caderno de campo um diálogo corriqueiro entre duas senhoras, uma delas dizia “Mulher, eu acordei tão feliz hoje e nem sei o porquê... Ah, lembrei! É por causa da chuva...”

Na manhã do meu primeiro dia na cidade, parti para visitar o local que um dia abrigou o arraial de Belo Monte e a cidade construída por seus sobreviventes, a poucos quilômetros da atual Canudos. A última notícia que encontrei sobre o aparecimento de suas ruínas datava de 2013³⁵, então eu não fazia ideia se iria encontrá-las submersas ou

35 O jornal *Correio da Bahia* fez uma reportagem sobre o reaparecimento das ruínas de Canudos, publicada em 5 de maio de 2013. Disponível em: <https://www.>

aparentes. Fui acompanhada por João Batista, historiador canudense, descendente de conselheiristas e guia local, estudioso da história de sua terra e alguém que se tornou um apoio fundamental para o desenvolvimento da minha pesquisa.

O sol ardeu na caatinga daquela região por três anos consecutivos. As ruínas da Igreja de Santo Antônio estavam totalmente descobertas, repousadas na beira das águas do rio Vaza-Barris, que se aproximava com velocidade. Foi possível vê-las, tocá-las. Ali, nos seus arredores, havia conchas espalhadas no solo trincado por um sol incansável, revelando uma terra onde sertão e mar³⁶ existiam ao mesmo tempo. Em pouco tempo chegou novamente a chuva que já se anunciava e foi preciso sair do local rapidamente, pois o rio vinha chegando com força para deitar-se mais uma vez sobre as velhas Canudos.

Figura 1 – Ruínas no chão



Fotografia: Dila Reis, 2018

correio24horas.com.br/noticia/nid/com-a-estiagem-cidade-de-canudos-volta-a-aparecer-apos-17-anos/. Acesso em 12 ago. 2019.

³⁶ Embora este solo carregue um rio, o Vaza-Barris, aqui a ideia de “sertão e mar” vem da célebre profecia de Antônio Conselheiro “O sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão”.

Quatro dias depois, com as ruínas já parcialmente submersas, retornei ao lugar das velhas Canudos, com a ajuda de João Batista e de um pescador local, que nos levou lá em sua canoa a remo. Foi muito especial poder ter visto de perto o enlace entre as águas, as cidades e o sertão — esses três elementos que movimentam o meu desejo e a minha curiosidade — sobretudo por se tratar de um acontecimento espontâneo, para o qual não podemos nos programar ou antecipar. O campo é, afinal, esse espaço de surpresas, de possibilidades, de desafios, de provocações e, especialmente, de trocas.³⁷

Figura 2 – Ruínas nas águas



Fotografia: Dila Reis, 2018

Por tudo isso, devemos educar a atenção para os caminhos. Ingold (2015, p. 23) aponta para uma variante etimológica do verbo educar em latim, *educere*, que se desdobra em *ex* (fora) + *ducere* (levar), em contraponto a *educare*, que carrega o sentido de “criar, cultivar, inculcar

³⁷ O resultado dessas trocas está na quarta e última seção da dissertação que despertou este artigo (REIS MENDES, 2020), disponível no repositório da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

um padrão de conduta aprovado juntamente com o conhecimento que o sustenta”. A partir disso, ele propõe o caminhar enquanto um modelo alternativo de educação que não tem a ver com inculcar o conhecimento nos alunos, mas sim com atentar para os caminhos, observar o que aparece e fazer aparecer coisas, enfim, buscar um sentido de educação que nos conduza para fora, para o mundo.

O mundo de Canudos me ensinou sobre as memórias, sobre as águas, sobre o tempo, sobre as reminiscências, sobre lutas, sobre ressignificação, sobre sobrevivência, sobre transformação. Durante a viagem Salvador-Canudos (ainda na minha primeira ida à Canudos) observei pela janela do ônibus a paisagem se transformar lentamente em sertão — as árvores se afinaram em arbustos e cactos, os verdes foram se esbranquiçando até desaparecerem, o chão foi alcançando intensos tons de vermelho — e nessa altura eu nem tinha noção da importância dos caminhos ou do quanto eles nos dizem.

Os meus primeiros passos em Canudos também me mostraram conchas num solo trincado; revelaram um chão que ressoava a mítica conselheirista “o sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão”; me levaram aos vestígios de uma cidade que tanto instigaram o meu imaginário — e eu os vi em sua inteireza, fincados no chão, e dias depois os vi serem lentamente engolidos pelas águas do Vaza-Barris; os meus passos me levaram a tantas pessoas que me contaram suas histórias, ou a história de seus antepassados, ou somente um caso cotidiano que nada tinha a ver com a guerra e com as águas, mas que fazem parte dessa rica e complexa malha de experiências.

Sobre essa malha, Ingold (2012) traz concepções do geógrafo Torsten Hägerstrand (1976 apud INGOLD, 2012, p. 39), que propôs uma espécie de “trajetória contínua de devir” protagonizada por humanos, animais, plantas, pedras, prédios (ou o que ele chama de elementos constituintes do ambiente) e que se resume na ideia de que seus movimentos e encontros através do tempo implicam em combinações diversas, formando feixes e pontos que ele compreende como “A grande tapeçaria da Natureza tecida pela história” (HÄGERSTRAND, 1976 apud INGOLD, 2012, p. 39). Ingold (2012, p. 39) compreende que “(...) o emaranhar dessas trajetórias que não

param de se estender constitui a textura do mundo”. Para ele, “(...) a tapeçaria de Hägerstrand é um campo não de pontos interconectados, mas de linhas entrelaçadas; não é uma rede (*network*), mas o que eu gostaria de chamar de malha (*meshwork*)” (INGOLD, 2012, p. 39).

A minha segunda ida à Canudos aconteceu 5 meses depois da primeira, e nesse intervalo as chuvas seguiram intensas e contínuas. Da janela do carro, busquei a transformação da paisagem que havia experimentado na primeira viagem, mas não encontrei: a vegetação não perdeu suas folhas; os verdes seguiram intensos o percurso inteiro; e o chão nem se via — estava coberto de plantas ou de águas. Os caminhos me contaram outras cores, outras texturas; reencontrei pessoas que conheci na primeira viagem e conheci outras novas; descobri novas trilhas e redescobri as velhas; meus passos me levaram para o cume da serra do Cocorobó, de onde pude ver os horizontes de um rio.

Me deparei com uma paisagem completamente modificada por cinco meses de chuvas constantes — conheci, pela primeira vez, um sertão absolutamente florido, como se tivesse despertado de um sono profundo. O verde do início da viagem, partindo de Salvador, se manteve incólume até Canudos. A caatinga reinava exuberante, transbordando seus infinitos tons de verde, partilhando espaço com as águas cheias dos brejos e do açude, que já havia engolido por completo as ruínas de Canudos. Conheci, portanto, um sertão que não costuma ser mostrado nas reportagens, nas fotografias ou na televisão, como se a natureza que explode com as chuvas não fosse também parte inerente dessa terra.

Na primeira vez passei sete dias e nessa segunda um pouco menos, cinco dias. Também não levei entrevistas nem gravadores, apenas o mesmo caderno de campo e um celular para fazer fotos e vídeos. Compreendo a segunda estadia como uma espécie de aprofundamento: já não me sentia tão estrangeira, pude reconhecer alguns caminhos, rostos e gestos, me movia com mais facilidade pelas ruas, mas ainda assim descobri que as paisagens podem se transformar profundamente, e que aqueles caminhos que pareciam familiares podem abrir novas trilhas e levar a novos lugares.

Figura 3 – Depois da chuva



Fotografia: Dila Reis, 2019

Figura 4 – Águas espelhadas do açude



Fotografia: Dila Reis, 2019

A terceira e última imersão em campo aconteceu quase um ano depois da primeira, em novembro de 2019 e foi significativamente mais longa que as outras duas: passei um mês inteiro na cidade. Já não chovia na região desde a minha última visita em maio, e a paisagem pela janela do ônibus já se assemelhou à da primeira viagem, embora com transformações mais tímidas em função do meu horário de partida, na alvorada, que não me permitiu assistir durante o trajeto o espetáculo que é o entardecer sertanejo.

Dessa vez parti com planos menos erráticos e com a proposta de entrevistar um grupo de pessoas, não necessariamente em conjunto, e desenhamos, eu e a minha orientadora, duas perguntas-guia, sendo a primeira: “O que significa, para você, ser conselheirista?”; e a segunda: “O que se sente quando os vestígios da velha Canudos reaparecem?” A ideia da primeira pergunta foi perceber as posições identitárias dos sujeitos, seja dentro ou fora do conselheirismo, pois os primeiros campos revelaram o peso de Antônio Conselheiro nas paisagens, nos caminhos, nos diálogos e na própria identificação política e ideológica de muita gente.

A pergunta sobre ser conselheirista ou sobre como se vê o conselheirismo surgiu justamente de uma percepção anterior às entrevistas, quando me dei conta da frequência e do destaque dessa identificação. Ouvi muito, já nos meus primeiros campos, a frase “sou conselheirista”, e não demorei para compreender que se tratava de algo importante a ser afirmado. Com o tempo, fui descobrindo que essa identificação não se limitava somente a uma descendência direta e hereditária com os seguidores de Antônio Conselheiro que lutaram na guerra, mas também com uma afinidade ideológica com o lado da história que lutou até o fim e que segue, até hoje, na luta e na resistência.

Embora, nas minhas percepções, tenha ficado a impressão de que alguns canudenses nem souberam localizar no tempo suas identificações com o conselheirismo, por se tratar de algo tão antigo e enraizado (talvez fruto da própria construção das memórias coletivas), a maior parte dos depoimentos apontaram pra uma identificação tardia, que reforça não somente o silenciamento a que

foram submetidos, mas também a potência social e ideológica das construções identitárias e dos processos de identificação:

O reconhecimento como sendo conselheirista e descendente de conselheiristas foi muito tardia. Porque, por exemplo, tem a disciplina História de Canudos desde 1991, então a gente cresceu tendo essa disciplina na escola. Como até hoje é, a disciplina passou por a gente. E a gente foi crescendo... E como eu cresci longe das minhas raízes, do meu seio materno e dessa descendência, esse reconhecimento veio tarde demais. Ele veio em 2005, só quando eu fui trabalhar no Memorial Antônio Conselheiro foi que eu me reconheci como sendo conselheirista. E professor João Ferreira disse 'Ói, aproveite e vá estudar a sua história.' Pra você ter uma ideia, eu fui descobrir esses dias que eu era parente de João, meu professor! (...) E aí eu fui crescendo praticamente longe, né, longe da minha avó, da minha bisavó, da minha tia avó, enfim, de todo mundo que morava na Barriguda e que tinha essa descendência direta. E ninguém nunca falava que eu era... seus avôs, seu bisavô, seu tataravô estiveram na guerra. Fui descobrir recentemente que minha tataravó foi levada prisioneira junto com a avó de Dona Duru, com a mãe de João de Régis, e com a avó também de João de Régis, sobreviventes da guerra. (...) E aí, assim, 2005 foi que eu comecei a estudar, entender um pouco, e aí fui adquirindo um pouco mais de conhecimento, fui conversar com minha tia avó. E minha tia avó [Tia Tereza] tem uma memória um pouco mais apurada do que a minha avó. Minha vó era a ovelha negra, era meio perdida e incerta. Vó era terrível, deixava os meninos e meu avô e se mandava no mundo. Ia pra São Paulo e ficava um tempo. E foi nessa coisa toda que meu avô contraiu outro casamento, com Maria Vitalina. E meu avô criou as filhas, da minha mãe e tudo, com Maria Vitalina, e é ela que eu chamo de Mainha, né. E aí Mainha foi quem ajudou meu avô a criar as filhas durante um tempo. Aí minha mãe casou, me teve e depois ela separou do meu pai, foi morar em Juazeiro e eu fiquei sendo criado por meu avô e por Mainha. E nesse distanciamento que eu fui praticamente desprendendo, ou seja, fui desligando da família de certa forma. E fiquei distante durante muito tempo. Então tem parente da gente, tio meu, irmão de minha avó, que eu fui conhecer dois anos atrás, a partir dessa busca, né. (João Batista, 2019).

Já a segunda pergunta se propõe a compreender como os sujeitos se relacionam com os vestígios da velha cidade, com a sua inundação

e o seu reaparecimento intermitente. Se propõe também a escutar o que se sente, o que evoca, e perceber quais caminhos são construídos a partir desse questionamento.

Figura 5 – Caminhos possíveis



Fotografia: Dila Reis, 2019

Não houve um desenho prévio do perfil dos entrevistados: eu estava disposta a ouvir quem quisesse falar. A experiência nos primeiros campos me possibilitou uma rede de contatos, que me levou a outras pessoas e outros caminhos, formando uma malha grande e diversa de sujeitos dispostos a me ouvir e a contar suas histórias. As entrevistas aconteceram de modo informal, a maioria na casa das próprias pessoas e, por uma questão ética, só foi gravada ou registrada por escrito com o consentimento prévio de cada um.

Apresentei, na última seção da minha dissertação, o recorte de oito entrevistas³⁸, que foram exibidas sem edições ou correções

38 Participaram das entrevistas: João Batista (34 anos), uma menina de 15 anos, uma mulher de 60 anos, uma mulher de 71 anos, uma mulher de 82 anos, um homem de 50 anos, um homem de 52 anos, um homem de 54 anos e um homem

gramaticais, mantendo a integridade daquilo que foi dito. Ainda seguindo a questão ética, os nomes dos entrevistados foram omitidos, apresentados apenas a partir de suas iniciais, já que não houve um acordo prévio nesse sentido no momento das entrevistas e por tratar de um tema que toca em questões conflitivas e delicadas (deslocamentos compulsórios, políticas públicas etc.). A única exceção foi João Batista, meu primeiro contato em Canudos e quem me abriu inúmeras possibilidades dentro da cidade e esteve presente em quase todas as entrevistas que realizei — dele tive autorização expressa para lhe nomear a voz e registrar a presença marcante e essencial em todas as etapas da minha pesquisa.

No fim das contas, o perfil dos sujeitos entrevistados refletiu o próprio campo: diverso e plural. Entrevistei homens e mulheres, com idades que alcançaram um intervalo entre 15 e 80 anos, alguns engajados no movimento conselheirista, outros não, e o resultado foi uma profusão de falas e memórias, ora complementares, ora divergentes e que abriram um universo de novos caminhos, de construções identitárias e de reconstrução de lugares. Sobre isso, Michel de Certeau (1998) diz que

As relíquias verbais de que se compõe o relato, ligadas a histórias perdidas e a gestos opacos, são justapostas numa colagem em que suas relações não são pensadas e formam, por esse fato, um conjunto simbólico. Produzem, portanto (...) possibilidades de passagem a outras paisagens, como subterrâneos e arbustos. (CERTEAU, 1998, p. 188).

A esfera da memória movimentava os relatos em níveis conscientes e inconscientes e produzem esse conjunto simbólico a que se refere Michel de Certeau (1998). Ele diz: “Só há lugar quando frequentado por espíritos múltiplos, ali escondidos em silêncio, e que se pode ‘evocar’ ou não. Só se pode morar num lugar assim povoado de lembranças” (CERTEAU, 1998, p. 189). Ele diz, ainda, que “Os relatos de lugares são bricolagens. São feitos com resíduos ou detritos de

de 56 anos. Quase todos aceitaram o uso do gravador, com exceção de uma pessoa, que preferiu que eu registrasse a entrevista apenas por escrito.

mundo” (CERTEAU, 1998, p. 188). Essa malha de resíduos de um mundo povoado de lembranças é base importante das pesquisas antropológicas, dos trabalhos em campo e, sobretudo, da troca com todos os sujeitos que encontramos nesse caminho acadêmico.

Figura 6 – Resíduos de mundo



Fotografia: Dila Reis, 2019

CONCLUSÃO

O ambiente acadêmico ainda desencoraja a utilização da primeira pessoa; o envolvimento com os sujeitos de campo; a exposição de nossas motivações individuais; as pulsões intuitivas ou outros elementos de ordem mais instintiva ou pessoal. Assumir as minhas motivações subjetivas no texto acadêmico e ouvir as minhas intuições durante o desenvolvimento da pesquisa foram ações essenciais que abriram acessos importantes no meu fazer científico. Percebi que a escuta e a atenção aos caminhos são indispensáveis nos primeiros momentos da pesquisa, e que a ausência de uma metodologia científica bem definida nesse momento não inviabiliza as viagens de

campo, pelo contrário: o campo tende a inspirar, esclarecer, abrir caminhos e possibilidades e, muitas vezes, nos coloca em contato com nossas motivações primordiais.

No sertão de Canudos reencontrei meu pai e meu luto; modifiquei algumas ideias e reafirmei outras; redesenhei a minha pesquisa; conheci novas pessoas; ampliei meus horizontes; ouvi e registrei muitas memórias e revisei as minhas próprias. Descobri, com tudo isso, cidades reais e simbólicas construídas a partir das lembranças de seus habitantes. Para acessar esses territórios durante o processo de uma pesquisa acadêmica é fundamental questionar alguns rigores científicos, bem como abrir espaço para o imaginário, para a intuição, para os afetos subjetivos, e para a valorização dos caminhos que se abrem quando partimos dispostos a olhar para além daquilo que buscamos.

REFERÊNCIAS

- CALVINO, I. **Palomar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HILLESHEIM, B.; BERNARDES, A.; FLORES DE MEDEIROS, P. Leitura de uma onda: pesquisa e observação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 213-224, set./dez. 2009.
- INGOLD, T. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 21-36, jul./dez. 2015.
- _____. Sonhando com dragões: sobre a imaginação da vida real. **ClimaCom Cultura Científica**, Campinas, ano 4, n. 10, p. 25-46, dez. 2017.
- _____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.
- INGOLD, T; VERGUNST, J. L. (ed.). **Ways of Walking: ethnography and practice on foot**. London: Routledge, 2016.
- LATOURE, B. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo

entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). **Cadernos de campo**, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 339-352, jan./dez. 2006.

REIS MENDES, D. **O chão e as águas**: memórias de uma cidade sertaneja. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RICOEUR, P. Architecture et Narrativité. **Études Ricoeuriennes / Ricoeur Studies**, Pittsburgo, v. 7, n. 2, p. 20–30, 2016. Disponível em: <https://ricoeur.pitt.edu/ojs/index.php/ricoeur/article/view/377>. Acesso em: 04 maio 2020.

ENTREVISTAS

BATISTA, João. Entrevista concedida a Dila Reis. Canudos (BA), 2019.

PERCORRENDO UMA CANUDOS DE IMAGENS: REFLEXÕES SOBRE UM ACERVO FOTOGRÁFICO

Gabriela Alves Carvalho

INTRODUÇÃO

Como parte integrante do projeto “Memória, história e práticas de vida: três atos da resistência conselheirista”, coordenado pela professora Joana Barros, e inserida no escopo dos trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Memória Urbana (CMUrb/Unifesp), a iniciativa de constituição do Acervo Claude Santos se debruça sobre a obra do fotógrafo de mesmo nome, onde se destacam as séries fotográficas sobre Canudos. A partir da experiência vivida junto a esse acervo — atuando diretamente no processo de construção do mesmo e compondo a equipe responsável pelo tratamento, seleção e descrição das imagens produzidas por Claude —, busco formas outras de se relacionar com as imagens, de observá-las, pensá-las e organizá-las.

Desde o segundo semestre de 2020, quando passei a integrar o grupo de pesquisadores do Centro de Memória Urbana (CMUrb/Unifesp), venho me aproximando do trabalho em acervos, me apropriando de seus pressupostos e práticas, conhecendo algumas de suas particularidades e desenvolvendo atividades de pesquisa com e sobre arquivos. É esse um centro de memória preocupado em registrar, preservar e difundir “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989, p. 4), procurando trazer à luz as histórias “dos excluídos, dos marginalizados e das minorias” (POLLAK, 1989, p. 4) e que, por isso e para isso, costuma realizar parcerias com projetos de pesquisa e extensão ligados à memória de grupos quase sempre invisibilizados

pela história oficial, parcerias essas que acabam por incidir diretamente sobre a construção dos acervos — desde aqueles que se debruçam sobre trajetórias de artistas LGBTQIA+ e movimentos populares, até aqueles que reúnem histórias de vida de mulheres candoblecionistas e de descendentes da luta conselheirista.

É esse o caso do projeto “Memória, história e práticas de vida: três atos da resistência conselheirista”, que procura investigar as disputas de narrativa travadas em torno da Guerra contra Canudos (1896 a 1897), além de se debruçar sobre os processos de construção e elaboração das memórias e das práticas de vida dos conselheiristas de hoje, daqueles que vivem o seu cotidiano e produzem as suas histórias naquele mesmo território. Desse projeto — especificamente a partir de um de seus eixos, denominado “memória conselheirista” — é que surge a intenção de constituição de um acervo fotográfico, tornado um objeto de pesquisa e extensão autônomo de recepção e organização do fundo documental de Claude Santos. Ao se lançar sobre a obra de Claude, artista baiano conhecido principalmente por seu trabalho como fotógrafo e documentarista, esse acervo tem o intuito de receber, tratar, organizar e publicizar o material visual e audiovisual produzido em vida por ele, sobretudo as séries fotográficas e filmográficas sobre Canudos. É com esse acervo que trabalho diretamente e, uma vez mobilizada por ele, venho procurando maneiras de me relacionar com esse mundo de imagens por diferentes vias, principalmente a partir de um diálogo entre a fenomenologia e a antropologia dos sentidos.

Por já estar muito ligada à memória e às imagens como campos de pesquisa — incluindo as relações que se podem estabelecer entre ambas —, me encontrar diante de um acervo fotográfico fez com que eu me deparasse com o surgimento de uma série de questões. Além do meu interesse pela memória e pelas imagens, a minha proximidade com a antropologia também foi decisiva para que eu passasse a encarar o trabalho junto ao acervo não só a partir de uma perspectiva técnica — relacionada às atividades de descrição e indexação dos arquivos —, mas também a partir de uma perspectiva etnográfica — encarando as imagens como interlocutoras e caminhando junto delas. O resultado desse processo são algumas reflexões que tento sistematizar neste

artigo, onde proponho que a leitura e o tratamento das imagens sejam mediados por uma relação sensível, por um estado de abertura sensorial que permita, entre outras coisas, que nos entendamos não diante de “clichês visuais” mas de uma “experiência fotográfica” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 215). A proposta aqui é o uso de uma abordagem fenomenológica para nos aproximarmos das fotografias e das tantas Canudos percorridas, imaginadas e elaboradas por elas, construindo caminho para outras possibilidades de apreensão das imagens dentro do acervo, desde o processo de organização das mesmas até a produção de diferentes instrumentos de pesquisa.

O FOTÓGRAFO E AS MUITAS CANUDOS

Nascido em Salvador no ano de 1953, Claude Santos chega a Canudos pela primeira vez ainda criança, no ano de 1964, em uma viagem feita na companhia de seu pai, Alfredo Vila-Flor. É durante essa viagem que Alfredo, também fotógrafo, registra a antiga vila da cidade — que viria a ser inundada pouco tempo depois para a construção de um açude —, produzindo imagens de uma Canudos que, mais tarde, desapareceria sob as águas. A primeira Canudos, palco do massacre bárbaro promovido pelo Exército Brasileiro contra os conselheiristas no ano de 1897, já havia sido queimada. Essa outra, registrada pelas lentes de Alfredo Vila-Flor, tratava-se já de uma segunda Canudos, reconstruída pelos conselheiristas sobreviventes, também ela impelida, com o tempo, a uma tentativa de desaparecimento forçado.

É na década de 1980 que Claude retorna a Canudos, naquela altura uma nova, construída nas margens do açude do Cocorobó. Entre sua primeira visita à cidade e seu retorno a ela, passam-se quase vinte anos. Nesse intervalo de tempo, Claude se aproxima do universo audiovisual e, já no final da década de 1970, começa a produzir seus primeiros filmes e ensaios fotográficos. Atravessado pelas imagens outrora feitas por seu pai em Canudos, retorna à cidade na condição de fotógrafo, documentarista e pesquisador autônomo, tendo como uma de suas principais influências o intelectual José Calasans — notório

historiador baiano, um dos primeiros a se debruçar sobre a Canudos dos vencidos —, de quem se aproximou e com quem compartilhou o desejo de enveredar-se pelas camadas profundas daquele território.

Os anos de 1980 também coincidem com a criação do Parque Estadual de Canudos, mais precisamente em 1986, área que fora palco da guerra e que, por isso, guarda consigo um grande valor histórico, arqueológico e memorialístico. Após sua inauguração oficial, em 1997 — ano que marca o centenário da Guerra contra Canudos —, Claude é um dos artistas e pesquisadores convidados a trabalhar no mapeamento do cenário da guerra, identificando no espaço os locais onde se deram os principais embates entre o Exército Brasileiro e os conselheiristas. Para isso, apoiou-se em uma vasta pesquisa documental, que ia desde os jornais de época e obras clássicas (como “Os Sertões”, de Euclides da Cunha), até as imagens da guerra feitas pelo fotógrafo Flávio de Barros. A partir daí, passa a ser convidado para outros projetos dedicados a trabalhar e a pensar Canudos e suas memórias.

Claude, nesses projetos, atuava sempre a partir da articulação entre o trabalho fotográfico e filmográfico e o trabalho autônomo de pesquisa. Junto deles desenvolveu em Canudos, sobretudo entre a década de 1990 e os anos 2010, trabalhos de curadoria e montagem de exposições (no Parque Estadual de Canudos e no Memorial Antônio Conselheiro) e propostas de intervenção artística (no cenário da guerra e na casa de João de Régis, um dos mais longevos descendentes da luta conselheirista), além de ter produzido seus próprios filmes e ensaios fotográficos dedicados a se debruçar sobre uma Canudos não oficial.

Sua relação sensível com aquele território interrompe-se apenas no ano de 2016, com o seu falecimento. Sua obra, vasta e multifacetada, permanece. Alguns de seus ensaios fotográficos podem ser encontrados em publicações, entre eles o ensaio “Canudos”, presente no primeiro número do *Cadernos de Fotografia Brasileira*, organizado pelo Instituto Moreira Salles, e o ensaio “Bahia”, presente no número 23 da *Revista Exú*, organizada pela Fundação Casa de Jorge Amado. Ainda assim, a despeito da amplitude de sua produção,

podemos dizer que são poucos os seus trabalhos publicados e que a sua obra possui, hoje, menos visibilidade do que deveria. É com o objetivo de torná-la conhecida e acessível aos mais diversos tipos de público, dando a devida visibilidade não só às imagens produzidas por Claude, mas às tantas Canudos, Bahias e Brasis reveladas por elas, que o Centro de Memória Urbana (CMUrb/Unifesp), os pesquisadores a ele associados e Pedro Cavalcanti (filho único do fotógrafo) têm investido esforços na criação do Acervo Claude Santos.

SOBRE ACERVOS, IMAGENS E PERCEPÇÕES

Um acervo fotográfico em pleno processo de feitura, de pensar a si e aquilo que o constitui, seus caminhos e seus meandros. A fotografia como aquilo que quer se fazer enxergar e publicizar, como aquilo que, disperso e escondido entre tantas camadas — entre pastas, entre cenas e entre véus —, quer se recuperar e pôr à vista. Há nesse acervo, nessas fotografias, algo que emerge como rugosidade³⁹ e como sintoma, rugosidade aqui entendida como as marcas de um passado que insiste em se fazer presente, sintoma aqui apreendido a partir de uma de suas dimensões na psicanálise, como uma mensagem que emana do inconsciente. Há, aqui, algo que vem do fundo, seja esse fundo aquilo que está localizado no atrás, num tempo outro, ou aquilo que está localizado no profundo, numa zona desconhecida, mas ao mesmo tempo constitutiva. E constitutiva de que, afinal? — podemos nos perguntar. Constitutiva do que Didi-Huberman (2012, p. 215-216) chamou de “experiência fotográfica” ou daquilo que ele sensivelmente definiu como “o lugar onde arde” uma imagem. Proponho então um embarque nessa experiência.

O acervo aqui em questão é aquele que leva o nome do artista baiano

39 Estou recorrendo ao conceito de rugosidade tal qual definido por Milton Santos em “A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção” (1999), referente às marcas de um outro tempo que persistem no espaço. Aqui me utilizo do conceito para pensar as marcas de um outro tempo que persistem não só no espaço, mas também nas imagens.

Claude Santos, fotógrafo que, como já mencionado, se encantou pelo mundo das imagens ainda criança, influenciado pelo pai e também fotógrafo Alfredo Vila-Flor. Entre pai e filho, um lugar em comum, vivido e experienciado afetivamente, com e por imagens: Canudos. Ao longo de décadas, a cidade palco da luta e da resistência conselheirista foi percorrida, imaginada e elaborada pelas lentes de pai e filho, que fizeram da fotografia um ato de desejo e da câmera um objeto desejante. Alfredo Vila Flor e sua(s) câmera(s) chegaram a presenciar a segunda Canudos, inundada pelo Governo Brasileiro no início dos anos 1960 para a construção do açude do Cocorobó. Já Claude, na presença da nova Canudos, erguida a quilômetros daquela outra, lançou seu olhar e moveu sua(s) câmera(s) em múltiplas direções, procurando pelas Canudos de ontem e hoje, suas visibilidades e invisibilidades, sua terra e aqueles que dela nascem: flora, mulheres e homens.

São as fotografias de Claude que compõem parte substancial desse acervo⁴⁰, distribuídas em dezenas de pastas nomeadas por ele. Nesse mundo de imagens são muitas as entradas possíveis, do chão ao céu do sertão, nas tantas Canudos de um fotógrafo que dedicou anos de pesquisa a esse território, sua gente e suas memórias insurgentes. Muitas também são as indagações que se podem fazer durante o processo — o de pensar as imagens —, passando pelo ato de olhá-las demoradamente, pasta por pasta, e com elas criar certo grau de relação, mais íntimo a cada dia. Nesse ínterim, o pensar e o observar se imbricam, se articulam de forma dialógica: penso as imagens como fagulhas, como disparadores e, no limite, como diria Roland Barthes (1984, p. 42), quase como uma ferida, como algo que lateja, me afeta e me chama; olhar para elas, observá-las, tanto é parte constitutiva do processo de pensá-las quanto aquilo que me leva ao exercício do pensamento, ao desejo cada vez maior de percorrê-las e indagá-las, de

40 Em sua totalidade, o acervo é composto pelas séries fotográficas e filmográficas sobre Canudos, o Recôncavo Baiano, a Chapada Diamantina, os Baianos e o poeta Castro Alves. Meus esforços de análise e reflexão nesse texto se concentram nas fotografias produzidas por Claude em Canudos, sendo essa uma parte digital do fundo documental organizado em vida pelo fotógrafo e referente a um desses 5 temas que constituíram suas áreas de maior interesse.

topar com os seus mistérios e de ser tocada pelo calor de suas chamas. Afinal, como dito por Didi-Huberman:

a *imagem arde*. Arde com o real do que, em um dado momento, se acercou (...). Arde pelo desejo que a alma, pela intencionalidade que a estrutura, pela enunciação, inclusive a urgência que manifesta (...). Arde pela *destruição*, pelo incêndio que quase a pulveriza, do qual escapou e cujo arquivo e possível imaginação é, por conseguinte, capaz de oferecer hoje. Arde pelo *resplendor*, isto é, pela possibilidade visual aberta por sua própria consumação: verdade valiosa mas passageira, posto que está destinada a apagar-se (...). Arde por seu intempestivo *movimento*, incapaz como é de deter-se no caminho, capaz como é de bifurcar sempre, de ir bruscamente a outra parte (...). Arde por sua audácia, quando faz com que todo retrocesso, toda retirada sejam impossíveis (...). Arde pela *dor* da qual provém e que procura todo aquele que dedica tempo para que se importe. Finalmente, a imagem arde pela *memória*, quer dizer que de todo modo arde (...). (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 216)

Fagulhas que são as imagens ardem em cada centímetro, em cada corpo ou objeto guardado dentro de si ou escondido em suas ranhuras, nas tantas formas que ensejam múltiplos conteúdos, pelas memórias e pelos afetos que as impregnam a cada novo olhar. Tratando-se de imagens produzidas em um território marcado por um evento trágico, como foi o extermínio promovido pelo Exército Brasileiro contra os conselheiristas durante a Guerra contra Canudos, as dimensões desse arder potencializam-se ainda mais. Por isso, o trabalho junto às imagens está longe de significar um empreendimento simples, menos ainda quando aquilo que se intenta é um trabalho de seleção e descrição, de organização das mesmas em um banco de dados — trabalho indispensável para a constituição de qualquer acervo. Na busca por sua preservação e publicização em um centro de memória, as imagens — nesse caso um conjunto vasto de fotografias — passam necessariamente por um manejo de caráter técnico, onde são recebidas e interpretadas, organizadas e indexadas na condição de documentos, à luz de um vocabulário controlado.

Por essa razão, penso ser inevitável a seguinte pergunta: uma vez recebidas na condição de documentos, como poderíamos operar uma

leitura e um tratamento das imagens sem terminarmos por ferir sua qualidade íntima, seu caráter multiforme, potente e provocativo? Durante o trabalho nesse acervo, onde sou eu uma das responsáveis pela seleção e descrição do material produzido por Claude, encontrei numa abordagem fenomenológica — aquela capaz de abrigar as percepções provocadas pelos sentidos e dimensionar as experiências de atravessamento vividas com e pelas imagens — uma maneira possível de se evitar o risco de, durante o processo de manejo técnico, acabar por incorrer em uma leitura que as apreendesse como “(...) meros produtos ou resultados diretos desse processo — atividades supostamente *naturais* de classificação, ordenação e instituição de marcadores temáticos e cronológicos” (CUNHA, 2004, p. 291).

Falo aqui em uma abordagem fenomenológica a partir de um diálogo direto com autores como Tim Ingold (2008) e Merleau-Ponty (1994). O que me interessa é a incorporação da percepção como uma forma de inscrição do corpo no mundo — manifestada pelo desenrolar de uma relação sensível entre o corpo (que sente) e o mundo (que é sentido) — não como uma forma de “(...) representação, mas criação, novas possibilidades de interpretação das diferentes situações existenciais” (NÓBREGA, 2008, p. 142). Me opondo radicalmente ao racionalismo cartesiano e às tradições positivistas, procuro me apoiar na fenomenologia para propor uma abordagem que não pense percepção e conhecimento como pares opostos, uma abordagem capaz de afastar a ideia de que aquilo que percebemos através dos sentidos seja ou um coadjuvante da atividade intelectual ou um conjunto de estímulos responsável por obstaculizar os processos reflexivos.

Nessa perspectiva, podemos dizer que aquilo que percebemos e a maneira pela qual isso chega até nós não nos revela, como leituras mais formalistas podem fazer crer, um quadro ilusório ou deficitário sobre as coisas do mundo. Ao contrário, o que a percepção nos revela (ou nos relembra) é que é o movimento constante do corpo no mundo que nos coloca em contato direto com ele, que nos apresenta à uma vastidão de estímulos sensoriais e que nos permite uma imersão profunda no campo da experiência e do sentir. Não há conhecimento possível sem experiência, assim como não há conhecimento possível fora do sentir

e do relacionar-se com (seja lá qual for o objeto do qual queiramos nos aproximar). No caso das imagens, poderíamos supor que o que a incorporação da percepção nesses moldes colocaria em evidência é justamente a(s) forma(s) de apreensão daquilo que chega até nós por intermédio da visão. Devo dizer, contudo, que essa interpretação sobre a percepção aponta para a conexão íntima entre os vários sentidos e, exatamente por isso, é importante que pensemos as relações que podem ser estabelecidas entre a visão e outras faculdades perceptivas.

Tim Ingold (2008), em seu artigo *Pare, Olhe, Escute! Visão, Audição e Movimento Humano*, ao apresentar uma análise minuciosa a respeito das leituras que, ao longo de séculos, foram oferecidas para se explicar as experiências de ver e ouvir, termina por propor uma ideia instigante para se pensar a visão e a audição. O autor aponta para a existência de uma “intercambialidade entre a percepção visual e auditiva” (INGOLD, 2008, p. 34), para aquilo que define como “ouvir com os olhos” e “ver com os ouvidos” (INGOLD, 2008, p. 40). Mas o que significaria “ouvir com os olhos”? E o que isso tem a ver com a organização de imagens dentro de um arquivo? Partindo de uma noção da percepção não como “(...) uma operação ‘dentro-da-cabeça’, executada sobre o material bruto das sensações, mas [como algo que] ocorre em circuitos que perpassam as fronteiras entre cérebro, corpo e mundo” (INGOLD, 2008, p. 2), Ingold identifica um sistema complexo, conectado por múltiplos fios e expresso por um vaivém entre diferentes instâncias, sendo que aquilo que é capaz de acionar e dar forma a esse vaivém é justamente o movimento humano — os movimentos de um corpo no mundo, os movimentos do mundo num corpo. Ao lançarmos nosso olhar sobre as coisas, não estamos mobilizando a visão de forma unilateral, ao contrário, estamos mobilizando nosso corpo de modo integral, a partir de um fluxo de movimento no qual tanto a visão quanto a audição surgem como lampejos de um mesmo processo: a experiência de se lançar por inteiro em direção a algo. Se digo que vejo profundamente, é também porque ouço. Nas palavras do autor:

Seguindo tanto Gibson quanto Merleau-Ponty, sugiro que olhos e ouvidos não devem ser entendidos como teclados separados

para o registro de sensações, mas, sim, como órgãos do corpo como um todo em cujo movimento, dentro do ambiente, consiste a atividade de percepção. ‘Meu corpo’, como coloca Merleau-Ponty, ‘não é uma coleção de órgãos adjacentes, mas um sistema sinérgico, cujas funções todas são exercidas e conectadas na ação geral de ser no mundo’ (1962: 234). Visão e audição, até onde podem ser de fato distinguidas, são meramente facetas dessa ação, e a qualidade da experiência, seja ela de luz ou som, é intrínseca ao movimento corporal vinculado, em vez de possuído ‘depois do fato’ pela mente. Então, se eu ouço o vôo dos pássaros é porque, seguindo seu caminho pelo céu, o movimento do meu próprio corpo – dos meus olhos, da minha mão, de fato de toda a minha postura – ressoa com o deles. (INGOLD, 2008, p. 28)

Voltemos agora às imagens. Ao nos lançarmos em direção a elas, adentramos em um território novo tal qual uma casa desconhecida. Para conhecê-la (a casa ou a imagem), é preciso que portas e janelas sejam abertas, que caminhemos por ela, passeando por seus cômodos e descobrindo seus detalhes. Poderíamos dizer que é a visão o sentido a mediar esse percurso, onde a experiência de enxergar se traduz unicamente em uma experiência de reflexão da luz; entretanto, ao abrir portas e janelas, não é apenas a luz que passa a irradiar os cômodos, mas também os sons (e outros estímulos passíveis de serem apreendidos pelos sentidos). O que essa alegoria da casa nos ajuda a entender é essencialmente duas coisas: a primeira é o tipo de densidade que estou atribuindo aqui às imagens, como algo que nos chama, que nos provoca, que parece nos convidar a percorrê-las em muitas direções; a segunda é a implicação sensorial que essa perspectiva sobre as imagens é capaz de gerar, onde o mergulhar para dentro delas, quando feito de corpo inteiro, permite a nós não só vê-las, como ouvi-las — e, de maneira mais ampla, senti-las.

No caso das imagens produzidas por Claude, a conexão sensorial mais direta que podemos traçar é justamente aquela entre o ver e o ouvir, e o que me permitiu percebê-la é precisamente isso que estou chamando aqui de abordagem fenomenológica. Agora, como cheguei a ela é uma outra questão. Por vias intrincadas, pelo desejo inicial de aproximação com aquele conjunto de imagens ou por intermédio da intuição, certo é que as próprias fotografias me apontaram caminhos.

O tempo passado com elas e a abertura para aquilo que pudessem me contar a cada olhar, a cada revisitação, logo se transformou em uma experiência de imersão, de um contato radical e profundo. Não tardou muito até que elas começassem a falar comigo, a se apresentar de diferentes maneiras, me indicando um leque de possibilidades e sutilezas que eu não poderia supor de antemão. À essa altura eu finalmente me encontrava diante de uma “experiência fotográfica”, convicta de que:

ante uma experiência deste tipo, a legibilidade das imagens não está dada de antemão, posto que privada de seus clichês, de seus costumes: primeiro suporá suspense, a mudez provisória ante um objeto visual que o deixa desconcertado, despossuído de sua capacidade de lhe dar sentido, inclusive para descrevê-lo; logo, imporá a construção desse silêncio em um trabalho de linguagem capaz de operar uma crítica de seus próprios clichês. Uma imagem bem olhada seria, portanto, uma imagem que soube desconcertar, depois renovar nossa linguagem, e, portanto, nosso pensamento. (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 215-216)

Atravessada por aquilo que passava a se revelar diante de mim, passei a enxergar também o fotógrafo por trás das imagens, a me acercar de seus processos e a imaginar sua experiência (CUNHA, 2005, p. 10). Era ele um fotógrafo afeiçoado a longas caminhadas, sempre movendo sua(s) câmara(s) pelo espaço e nos convidando, assim, a um exercício de deslocamento permanente. Desloca-se o corpo no espaço, desloca-se também o olhar e suas investidas sensíveis. Se movendo em tantas direções, não seria uma surpresa imaginar que suas fotografias sejam, também elas, carregadas de movimento. Sim, movimento, porque não há nada de estático nas fotografias feitas por ele, porque muitas das cenas que parecem fixadas por elas na verdade se arranjam numa espécie de plano sequência, comunicando-se entre si de maneira muito íntima e produzindo a sensação de um movimentar permanente.

Abaixo descrevo alguns desses movimentos percebidos e, como exemplos, apresento algumas fotografias de Claude dispostas em sequência.

Há o movimento da câmera: da direita para a esquerda e vice-versa, ou de cima para baixo e vice-versa, quando algumas das fotografias revelam um deslocar sutil pelo espaço, como se fossem fragmentos de uma sequência panorâmica.



Exemplo de movimento 1⁴¹

Há o movimento da luz ao longo do dia: a manhã se transformando em tarde, a tarde se transformando em noite, quando parece existir a vontade de captar essa passagem sutil do tempo.

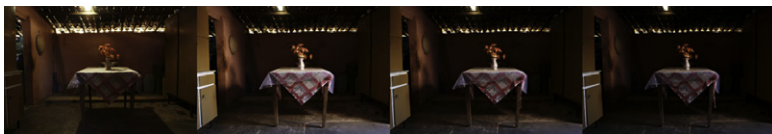


Exemplo de movimento 2⁴²

Há o movimento das cores: os diferentes ajustes de exposição (quantidade de luz a entrar pelo sensor da câmera) acabam por criar um degradê de tons, quando as cenas vão sendo captadas ora com uma tonalidade mais clara, ora com uma tonalidade mais escura, apresentando os coloridos possíveis de um mesmo enquadramento.

41 Quatro fotografias de Claude que, em sequência, expressam o movimento sutil pelo espaço.

42 Quatro fotografias de Claude que, em sequência, expressam o movimento da luz ao longo do dia.



Exemplo de movimento 3⁴³

Há o movimento dos corpos: os trabalhadores, as mulheres, os velhos, as crianças, embalados pelo movimento orgânico de seus corpos, parecem ter sido constantemente procurados pelas lentes atentas de Claude.



Exemplo de movimento 4⁴⁴

Há o movimento dos objetos: ao captar o balanço produzido nos objetos (seja por ação do vento, das águas, do calor ou das próprias mãos humanas), uma mesma cena enquadrada pode revelar movimentos sutis a cada “*click*” feito.



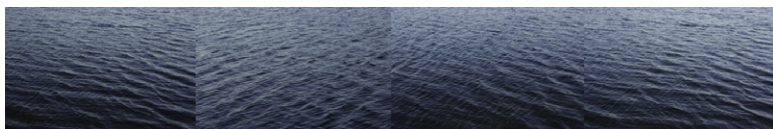
Exemplo de movimento 5⁴⁵

43 Quatro fotografias de Claude que, em sequência, expressam o movimento das cores.

44 Quatro fotografias de Claude que, em sequência, expressam o movimento dos corpos.

45 Quatro fotografias de Claude que, em sequência, expressam o movimento dos objetos.

Há, por fim, uma perspectiva ampla de movimento produzida por combinações desses que acabo de elencar, quando conjuntos de imagens revelam o que para mim agora é claro: essas fotografias são, antes de tudo, vivas.



Exemplo de movimento 6⁴⁶

O movimento nelas revelado, agora evidente para mim, só pôde se apresentar diante dos meus olhos porque antes se apresentou também à minha imaginação auditiva. A superfície das águas e sua correnteza, os interiores das casas e o balançar de suas cortinas, toalhas e luzes, a paisagem aberta e o revoar de pássaros, folhas e nuvens, o brincar das crianças e seus risos e gargalhadas soltas, os trabalhadores e a dança de seus corpos, tudo isso passou a se movimentar diante dos meus olhos porque antes eu pude escutar o movimento das águas, das cortinas, das folhas, das crianças, dos trabalhadores, enfim, porque pude compor uma paisagem sonora junto à paisagem visual ali colocada, entendendo que “se o som, aqui, é intrínseco à visão, não é porque ele guia a visão até o seu objetivo, mas porque ouvir é ver” (INGOLD, 2008, p. 39). O autor conclui:

Se a audição é um modo de engajamento participativo com o ambiente, não é porque se opõe, nesse aspecto, à visão, mas porque ‘ouvimos’ tanto com os olhos quanto com os ouvidos. Em outras palavras, é precisamente a incorporação da visão ao processo de percepção auditiva que transforma ouvir passivamente em escutar ativamente. Mas o oposto também se aplica: é a incorporação da audição ao processo de percepção visual que converte o assistir passivamente em olhar ou observar ativamente. Foi por isso que Marchand sentiu que ao olhar para as árvores – que

46 Quatro fotografias de Claude que, em sequência, expressam essa perspectiva ampla de movimento.

estavam também olhando para ele – estava do mesmo modo, silenciosamente, ouvindo-as. Ele estava ‘olhando’ com os ouvidos tanto quanto com os olhos. (INGOLD, 2008, p. 38)

Como um fotógrafo provocativo, criador de imagens capazes de estimular nossos sentidos e nosso pensamento ao aguçar nosso corpo por completo, podemos dizer que, de fato, Claude não parecia mesmo interessado no ato do “click” como simples captura do instante, como um simples emoldurar daquilo que os olhos são capazes de enquadrar. Ao contrário, parecia mais interessado naquilo que só se revela nos detalhes, no entre e fora de cena, no que surge no intervalo entre o passado e o presente, entre o ver e o ouvir, entre uma e outra imagem, naquilo que dá às fotografias um sentido outro quando observadas em perspectiva, lado a lado ou face a face. Meu olhar e minha audição passaram então a procurar por esses detalhes, a imaginá-los, a produzi-los. O que começou como um trabalho de leitura, seleção e descrição, passou a desdobrar-se também em um trabalho de imaginação e criação, de “montagem de palavras e de imagens, próprio para reconfigurar o território do visível, do pensável e do possível” (RANCIÈRE, 2005, p. 62).

E é justamente essa abordagem – sensível e ativa – que me permitiu reconfigurar esses territórios e o próprio campo da experiência, alargando as possibilidades de relação e trato com as imagens e construindo caminho para que eu pudesse ser então afetada por elas, adentrando em um estado de abertura tal que:

se for capaz de esquecer que estou em campo, que estou trabalhando, se for capaz de esquecer que tenho meu estoque de questões a fazer... se for capaz de dizer-me que a comunicação está precisamente se dando, assim, desse modo insuportável e incompreensível, então estou direcionada para uma variedade particular de experiência (...) porque por ela estou afetada. (FAVRET-SAADA, 1991, p. 159-160)

Passava então a compreender a possibilidade de um tipo específico de comunicação, mais complexo, que incluía a dimensão do dizível e do indizível, do visível e do invisível. Me comunicar com as imagens já não significava apenas olhá-las e interrogá-las, mas também

imaginá-las e senti-las, sendo não só afetada por elas, mas também afetando-as. E é a partir desse processo — de dupla projeção, de duplo atravessamento — que pude me orientar de maneira mais consciente em relação ao trabalho de seleção e descrição das imagens. O duro exercício de descarte, inevitável durante a seleção, passou a ser menos doloroso, assim como a descrição passou a incorporar diferentes elementos percebidos durante esse processo de imersão, de diálogo com as imagens.

A partir da incorporação, por exemplo, do que chamamos de “diário visual” (como um tipo documental possível) e de “expedição fotográfica” (como um contexto possível), o movimento das imagens passou a ser considerado em algumas de suas múltiplas manifestações (sendo a ideia de “diário” capaz de reunir diferentes imagens a partir do percurso feito por elas, e não a partir do tema fotografado), assim como o deslocamento do fotógrafo pelo espaço passou a figurar como um elemento central no projeto descritivo (sendo a ideia de “expedição” responsável por identificar como contexto principal o deslocamento, e não simplesmente os pontos de chegada ou partida). Além disso, a fim de dar corpo à essa perspectiva ampla de movimento presente no acervo, incluímos o desejo de produzir, como instrumento de pesquisa, uma cartografia a partir dos deslocamentos feitos por Claude e por suas imagens em Canudos, assinalando no espaço os lugares percorridos pelo fotógrafo e os pontos em que as imagens “arde[m] em seu contato com o real” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 208).

Assim, posso terminar dizendo que a abertura para esse estado sensível e atento permitiu a construção, ainda que incipiente, de outras possibilidades de apreensão e leitura das imagens dentro do acervo, desde o processo de organização das mesmas até a elaboração de diferentes instrumentos de pesquisa. Afinal, na medida em que se constitui caminho para assegurar que narrativas e produções como essa — sistematicamente silenciadas e negligenciadas pela história oficial —, sejam revisitadas e rememoradas, como é o desejo desse centro de memória, todos os dispositivos devem ser direcionados para um “lembrar ativo” (GAGNEBIN, 2006, p. 105): se dizemos que

Canudos vive, é porque vivas e carregadas de movimento também são suas memórias, sua gente, seu território e as fotografias que insistiram em percorrê-la, imaginá-la e elaborá-la. Sim, Canudos vive.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, R. **A câmara clara**: notas sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BEZZON, R. F. A. (Re)Montando Miyasaka: Imagens, Reflexões e Experimentações. **Cadernos de Arte e Antropologia**, vol. 7, no. 2: 117-130, 2018. Disponível em < <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.1763> >.
- CUNHA, O. M. G. Tempo imperfeito: uma etnografia no arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v.10, n.2: 287-322, 2004. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n2/25162.pdf> >.
- _____. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.36: 7-32, 2005. Disponível em < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2242> >.
- DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. **Pós: Belo Horizonte**, v.2, n.4: 204-219, 2012. Disponível em < <https://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/view/60> >.
- FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de Campo** (São Paulo), 13, 155-161, 1991. Disponível em < <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161> >.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- INGOLD, T. Pare, olhe, escute! Visão, audição e movimento humano, **Ponto Urbe**, 3, 2008. Disponível em <<https://doi.org/10.4000/pontourbe.1925>>.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção** (C. Moura, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1994. (Texto original publicado em 1945).
- NÓBREGA, T. P. Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty. **Estudos de Psicologia**, 13: 141-148, 2008. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/4WhJkzJ77wqK6XCvHFwsqSD/?format=pdf&lang=pt> >.

- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

QUINTAIS NEGROS URBANOS E MEMÓRIAS NO INTERIOR PAULISTA

Fabiana Oliveira Palmeira e Joana D’Arc de Oliveira

INTRODUÇÃO

A conquista da liberdade pelos povos negros no pós-abolição se apresenta como um campo de investigação em permanente construção, onde novas abordagens dão luz a conjecturas centradas nos destinos dos libertos e a uma série de questionamentos sob a perspectiva destes diante da liberdade vivenciada, destacando suas experiências de vida e a manutenção de suas estratégias de resistência. Enquanto meio de usufruto dos direitos conquistados, destacamos os deslocamentos de significativos contingentes negros no pós-abolição, com destaque para áreas localizadas nas franjas da cidade. O acesso e aquisição de lotes por esses indivíduos possibilita a construção de moradias e reunião em um único lote de várias edificações e gerações de membros da família. Segundo Joana Oliveira (2018), além das edificações, nesse chão de terra batida foram e ainda são desempenhadas atividades de cunho cultural, religioso e de subsistência. Apesar das estratégias de criminalização empreendidas pelo Estado e pela sociedade civil, as famílias negras mantiveram preservadas suas práticas nesses espaços, dentre elas as danças, as canções, a capoeira e o candomblé. Ainda nos dias de hoje há o cultivo de árvores frutíferas, ervas de cura e proteção, hortaliças, alguns cereais e criação de porcos e galinhas, responsáveis por contribuir e, com muita frequência, garantir alimentação e sustento das famílias ali estabelecidas.

No município de Araraquara, no interior de São Paulo, esse processo se apresenta em bairros como a Vila Xavier, o Bairro Nossa

Senhora do Carmo e o Bairro Santana, cuja análise nos permite significativas interpretações acerca das dinâmicas de ocupação da população negra no meio urbano, seja em sua consolidação nas áreas periféricas ou os confrontos encontrados na permanência dessas famílias em áreas centrais. Tais processos também se fazem presentes na trajetória dos membros da família Salvador, residentes desde 1945 no Bairro Santana, na região central de Araraquara. O quintal aos fundos da casa construída em tijolo de barro e chão vermelho emerge, assim como nos demais territórios negros, como espaço de preservação e resistência da cultura afro-brasileira, garantindo não somente a subsistência da família como, e principalmente, a manutenção de suas crenças, reuniões e manifestações, inseridas no cotidiano da família.

A oralidade se apresenta nesse contexto como principal veículo de transmissão entre as gerações desses saberes e histórias de suas origens e resistências. No que tange à aplicação do método da história oral⁴⁷ como instrumento de pesquisa acerca das práticas afro-brasileiras e das formas de organização da população negra, a transmissão das tradições a partir da oralidade e a dimensão do valor dado a esses saberes têm notoriedade e significância entre as culturas africanas e afro-brasileiras. Isso porque a importância atribuída à cadeia de transmissão como principal veículo de manutenção das práticas e saberes está diretamente relacionada à propriedade da palavra e da observação (HAMPATÉ BÂ, 1979).

Entre os afrodescendentes, a educação também, e principalmente, se faz presente nas posturas, valores e conhecimentos reconhecidos pelo grupo e muitas vezes transmitidos sem a intencionalidade educativa, mas sim pela socialização cotidiana entre esses indivíduos

47 As entrevistas realizadas seguem um roteiro semiaberto composto por questões previamente preparadas sobre as trajetórias pessoais dos membros da família e suas leituras da cidade, e temas pertinentes foram livremente adicionados ao roteiro pelos entrevistados. A etapa foi realizada em seus espaços de morar, onde foram feitos levantamentos fotográficos e documentais, além da gravação e, posteriormente, transcrição e análise dos materiais sob a permissão dos entrevistados.

e a consequente valoração do que lhes é cultivado ao longo das gerações. No que diz respeito à importância da cadeia de transmissão, como colocado por Hampaté Bâ (1979), a palavra atua plenamente seu papel quando inserida nesse veículo e reiterada no cotidiano, nas vivências e na constante referência aos antepassados pelos herdeiros das tradições, tornando-se operante e sacramental.

No mapeamento e estudo dos quintais negros urbanos – o quintal da família Salvador como objeto de análise dos usos, das relações materiais e sensíveis ali construídas e a incorporação dessas vivências no modo de morar como resistência e preservação de sua cultura e história –, os instrumentos da pesquisa qualitativa, especificamente do método da história oral, aplicam-se como peça-chave. O contato com os membros da família e suas trajetórias por meio das entrevistas nos permite entender como se estruturam as relações socioespaciais desses indivíduos negros no meio urbano a partir de seus contextos e vivências e, a partir daí, os significados por eles agregados ao quintal.

O presente artigo estrutura-se em três partes: [1] acerca das transformações urbanas que emergiam nas cidades no século XX, diretamente relacionadas às transformações sociopolíticas no pós-abolição; [2] das dinâmicas encontradas nos bairros negros araraquarenses e, sobretudo, nos espaços de morar da família Salvador e; [3] paralelos traçados entre as formas de organização da comunidade negra e dos povos africanos, e como tradições e conhecimentos se perpetuam nessas famílias até os dias atuais. Dessa forma, o artigo contribui com a pesquisa de iniciação científica em desenvolvimento intitulada *Quintais negros urbanos e memórias no interior paulista*, desenvolvida sob orientação da Profa. Dra. Joana D’Arc de Oliveira, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo nº 2020/11208-5 (Fapesp), ao passo que compartilha um panorama geral das etapas desenvolvidas até o presente momento, apresentando os referenciais teóricos construídos e as discussões encadeadas a partir dos recortes empíricos do trabalho de campo e das investigações acerca da trajetória da família Salvador como objeto de análise.

A URBANIZAÇÃO E OS TERRITÓRIOS NEGROS EM ARARAQUARA-SP

As investigações acerca das dinâmicas do espaço urbano no pós-abolição e, sobretudo, em que circunstâncias emergem os bairros e quintais negros aqui estudados, dialogam diretamente com as discussões e práticas urbanísticas do final do século XIX e início do século XX. Do bojo desse caldo teórico, principalmente nas apostas do Movimento Moderno na conformação de um novo modo de viver e habitar o espaço urbano, a arquitetura e o urbanismo têm protagonismo na transposição dessas utopias para a cidade moderna e, conseqüentemente do tratamento do meio urbano como uma tábula rasa para a aplicação desses referenciais. Nesse viés, são várias as críticas e discussões quanto à sua efetividade e suas conseqüências, e como o conceito de morar aos poucos perdia suas subjetividades, memórias e sensibilidades em função da racionalização da produção.

Para além da Europa, a universalização e exportação das teorias científicas e seus moldes urbanísticos, alinhados a práticas higienistas, refletia e era apropriada pela produção urbana dos demais países. No Brasil, essa atribuição não se faz diferente das demais ao longo da história, dialogando com Cunha Junior (2019) sobre como o exame da tradição urbanística eurocêntrica produzia um padrão de urbanização disfarçado de conhecimento científico e universal, que foi impresso nas metrópoles e cidades brasileiras.

As indagações aqui colocadas ganham capilaridades quando estudadas sob o viés racial e das produções urbanas e culturais provenientes da diáspora africana, essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Por diáspora africana, concordamos com Ramos (2010) o entendimento do termo para além do simples deslocamento do contingente africano para o Brasil, mas sim de mulheres e homens munidos não apenas de seus corpos, como também de suas instituições culturais de origens diversas e que passam a coexistir com as demais presentes em território nacional, implicando em reelaborar, substituir, construir e somar novas instituições culturais. Assim, compreendemos também que a pluralidade de grupos de origens distintas e dotados de

culturas e lógicas de mundo próprias resulta em uma produção espacial múltipla, regida de acordo com seus ideais, princípios e tradições.

A prática urbanística brasileira, a exemplo do século anterior, não se apresentava dissociada de teorias higienistas e práticas segregacionistas, sobretudo atreladas ao racismo científico (LIRA, 1999). Partindo de discursos raciais e eugênicos para atuar no isolamento e na construção negativa do negro no imaginário coletivo, tanto por enclaves físicos quanto por estigmas difundidos no saber popular e reforçados pelos meios de comunicação, o indivíduo negro é colocado à mercê dessas melhorias urbanísticas e da plena fruição dos direitos então por eles conquistados. Nos periódicos araraquarenses, as manchetes nos confirmam como as camadas elitizadas retratavam o negro como sujeito desqualificado para a convivência no meio urbano.

Nessa conjuntura, identificamos a existência dos bairros negros enquanto espaços produzidos nos interstícios das estratégias das estruturas de poder, e que fogem da lógica do capital e do urbanismo moderno ao criarem suas dinâmicas e linguagem próprias, na manutenção, interpolação e construção de suas práticas culturais. Tais formas de produção de conhecimento e de espaço são reconhecidas por Sodré (2019 [1988]) enquanto um *contra-lugar*, ao se desprenderem da régua técnica empreendida pela ordem hegemônica e elaborarem seus territórios seguindo suas culturas. A correspondência entre esses bairros negros e bairros denominados como populares, muitas vezes estigmatizados enquanto lugares de produção urbana informal, indica que o estudo desses bairros também abriga discussões políticas, históricas e econômicas. Os estudos dos quilombos por Beatriz Nascimento (1985) confirmam como essa coexistência se apresenta desde o período colonial, uma vez que os remanescentes de quilombos de grande porte se encontram em áreas periféricas das cidades.

A cidade de Araraquara, que tem seu processo histórico relacionado ao período cafeeiro, contou com a exploração de seus territórios, a introdução da ferrovia e um pico de crescimento e urbanização no final do século XIX. No que diz ao processo de abolição do sistema escravista, este se viabilizou principalmente pelas ações dos setores

abolicionistas e, sobretudo, pela luta, protagonismo e resistência por parte dos indivíduos libertos e escravizados. Esses, por sua vez, agiam cada qual a sua maneira na conquista da liberdade, como analisa Oliveira (2018, p. 50), seja pela continuidade da prestação de serviços ao senhor, pelos direitos das leis emancipacionistas ou a partir da fuga, quando quaisquer negociações não se sucediam. Se por um lado havia a constante luta dos escravos pela liberdade, por parte do Estado e da elite agrária havia o controle conservador da emancipação para que esta se fizesse a passos lentos, de forma a não afetar as relações de poder por eles estabelecidas (SCOTT, 1991 *apud* OLIVEIRA, 2018, p. 25). Mesmo nos setores da economia que esses indivíduos detinham relevante conhecimento, como no caso do cultivo do café, havia a valorização e a substituição pelo imigrante europeu, evidenciando as atuações estratégicas do Estado e da sociedade civil na organização espacial e manutenção das discriminações e das relações de poder para com a comunidade negra. Ainda assim, alguns desses indivíduos negros ganham destaque em cargos na Companhia da Estrada de Ferro Araraquarense, oficinas, atividades comerciais e cargos públicos usuais, colaborando para a ascensão econômica de muitas dessas famílias, inclusive da família Salvador.

Nesse viés, bairros periféricos como a Vila Xavier, cujos primeiros habitantes são, em sua maioria, operários braçais ou de baixo escalão negros da ferrovia, merecem aqui destaque. Tratam-se – a Vila Xavier, o Bairro do Carmo e o Bairro Santana – de bairros pouco valorizados, alguns localizados nas franjas da cidade e com proximidade com o meio rural, que tornaram-se espaços de fixação e atuação de famílias negras, inclusive da família Salvador. Esses bairros, ao abrigarem suas práticas culturais e possibilitarem a manutenção de suas tradições, emergem como *locus* de resistência da cultura negra e de pertença desses indivíduos. Tanto o Bairro Nossa Sra. do Carmo quanto o Bairro Santana, pela proximidade com a região central, se inserem no processo gradual de valorização imobiliária e gentrificação local com as melhorias urbanísticas vigentes, prejudicando a permanência das famílias negras que ali se fixaram.

Ao mesmo tempo, a chegada de novos vizinhos e comércios

na região interfere na paisagem urbana, que aos poucos deixa de apresentar a expressiva maioria de famílias negras, e assim traz novos conflitos e enfrentamentos para esses indivíduos na permanência e continuidade de suas tradições e vivências, outrora comuns ao bairro e fortalecidas pela identificação com a comunidade. Idalina Salvador (2019) destaca a determinação da tia Elydia, irmã de Luiz Salvador, em reforçar a sua permanência na casa para aqueles que vinham a questionar ou oferecer propostas de compra do lote a ela. As ofertas de troca por moradias em regiões distantes e menos valorizadas tornavam-se comuns com a verticalização em curso. Também, o estranhamento por parte de vizinhos brancos com relação às famílias negras sendo detentoras de lotes em uma região valorizada como o Santana era explícito e foram pontuados nas entrevistas com a família.

Acerca da formação desses bairros e das ameaças à permanência dessas famílias, Francisco Salvador (2019) pontua a semelhança por ele notada: os bairros surgem a partir do esforço das famílias negras para comprar os lotes e edificarem seus espaços de morar, tornando-os verdadeiros redutos negros. A presença das instituições religiosas nesses bairros colabora para o lento processo de expulsão desses sujeitos, pois trata-se, a igreja, de uma simbologia à presença dessa e demais instituições de poder, que promovem a valorização desses bairros com pavimentação, espaços de lazer, fornecimento de água, rede de esgoto e demais sistemas de saneamento básico. O mesmo processo é destacado por Maria Nazaré Salvador (2019) com relação ao Bairro Santana, por sua proximidade com o atual Centro, de onde essas famílias negras vão aos poucos sendo *empurradas*:

Maior parte de população negra, é que muitos acabaram, não sei né, se venderam, se perderam, mas aquele quintal bem grande, sabe? Como esse, bem grande e aquelas casinhas bem pequenas no fundo. (Maria Nazaré Salvador, 2019)

Hoje né, nós aqui nesse local, parece que nós estamos no centro, parece que nós estamos muito bem situados né, mas aqui não era... (...). Era minha casa, era terra, aqui não tinha asfalto, era aqui... na esquina era uma lenhadora, tá... e poucas casas tinham aqui, dessas pessoas mais que eu falei para você, desses vizinhos,

né. (...) Então você vê, nessa região tem poucas mulheres negras, tem nós aqui, ali na outra avenida que era a Barroso né, tinha mais alguns, agora no Santana, vindo mais lá pra rua 15 em diante, aí sim ali era. Era preto, era, tá? Era preto. (...) Vila Xavier também era preto. Ainda é, você encontra né, muitas famílias, agora aqui no Santana as famílias foram empurradas mais, né. (Maria Nazaré Salvador, 2019)

Ao nosso ver, os fatos contados por Francisco e Maria Nazaré ilustram as dinâmicas de estruturação da cidade a partir da questão racial, e mostram como a urbanização em curso não era ofertada para o usufruto dessas famílias. Não somente, as dificuldades encontradas no acesso e fruição de direitos básicos, nas condições de trabalho e na frequência de espaços de lazer promovidos pela sociedade civil são alguns dos enfrentamentos encontrados na permanência nessas áreas. Em concordância, observa-se a continuidade da concentração das famílias negras em bairros periféricos da cidade – o Selmi Dei, o Parque São Paulo, o Parque das Hortênsias, Vale Verde e o Parque Vale do Sol –, ou sua resistência na região central, comprovando como as dinâmicas urbanas encontradas no pós-abolição se mantêm até os dias atuais.

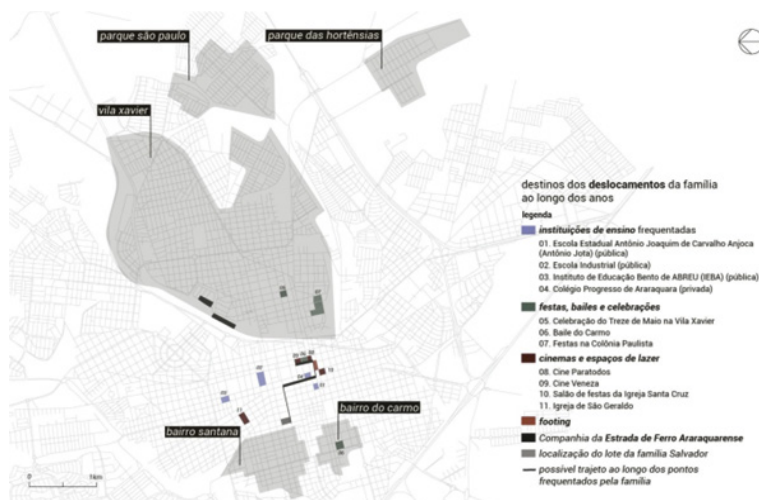


Figura 1: Mapeamento dos bairros negros de Araraquara-SP, com destaque aos espaços citados pela família. (PALMEIRA, 2021)

Conforme os processos aqui descritos ganham força, vale reconhecer a importância das diferentes estratégias encontradas pelos negros para manter os batuques, as festas, os terreiros e demais práticas em sua materialidade e imaterialidade. Também, a ressignificação, a reformulação e construção de suas tradições, que tomavam corpo tanto nos espaços públicos, nas ruas desses bairros ou em seus quintais. Espaços de sociabilidade como o terreiro e o quilombo e, posteriormente, o Baile do Carmo, o *footing* na Praça da Igreja Matriz, as festas e batuques na Vila Xavier e os quintais negros que emergem nesses bairros são a representação material e imaterial de como a comunidade negra vem reformulando sua organização, transmitindo suas tradições e, assim, lutando por seus territórios, identidades e preservação de suas culturas. Tenório (2010), ao investigar sobre o Baile do Carmo araraquarense e suas significâncias na comunidade negra, discorre sobre a importância desses espaços por permitirem ao negro uma posição de protagonismo e de comando de espaços que não lhe são habitualmente familiares por conta de proibições e mecanismos discriminatórios raciais.

O QUINTAL DA FAMÍLIA SALVADOR: PERSPECTIVAS MATERIAIS E SIMBÓLICAS

Sob a condição de escravo na diáspora africana, o despreendimento de seu território e a perda da terra e da comunidade como extensão física e material tensionam o corpo como principal instrumento de resistência, pelo qual o indivíduo negro manifesta suas instituições culturais, celebra sua ligação com as heranças africanas e transmite a memória coletiva. Tais práticas e tradições são reconfiguradas, somadas e integradas pela comunidade negra em seus territórios, sobretudo nos quintais urbanos, orientando sua construção e a vida comunitária. Guedes, ao estudar esses territórios familiares em *Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais (1998)*, aponta-os como resultado de um agrupamento de casas de parentes dentro do mesmo lote, mas

que independem de limites físicos claramente estabelecidos, se diferenciando da ordenação espacial comum. Em geral, são formados a partir de uma casa inicial, em que o proprietário se dispõe a construir ou agregar novas construções ao lote, processo visível no terreno da família Salvador:

Veio umas primas minha da fazenda. (...) Vinha em duas pra trabalhar aqui na cidade e meu pai acomodou aqui (...) na nossa casa. Então o outro cômodo que ele fez ficou minhas primas morando. Então a gente ficou no aperto mesmo, mas pra eles né. Daí depois ele foi fazendo, foi aumentando, fez mais um quarto, quando ele fez mais um quarto daí acho que ele deu uma relaxada. (Maria Nazaré Salvador, 2019)

E daí eles vieram pra cá, veio a minha tia, a minha tia Lídia já morava, daí veio minha tia Cecília, veio o meu tio Dito, e veio duas, três... uma, duas, três, quatro menina e esse menino. (Durcilha Salvador de Oliveira, 2019)

O núcleo principal da família Salvador parte do casal Luiz Salvador e Eva Marcondes Salvador, que adquirem e constroem conjuntamente com seus filhos a casa e o quintal, objetos de estudo da presente pesquisa. Luiz Salvador nasceu no município de Matão em 1905, filho de Salvador Vicente de Oliveira e Maria Anna de Jesus, junto à Elydia Salvador e Benedito Salvador – pai das irmãs Idalina, Ivanilde e Maria de Lurdes. Muda-se para Araraquara como trabalhador rural e, posteriormente, é empregado pela Companhia Estrada de Ferro Araraquarense, fato que nos mostra como os ofícios na companhia ferroviária foram importantes para a ascensão de indivíduos negros no mercado de trabalho e no sustento de suas famílias, sobretudo na região da Vila Xavier. O bairro, com proximidade com o meio rural, já contava com loteamentos que abrigavam famílias de empregados da ferrovia e do campo, incluindo Luiz e Eva Salvador, que se mudam para a região após se casarem, em 1930.

Nascida em 1910 na cidade de Brotas, Eva Marcondes Salvador é filha de Julio Marcondes e Maria Salomé Marcondes. Após o falecimento do pai, muda-se com a mãe para Araraquara em 1926, quando conhece Luiz Salvador. A trajetória da avó materna, filha

de mãe ex-escrava, é recorrente nas recordações dos filhos, com destaque para a violência sofrida quando recém-nascida, em Bela Flor (BA), tendo os dois dedos do pé queimados pela esposa do fazendeiro por ser filha dele. Destacam também as poucas histórias do período que eram comentadas pela avó, dentre elas a violência por parte dos proprietários e seus capangas no intuito de impedir que os escravos utilizassem da capela da fazenda, o que fez com que esses indivíduos construíssem um altar dentro da senzala, comumente desmantelado por ordens do fazendeiro da propriedade.

Depois de casados, o casal muda-se para a cidade de Pindorama em 1933 e retorna para a Vila Xavier em Araraquara, em 1941, com cinco filhos. Quatro anos depois, compram o lote na Avenida José Bonifácio, no Bairro Santana, onde constroem *uma casinha, de tijolos e telha, com três cômodos*, como documentado na escritura da compra. Durcilha Salvador de Oliveira, nascida em 1938 na cidade de Pindorama, descreve que nos três cômodos estavam a cozinha, a sala e um quarto, todos construídos pelos pais e os filhos com tijolo de barro, esquadrias de madeira e chão *vermelhão*. Já Maria Nazaré Salvador, nascida em 1952 nesta mesma casa, a descreve com cinco cômodos além da cozinha, com uma casinha de dois cômodos no quintal do lote, abrigando as filhas recém-casadas e parentes da família ao longo dos anos. As falas ilustram como no recorte temporal de sete anos, o lote inicialmente dotado de uma casinha de três cômodos vai tomando a proporção posteriormente descrita pelos filhos. Isso porque o espaço construído pouco a pouco, proveniente dos investimentos de Luiz Salvador, não se limitava apenas ao usufruto destes, como também de primos, parentes e amigos que eram recebidos e acomodados pela família, que não hesitava em construir mais um cômodo na casa para acolhê-los. É evidenciada, assim, a afirmação de Guedes (1998) de que a ocupação do lote se apresenta como um patrimônio voltado ao coletivo e distante dos interesses financeiros, atualizando princípios de ordenação sociocultural por não ser entendida como um valor de troca, e sim de uso.

Quando eles folgavam, os dois vinham aqui, carpiam o pedaço deles. Daí meu pai e minha mãe fazia tijolo: meu pai fez as

caixinhas, fazia tijolo e deixava secar. (...) Quando tava pronto então ele levantou um cômodo que foi a cozinha. Daí o outro cômodo ele fez de barro. (...) A gente dormia tudo ali naquele quarto, tinha cama de casal, tinha cama de solteiro, a gente dormia em dois na cama de solteiro. (Lázara Salvador, 2019)

Era assim, comprou o terreno, quem vendeu é o proprietário que morava aqui perto também, então o que ele comprou: esse terreno aqui, essa casa que é ao lado, mas não era essa casa, era terreno, e aqui você saía na rua 10. Então aqui era uma chácara, era muito grande. Aí o que acontece, vem os parentes né, a irmã dele, aí ele serve. (Maria Nazaré Salvador, 2019)



Figura 2: Esquema gráfico da planta da casa em suas fases de construção, a partir das informações coletadas nas entrevistas (PALMEIRA, 2021)

A fonte de renda da família, por sua vez, era proveniente dos ofícios do pai em cargos da companhia ferroviária municipal, além dos serviços domésticos e como lavadeira prestados nos arredores da vizinhança pela mãe e pelos filhos, que ingressavam no mercado de trabalho. Nesses aspectos, são distintas as trajetórias dos filhos no que diz respeito à conclusão dos estudos secundários, mas todos os entrevistados destacam a preocupação dos pais para com eles, quando afirmavam que *o negro tem que saber dez vezes mais do que o branco*. A valorização do estudo por parte das famílias negras como forma de ascensão desses indivíduos ilustra o papel dos pais na dupla jornada de preparação das crianças, para desempenhar tanto os papéis sociais exigidos quanto a sua permanência em espaços onde são minoria,

desmotivadas pelas vivências de racismo e outros enfrentamentos sociais, como nos aponta Barbosa (1983, *apud* BRITO, 2013). Maria Nazaré se recorda dos enfrentamentos vividos por ela e pelos irmãos no ambiente escolar, especialmente nas instituições de caráter elitista frequentadas por *pessoas de grana da cidade*, e que persistiram até seu ingresso no ensino superior e em concursos públicos. Sobre o constante estreitamento de oportunidades e o racismo velado ou explícito por parte dos colegas e autoridades dali, Francisco complementa que as mesmas vivências se apresentam nas gerações posteriores da família, mostrando como esses enfrentamentos perduram até os dias atuais:

Porque o mesmo bullying que eu passava, no passado, se eu não ficar atento, as minhas filhas iam passar, se eu não ficar atento minhas netas vão passar. Que já houveram casos no passado de eu ter que ir na escola porque tavam mexendo com a minha filha, e agora no presente tenho que ir na escola porque tavam mexendo com a minha neta. (Francisco Luiz Salvador, 2019)

Os momentos de lazer da família se concretizavam nos espaços promovidos pela comunidade negra, aqui anteriormente apontados. Vale destacar que alguns desses espaços de lazer se concentravam nos bairros negros previamente destacados, mas em sua maioria prevaleciam na região central, próximos aos eventos promovidos pela elite araraquarense, que utilizavam de estratégias segregacionistas para impedir a presença do negro. A apropriação da rua e os deslocamentos a pé são frequentes na família, e aqui destacados em sua importância política no usufruto e domínio do meio urbano: ao meio da semana, na sessão das moças do cinema da Igreja Santa Cruz e no *footing* na Igreja Matriz São Bento; aos finais de semana, em missas, brincadeiras dançantes na casa de amigos e visitas a comadres e compadres após o almoço. Algumas dessas casas são destacadas nas entrevistas pela existência de extensos quintais no quarteirão, onde eram promovidas festas juninas, rezas e comemorações religiosas, nos confirmando a recorrência da forma urbana negra nesses bairros a partir dos quintais e espaços de morar.

Ainda que as vivências na rua e passeios na cidade sejam

recorrentes, identificamos esses espaços como uma extensão do quintal, que têm protagonismo para além de sua atuação na ocupação do meio urbano, congregando as sociabilidades e a identidade da família. Quando questionada sobre a preferência do quintal com relação à rua, Durcilha nos explica o afeto e acolhimento associados ao quintal por ali se sentir segura e protegida, tendo *aquela família unida, da mesma raça, da mesma cor*.

Retomando ao espaço de morar da família, o processo coletivo de construção, na produção do tijolo a partir de barro e água e no erguimento das paredes dos cômodos com os filhos, é comum em assentamentos familiares e também é recordado por Durcilha. Em dois cômodos o tijolo se apresentava aparente, e os demais foram rebocados pelo pai. A cobertura era de telhas de barro. Com relação à infraestrutura e serviços essenciais, a casa não despendia de água encanada e energia elétrica, e a família fazia uso de um poço, de fossa séptica e iluminação por lamparinas. Nas recordações de Nazaré, nascida sete anos após a compra do lote, a casa conta com fogão à lenha e, em meados da década de 60, fogão a gás.

A distribuição dos espaços no lote seguia a hierarquia frente-fundo, com o espaço de morar localizado ao centro e se expandindo seguindo seu comprimento. O terreno aos fundos abriga até os dias atuais as primas Idalina e Ivanilde, enquanto o terreno ao lado abrigou a avó paterna e a tia Elydia Salvador. Dessa forma, aos fundos do lote principal se localizava o quintal, que se insere na família Salvador como garantia de subsistência, a partir do cultivo de árvores e hortaliças de diversas espécies, flores e a criação de animais.

Aqui era muito lindo, tinha dois pés de manga, manga espada e bourbom, tinha laranja, tinha laranja lima, tinha limão, sabe limão cravo? Outro limão, o taiti, tinha lá na frente (...) batata doce, e o milho, minha mãe plantava milho. (...) Tinha horta, tinha (...) margarida. Que a minha mãe na época de finados as pessoas vinham buscar aqui. (...) E eu lembro de porco e galinha, que a minha mãe né criava, cuidava e matava, pra gente comer (...). Tinha muita coisa aqui. (Maria Nazaré Salvador, 2019)

Ah tinha laranja, manga, goiaba, tinha até (...) fruta do conde. Tinha todas as frutas, nossa. Então, o terreno terminava aqui mesmo, aqui na frente era o jardim, a gente plantava até... margarida, né? Florzinha branca desse tamanho, era a época que a gente plantava e vendia no Finados. 'Vendia', minha mãe mais dava [risos]. Mas tinha bastante, tinha até horta aqui na frente né, dependendo do tempo era horta, agora quando chegava na época do Finados era essas margaridas. (Francisco Luiz Salvador, 2019)

Mas aqui nesse fundo, aqui no fundo essa casa aqui era mais o galinheiro, a pocilga pequenininha, tinha um pé de manga né, o de abacate. A maioria das frutas, das árvores frutíferas, ficavam naquele outro terreno e no terreno da minha tia, que era coisa mais linda do mundo, tinha fruta à vontade. A gente dormia em cima de árvore, que era bom divertimento esse, ficar em cima da árvore pegando fruta. Brincávamos bastante também. (Francisco Luiz Salvador, 2019)

A multifuncionalidade do quintal dialoga com o conceito homônimo de Ramos (2013), que reconhece a multiplicidade de funções em um mesmo espaço e a simultaneidade entre elas enquanto um aspecto recorrente na forma negra urbana. A flexibilidade desses espaços também sugere a autonomia das famílias negras na tomada de decisões e dos usos empreendidos em seus territórios, e tanto a ludicidade quanto as demais atividades humanas atuam no cotidiano em consonância. A autora ainda estabelece relações entre a multiplicidade de práticas nos espaços afro-brasileiros com os territórios de populações africanas, como os *musseques*⁴⁸ angolanos, que se assemelham inclusive à organização espacial de algumas comunidades brasileiras.

Além da garantia de subsistência, o quintal também é onde reuniam seus amigos, em sua maioria negros, para festas, comemorações e terços, onde espalhavam bancos de tijolo e tábuas e comiam e dançavam ao som do acordeão. Maria Nazaré nos conta sobre a importância do

48 Os *musseques*, de nomenclatura originária do kimbundo (*mu seke*) são entrelaçados orgânicos de ruelas, corredores e espaços livres, associados por Ramos (2010, p. 247) em sua semelhança a algumas comunidades brasileiras.

quintal nas brincadeiras com seus irmãos, que chegavam a promover jogos e encontros dançantes nos finais de semana. Posteriormente, o quintal vem a abrigar as reuniões fundadoras do Grupo de Divulgação da Arte e Cultura Negra (GANNA), tendo importância na formação do grupo e discussões acerca da temática racial, das quais ela e o irmão Francisco participavam ativamente. Nazaré nos conta que o irmão participava dos encontros do Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) e trazia para o interior importantes figuras da pauta racial, congregando indivíduos de diversas cidades da região. Mais tarde, essas discussões e palestras passam a compor o cronograma do Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU), festival itinerante que tem sua primeira edição em Araraquara, reunindo o público da cidade e do entorno, formando *aquela massa negra* em direção ao local de encontro e realização do evento. Dessa forma, concordamos com Oliveira (2018) que esses territórios se constituem verdadeiros quilombos urbanos, fato que também é afirmado por Maria Nazaré quando questionada sobre a denominação, destacando a importância do quintal no fortalecimento de conceitos, práticas e valores da comunidade negra, e ao mesmo tempo por se constituírem em sua multifuncionalidade.

Essa questão do coletivo era muito forte. Essa casa abrigou muita gente sabe, muita gente. Minhas irmãs casadas, minhas irmãs com os filhos, sabe? Então saíam daqui e iam para casa própria, para casa delas, né. Então, parentes que vinham fora também, né, abrigavam. (...) Então essa questão, minha mãe tinha muito essa questão do agregar, ela era assim, sabe, uma pessoa extremamente autoritária, mas o objetivo dela era manter, manter a família unida, sabe? (Maria Nazaré Salvador, 2019)

A figura feminina ganha protagonismo no fortalecimento da identidade negra através das gerações, a respeito da dupla jornada da mulher negra de mantenedora de suas tradições por meio da oralidade e sua preponderância na chefia da família, persistentes nos dias atuais. O protagonismo de Eva Salvador como matriarca na preservação dessas práticas e valores também é evidenciado nas falas dos filhos, e o cotidiano ali se constitui um guardião dessas tradições, como conceitua

Dos Anjos (2006). A presença de culturas e tradições de matriz africana é fortemente vinculada à figura de mulheres que defendem esse território como um espaço que resgata o material e o imaterial.

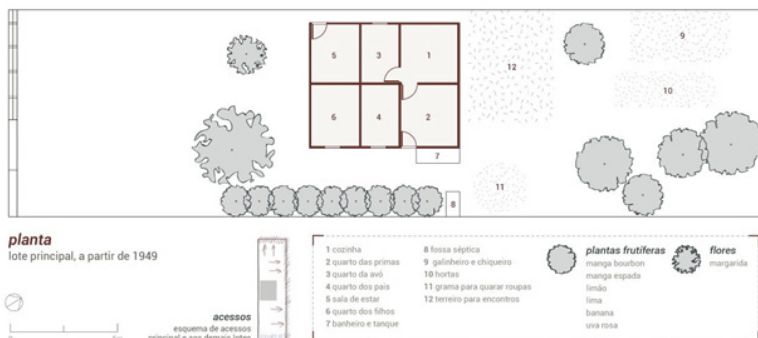


Figura 3: Planta da casa na terceira fase de construção, em 1949, a partir das informações coletadas nas entrevistas (PALMEIRA, 2021)

A ARQUITETURA DOS POVOS AFRICANOS E SEUS REFLEXOS NAS ORGANIZAÇÕES ESPACIAIS AFRO-BRASILEIRAS

A leitura analítica das relações desenvolvidas nos quintais negros urbanos impele na compreensão da convergência entre espaço e identidade. Sodré (2019, p. 22) considera o espaço como resultado do morar, do uso da terra como meio de registro da identidade de um grupo. Na matriz africana, a relação com a terra vai além de sua configuração física e passa a integrar a dimensão do sagrado: torna-se objeto de concretização da sobrevivência material e simbólica. Weimer, ao analisar os processos de construção e organização de diversas culturas africanas em seu livro *Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura* (2014), nos permite compreender como o uso da terra e a construção do habitat – as edificações e os espaços que os permeiam – advêm da ação coletiva, com a convocação

da vizinhança e a supervisão das tarefas por uma pessoa de maior experiência, identificado por Weimer como arquiteto. Tratam-se, os alojamentos, os espaços de estar e de lazer dessas culturas, de organizações multiespaciais (*kraals*)⁴⁹ que se adaptam de acordo com as intempéries – o clima, o solo, a disponibilidade de materiais, as práticas de subsistência, entre outros – e se configuram verdadeiros referenciais pela abundância de técnicas de conforto e construção desenvolvidas e empregadas.

A estrutura dos *kraals* enquanto forma urbana é ampliada para os quilombos africanos e as cidades. A terminologia *kilombo* têm origem kimbundo e, de acordo com Sommer (2005), diz respeito à conformação típica de assentamento familiar espacialmente delimitado, quando reunida em várias unidades compondo uma vila ou um aldeamento, dotados de um traçado mais livre que interpola a escala familiar e a macro-escala. A cidade africana abriga unidades de fins sociais diversos, sendo a instituição de maior dimensão morfológica.

Enquanto unidade de organização social simples e passível de constituir um conjunto, a multiespacialidade dos *kraals* valoriza o desenvolvimento de atividades ao ar livre e, em alguns povos, a presença de um pátio central ou de espaços abertos criados pela distância entre as *cubatas* (construções) no terreno se constituem elementos fundamentais, abrigando a cozinha, o corte da lenha, a criação de gado, a agricultura e atividades familiares. A organização desses espaços no terreno não se faz aleatoriamente: dando importância aos geradores de seus rendimentos, a família busca posicionar o gado aos fundos do terreno, com proximidade ao marido, como forma de proteção. O mesmo acontece, em alguns povos, com os grãos e produtos da agricultura de subsistência, que são armazenados próximos ou até mesmo dentro dos dormitórios. A proteção da propriedade tomava

49 Vale destacar que a terminologia *kraal*, de origem europeia, é inicialmente adotada pelos povos da África banto como referência aos seus assentamentos. Dentre eles, os zulus, nação habitante da província de Natal, localizada entre a África do Sul e Moçambique, são identificados como os primeiros a utilizarem tal terminologia (SOMMER, 2005).

formas variadas de acordo com os povos e as intempéries do local, sendo comuns os cercamentos enquanto delimitação física territorial.

Um importante aspecto presente nas culturas africanas e perceptível nos *kraals* aqui apresentados é sua composição por várias construções monofuncionais, particularidade que confronta com a arquitetura multifuncional dos colonizadores. O modelo então resultante predominante entre os afrodescendentes foi a construção de habitações plurifuncionais, com a valorização do trabalho ao ar livre, dos povos africanos. Essa organização é frequente nas famílias brasileiras, especialmente nas de matriz africana, e as práticas ao ar livre tomam inúmeras formas: nos fundos dos terrenos há a criação do gado, a prática agrícola de subsistência, o cultivo da flora, a prática religiosa dos cultos e reuniões, as festas, os batuques e confraternizações entre os seus. Trata-se de práticas cultivadas por seus ancestrais e transmitidas ao longo das gerações, resgatadas por esses indivíduos afrodescendentes trazidos para o território brasileiro e mantidas fortalecidas e presentes em sua forma urbana.

Clóvis Moura discorre em seu livro *Quilombos: resistência ao escravismo* (1993) sobre como a tradição africana da comunicação oral se apresentou como a principal forma de documentação e transmissão de saberes nos quilombos, com a tradição oral sendo entre os povos africanos responsável pela transmissão da memória coletiva e da consciência social. Dialogando com Hampaté Bâ (1979), as tradições orais se apresentam como espaços simbólicos de preservação de dados históricos, com a memória emergindo como principais ferramentas na cadeia de transmissão. A diáspora africana também tem como consequência a mutação, resgate e reprodução dessas formas de organização social e cultural supracitadas sob as mais duras condições. Nesse viés, os quilombos emergem no período escravista enquanto principal forma social e econômica de resistência contra o escravismo, e a autonomia dos povos negros na organização, hierarquia e controle desses territórios permite que tais instituições culturais, econômicas e sociais ganhem materialidade e perpetuem sua continuidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, ainda em sua parcialidade, permite o reconhecimento das significâncias teóricas, materiais e imateriais presentes nos quintais enquanto espaços de manifestação da autonomia econômica, social e cultural conquistada pela comunidade negra. Ao passo que o pós-abolição viabiliza a liberdade desses indivíduos no controle de seus destinos, também se apresenta enquanto campo de novos desafios encontrados no meio rural e no meio urbano, uma vez que as estratégias empregadas pelas estruturas de poder no período escravista tomam conformações outras no apagamento e marginalização dos negros. Ainda assim, a forma negra urbana se apresenta enquanto principal ferramenta de resgate de suas instituições culturais, e a autonomia garante espaço para a ludicidade, a sociabilidade e a multifuncionalidade em seus espaços de morar e seus quintais. A fixação dessas famílias nas franjas da cidade indica como esses indivíduos não abriram mão de recriar nesses espaços a transmissão de seus saberes e legados culturais. Associados ao cotidiano e à convivência familiar, essas manifestações são reformuladas e preservadas de acordo com a ancestralidade, a memória e as dinâmicas presentes em seus núcleos familiares, garantindo assim a continuidade de uma produção afrodiaspórica plural em termos de hábitos, saberes e práticas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. S. A mulher negra no pós-abolição. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 5, n. 9, p. 22-36, 2013. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/234/209>. Acesso em: 13 de ago. de 2021.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Acervo**, 2021. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Hemeroteca digital**, 2021. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 de ago. de 2021.

- BRITO, A. E. Lares negros olhares negros: identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 74-102, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/15305>. Acesso em: 13 de ago. de 2021.
- CUNHA JUNIOR, H.; BIÉ, E. F. *et al* (org.). **Bairros negros, cidades negras**. Fortaleza: Via Dourada, 2019.
- DOS ANJOS, S. G. Cultura e tradições negras no Mesquita: um estudo sobre a matrifocalidade numa comunidade remanescente de quilombo. **Padê: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**, Brasília, UniCEUB, FACJS, v. 1, n. 1, 2006. <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/download/134/123>. Acesso em: 13 de ago. de 2021.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad.: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GUEDES, S. L. Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais. **Caderno CRH**, Bahia, v. 11, n. 29, p. 189-208, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18698>. Acesso em: 13 de ago. de 2021.
- HAMPATE BÂ, A. A palavra, memória viva da África. **O correio da Unesco**, n. 10-11, 1979.
- LIRA, J. T. C. de. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p. 47, 1999.
- MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.
- MINHA ARARAQUARA. **Minha Araraquara**. Disponível em <http://minhaararaquara.blogspot.com/>. Acesso em: 30 de julho de 2020.
- MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3ª edição. Editora Ática, 1993
- OLIVEIRA, J. D'A. **Da senzala para onde: negros e negras no pós-abolição em São Carlos (1880-1910)**. Tese (Doutorado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018.
- PIERINI, C. R.; FALCOSKI, L. A. N. A evolução urbana do município de Araraquara (SP): uma crítica ao espraiamento. **Revista Húmus**, v. 9, n. 26, 2019.
- RAMOS, M. E. R. Contextos da construção da territorialidade negra em áreas urbanas. **Revista África e Africanidades**, vol. 3, n. 9, maio de

2010. Disponível em: www.africaeaficanidades.com.br. Acesso em: 13 de ago. de 2021.

- ROLNIK, R. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, CEAA, Universidade Cândido Mendes, n. 17, 1989.
- SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, 2019.
- SOMMER, M. F. **Territorialidade negra urbana**. A morfologia socioespacial dos territórios negros urbanos segundo a herança histórica comum. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- TENÓRIO, V. P. *et al.* **Baile do Carmo**: Festa, movimento negro e política das identidades negras em Araraquara-SP. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- WEIMER, G. **Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura**. EDIPUCRS, 2014.
- _____. Arquitetura popular afro-brasileira. **Em Questão**, v. 26, p. 291-316, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/106671>. Acesso em: 10 de jan. de 2021.

ENTREVISTAS

- OLIVEIRA, Durcilha Salvador de. Entrevista concedida a Joana D’Arc de Oliveira, Fabiana Oliveira Palmeira, Liz Santo Macedo e Márcio Antônio Lino Jr. Araraquara, 2019
- SALVADOR, Francisco Luiz. Entrevista concedida a Joana D’Arc de Oliveira, Fabiana Oliveira Palmeira, Liz Santo Macedo e Márcio Antônio Lino Jr. Araraquara, 2019
- SALVADOR, Idalina; Salvador, Ivanilde; Salvador, Maria de Lurdes. Entrevista concedida a Joana D’Arc de Oliveira, Fabiana Oliveira Palmeira, Liz Santo Macedo e Márcio Antônio Lino Jr. Araraquara, 2019
- SALVADOR, Lázara. Entrevista concedida a Joana D’Arc de Oliveira, Fabiana Oliveira Palmeira, Liz Santo Macedo e Márcio Antônio Lino Jr. Araraquara, 2019
- SALVADOR, Maria Nazaré. Entrevista concedida a Joana D’Arc de Oliveira, Fabiana Oliveira Palmeira, Liz Santo Macedo e Márcio Antônio Lino Jr. Araraquara, 2019

VÁRZEA PERIFÉRICA: EXPANSÃO URBANA E PRODUÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL EM BELO HORIZONTE (1950-1960)

Raphael Rajão Ribeiro

INTRODUÇÃO

A passagem para a segunda metade do século XX marcou o início do fenômeno de consolidação de Belo Horizonte como centro metropolitano. Era um momento de transformação da capital mineira. Fundada no final do século XIX, foi apenas em 1947 que a cidade alcançou a autonomia administrativa, vivenciando, naquele mesmo ano, a primeira eleição municipal para prefeito e para vereadores de sua história (SILVA, 1998, p. 49).

Não apenas no campo político as mudanças eram identificadas. Esse também foi um período de intensificação da industrialização da capital e das cidades vizinhas, com o impulsionamento da migração de pessoas, em especial, vindas do interior do estado. Uma população que chegava a Belo Horizonte com expectativas de emprego e de melhoria de sua qualidade de vida.

Nesse contexto de crescimento urbano e demográfico, boa parte de sua expansão se deveu à proliferação dos bairros que ocupavam a periferia belo-horizontina, o que impulsionava a conurbação com os municípios vizinhos. A cidade capital cuja criação esteve fortemente atrelada à ideia do planejamento e ao moderno urbanismo vivenciava um novo padrão de produção do espaço. Sem capacidade de responder às demandas por moradia e melhoramentos urbanos, a Municipalidade cada vez mais incentivava a ocupação não programada do território,

abandonando a fiscalização de novos empreendimentos imobiliários, em especial aqueles destinados à população de baixa renda.

O presente texto se propõe a investigar a formação da periferia de Belo Horizonte na segunda metade do século XX do ponto de vista da mais difundida prática associativa e de lazer popular daquele período: o futebol de várzea. Para tanto, acompanhará as lógicas da implantação da rede de campos de jogo devotados a tal modalidade, o que permitirá observar, em que medida, as experiências de construção de equipamentos esportivos comunitários incorporaram dinâmicas constituintes de um padrão periférico de produção do espaço.

Quando se fala em futebol de várzea, faz-se necessária uma delimitação histórica do fenômeno, o que se conecta com a trajetória dos esportes no Brasil e, mais especificamente, em Belo Horizonte, onde o futebol já era praticado por agremiações situadas nos bairros suburbanos, nos quais vivia a maior parte da população trabalhadora, desde os anos iniciais de sua prática na cidade, nos anos 1900 e 1910 (RIBEIRO, 2018, p. 79). Nas primeiras décadas do século XX, os chamados “clubes menores” ocupavam posições secundárias em competições protagonizadas pelas equipes tradicionais da capital mineira, as quais dominavam a organização daquela modalidade esportiva, a exemplo do *América* e do *Atlético* (MAYOR, 2017, p. 166).

Foi entre os anos 1930 e 1940 que, do ponto de vista da organização desportiva, consolidou-se uma diferenciação mais clara entre essas associações. Essa foi impulsionada por processos como a oficialização do profissionalismo dos atletas, a partir de 1933 (GOMES; PINHEIRO, 2015), e a criação de um sistema nacional de desportos, com a edição do Decreto-Lei 3.199 de 14 de abril de 1941 (LINHALES, 1996, p. 85-110) que teve como consequência a reestruturação da *Federação Mineira de Futebol*, com a criação, em 1942, de um *Departamento de Futebol Amador* voltado para as entidades que não aderiram à regulamentação do pagamento de salários aos jogadores⁵⁰.

50 Cf. DFA – LEGENDA DO AMADORISMO DE BELO HORIZONTE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 3º caderno, 12 de dezembro de 1956.

A partir desse período, uma separação que já se delineava com a existência de duas divisões no campeonato da cidade era consolidada com a constituição de dois *circuitos* (DAMO, 2018, p. 49; MYSKIW, 2012, p. 45) distintos. Um deles ficou restrito ao futebol de espetáculo, com clubes que aderiram ao regime profissional, e o outro, que se convencionou chamar “de várzea”, concentrou uma grande variedade de agremiações que não oficializaram a remuneração de jogadores. Esse segundo grupo reunia um contingente heterogêneo de associações formadas a partir de vínculos vicinais, classistas, de parentesco e de amizade, com entidades que possuíam boa infraestrutura e extensos quadros de sócios, por um lado, e outras que se resumiam a um punhado de atletas e a um jogo de camisas, por outro. Apesar da discrepância, todas essas equipes faziam parte do mesmo universo, na medida em que se conectavam por meio de uma diversidade de disputas, oficiais ou auto-organizadas, que as inseriam em um mesmo *circuito*, comumente chamado de “a várzea” de Belo Horizonte.

Foi nessa interseção entre oficialidade e autonomia que tal *circuito* futebolístico se conformou. Por um lado, os clubes de várzea buscavam legitimidade na filiação ao *Departamento de Futebol Amador* da *Federação Mineira*, subordinando-se à perspectiva de uso dos esportes com fins disciplinares e pedagógicos. Por outro, na maior parte de seus fins de semana, eram absorvidos por disputas autônomas articuladas por eles próprios em associação com as demais agremiações, assumindo uma perspectiva prazerosa e hedonista do jogo, a qual se contrapunha à visão normativa (RIBEIRO, 2021, p. 41-140).

Tal contradição entre o legalmente reconhecido e o informal também marcou a trajetória das periferias urbanas. Nessa perspectiva, o caso do futebol de várzea é especialmente rico para se pensar a dinâmica de expansão da cidade em meados do século XX. Para investigar essas trajetórias que se cruzam, o presente artigo mobiliza relatos orais, fontes da imprensa e documentação administrativa que tratam das aproximações entre os modos de fazer campos de futebol e de ocupar as áreas mais afastadas da capital mineira, as quais abrigavam seus crescentes grupos populares e trabalhadores.

A FORMAÇÃO DA METRÓPOLE E O PADRÃO PERIFÉRICO

Em meados do século XX, Belo Horizonte recém completara os cinquenta anos de sua fundação como cidade-capital, efeméride celebrada em 1947. Passadas pouco mais de cinco décadas, o município registrava paisagem muito diversa daquela prevista em seu plano original. Os últimos tempos eram de crescimento acelerado e marcavam novo momento em sua história. Tais transformações eram tema recorrente nas páginas do jornal *Diário da Tarde*, vespertino publicado pelos *Diários Associados*, que tinha um perfil mais popular em relação ao *Estado de Minas*, título da mesma empresa. Com a valorização de notícias sobre o cotidiano da cidade, essa publicação é importante para o presente estudo, tanto pela sua discussão regular sobre o desenvolvimento local, como por sua cobertura sistemática não apenas do futebol espetáculo, mas também de sua vertente popular, o futebol de várzea. Ao tratar do contexto de mutação da capital mineira, o jornal comentou:

O Departamento Estadual de Estatística acaba de divulgar os dados relativos a Belo Horizonte e correspondentes ao ano de 1950. Os números que vieram a lume confirmaram inteiramente as otimistas perspectivas que se abrem para a capital mineira e segundo as quais deverá a nossa cidade ser a quarta capital do Brasil dentro de poucos anos. Já o censo do ano passado, conforme foi noticiado em todo o país, revelára que Belo Horizonte é a capital brasileira que mais se desenvolveu demograficamente no último decênio, após São Paulo. A metrópole bandeirante apresentou índices excepcionais de crescimento seguida de Belo Horizonte. E, agora, o serviço estadual dá indicações detalhadas sobre o que ocorreu em nossa cidade, no ano próximo findo. Por estes dados, ficamos sabendo que no ano de 1950 entravam, em média, na capital, cerca de seis mil pessoas, mensalmente, das quais 2.800 aqui permaneciam. Por outro lado, para 984 nascimentos mensais tivemos um obituario médio de 544. Estas cifras dão logo, a todos, uma noção do desenvolvimento demográfico de nossa “*urbs*”, para o qual concorre também e fortemente a afluência de famílias do interior do Estado, que para aqui vêm em busca de melhores condições de vida. Dai já contarmos, em julho, 359.400 habitantes.

As construções civis foram de quatro por dia, o que dá bem a medida da ampliação da área habitada em Belo Horizonte. E isto apesar das serias dificuldades com que vem lutando o povo para obter (*sic*) financiamentos nas caixas, bancos e institutos. (...)

Os algarismos são, pois, de uma grande cidade. E não valem pelo que expressam por si mesmos mas sobretudo pelos índices que assinalam, em relação ao passado. Este o melhor, o mais convincente o mais positivo sintoma do futuro de Belo Horizonte: é uma capital que progride, a cada ano, com passos gigantesco.⁵¹

A coluna do *Diário da Tarde* repercutia os dados estatísticos recentes que apontavam para o crescimento demográfico da capital mineira. O rápido aumento populacional decorria de transformações no município, em especial, sua recente industrialização, cujo maior símbolo foi a inauguração da Cidade Industrial Juventino Dias, em 1946, na cidade vizinha de Contagem. Essa não apenas dinamizou a economia local, como iniciou um processo de metropolização da região, com a expansão urbana de Belo Horizonte na direção oeste (DINIZ, MENDONÇA, 2015, p. 34).

A aceleração do crescimento demográfico e a forma do povoamento de seu território afastaram Belo Horizonte do plano de ocupação pensado em sua fundação, no fim do século XIX. A divisão do município em uma zona urbana, circundada por um anel suburbano, por sua vez cercado por área rural vigorou, de forma relativa, nos primeiros 25 anos de existência da capital. Mesmo nesse período, a conversão de colônias agrícolas em densos bairros suburbanos já era verificada, dadas as dificuldades das classes trabalhadoras de se instalarem no perímetro urbano (AGUIAR, 2006).

Na década de 1920, a pressão por abertura de novas áreas de povoamento proletário fez com que áreas rurais fossem convertidas em vilas operárias, com o estabelecimento de loteamentos que impulsionaram a ocupação especialmente para os vetores oeste e

51 O CRESCIMENTO DA CAPITAL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 17 de maio de 1951.

leste da cidade⁵². Durante o primeiro movimento de dinamização econômica, nos anos 1920, Belo Horizonte presenciou a remoção dos poucos núcleos trabalhadores da zona urbana central, notadamente as favelas do Leitão e da Barroca e a população do bairro do Barro Preto, realocados em áreas mais afastadas como, respectivamente, a região do Morro das Pedras (RIBEIRO, 2011a), da Vila São Vicente⁵³ ou da Vila Concórdia (ARREGUY, RIBEIRO, 2008b). O deslocamento dessas populações abriria espaço para criação de bairros para as classes mais altas, a exemplo de Lourdes e Santo Agostinho.

Na década de 1940, intensificou-se a industrialização na região. Além do marco representado pela criação da Cidade Industrial, citado acima, observou-se a transformação do traçado urbano da cidade, com a consolidação de dois importantes eixos viários: a Avenida Amazonas que conectava, a oeste, o centro de Belo Horizonte a Contagem (RIBEIRO, 2011a), e a Avenida Pampulha, atual Presidente Antônio Carlos, que fazia a ligação à região da Pampulha, ao norte, margeando os núcleos ocupacionais e fabris da Cachoeirinha e da Renascença (RIBEIRO, 2011b).

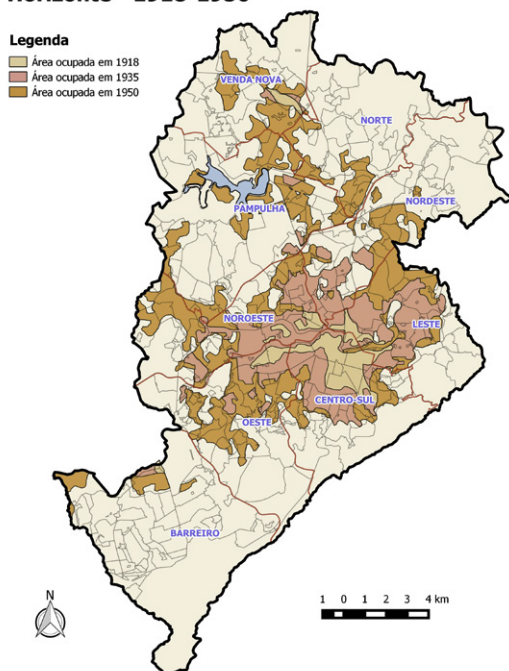
Nesse intervalo, entre seus anos iniciais e a década de 1950, a cidade vivenciou rápido aumento demográfico, acelerado na última década. Seu número de habitantes que em 1900 era de 13.472, saltou para 55.563 em 1920, 211.377 em 1940, até atingir 352.724 em 1950⁵⁴. A pressão populacional e a dinâmica urbana para acomodação do contingente crescente são representadas no mapa abaixo que demonstra a evolução da ocupação da capital mineira:

52 Cf. PLANTA geral da cidade de Belo Horizonte, organizada pela 1ª Seção da Subdiretoria de Obras em 1928-1929. Belo Horizonte, 1929. Planta. Acervo APCBH.

53 Cf. DESPEJO EM MASSA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 20 de maio de 1949.

54 Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Relatório do Executivo Municipal de 1954*, encaminhado à egrégia Câmara dos Vereadores em fevereiro de 1955. Vol. II. Belo Horizonte, 1955, p. 2.

Evolução da ocupação urbana de Belo Horizonte Horizonte - 1918-1950



Mapa 1 – Evolução da ocupação urbana de Belo Horizonte – 1918-1950, sobre o mapa atual do município. Fonte: PLAMBEL. Elaboração do autor.

O mapa acima representa três momentos da ocupação urbana na capital mineira. O primeiro ciclo baseou-se no povoamento do perímetro urbano, com alguns avanços para áreas suburbanas, como os bairros Santa Efigênia, Santa Tereza e Floresta a leste; Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates a noroeste; Prado e Calafate a oeste; além da ocupação de núcleos afastados e com dinâmica própria e anterior, como Barreiro e Venda Nova. No cenário de 1935, o avanço segue a mesma tendência de 1918, com ocupação de novas áreas a partir dos mesmos eixos de expansão, avançando sobre antigas zonas rurais, convertidas em vilas operárias, como citado anteriormente. É no quadro de 1950 que se observa a transformação da tendência, com a

ruptura da lógica concêntrica e com uma aceleração da dispersão dos territórios habitados.

Esse avanço da ocupação dialogava com os processos recentes vivenciados pela capital mineira, tais como o aprofundamento de sua industrialização, a intensificação de fluxos migratórios e o seu rápido aumento populacional. Nessa perspectiva, a expansão territorial se impunha sobre o planejamento urbano proposto pelo poder público municipal. Ao contrário de outras capitais nacionais (CHALHOUB, 1996; BONDUKI, 1998), Belo Horizonte não teve presença considerável de cortiços em suas áreas centrais, dada sua trajetória de cidade planejada e das restrições construtivas em sua zona urbana. Nessa medida, o povoamento das áreas suburbanas é uma marca desde seus anos iniciais. Contudo, o movimento experimentado a partir de meados do século XX assume outro ritmo e uma nova qualidade. Como destacava coluna editorial do *Diário da Tarde*:

Ampliando-se em todos os sentidos, estendendo suas ruas e avenidas rumo aos pontos mais distantes, tem recebido Belo Horizonte, nos últimos anos, expressivo incremento no ramo de construções. Áreas abandonadas, locais antes destinados a sítios e granjas, foram divididos em lotes – negócio sem dúvida muito rendoso – iniciando-se, imediatamente, a construção de novas residências.

O índice alcançado em 1953 bem refletiu a situação decorrente da acentuada ampliação do perímetro residencial da capital mineira. Mas, ao lado dos grandes benefícios resultantes, diversos problemas surgiram, desafiando a boa vontade dos administradores e criando novas dificuldades para a população. A deficiência dos serviços de canalização de água e esgoto e a dificuldade de ampliação dos serviços de iluminação pública e particular foram, entre outras, questões que decorreram do incontrolado crescimento do perímetro urbano do município. Todos, porém, contando-se com o espírito empreendedor dos administradores da cidade e com a boa vontade geral, poderão, e o estão sendo, resolvidos paulatinamente.

Certo aspecto, porém, vem sendo inexplicavelmente esquecido pelas autoridades municipais, embora sua inegável e reconhecida relevância. Refere-se ele a execução dos projetos urbanísticos dos novos loteamentos executados nos arredores da capital. Crescendo sem controle e planejamento, apresentam os bairros

e vilas que circundam a cidade um deplorável aspecto no que tange ao seu traçado.⁵⁵

Ao avanço minimamente controlado de vilas operárias sobre as antigas zonas rurais, impôs-se a proliferação de loteamentos que se aproveitavam de aprovações anteriores de bairros proletários, já realizados pela *Prefeitura*, mas não implantados, ou de divisões irregulares de propriedades rurais, em resposta à intensa demanda por novas terras. Em um contexto de crescimento acelerado, via-se o povoamento de locais praticamente desprovidos de serviços, com arruamento precário, sem oferta de água, esgoto, luz e transporte coletivo.

A ocupação desses terrenos que avançavam sobre as antigas áreas rurais do município implicava no surgimento de bairros que, por longos períodos, conviveriam com deficiências infraestruturais de difícil e demorada solução, o que mobilizou por décadas as populações desses lugares, organizadas a partir de um ativo associativismo comunitário. A ruptura de uma lógica de crescimento concêntrico da cidade, com a criação de assentamentos em regiões afastadas e desconectadas do núcleo urbano, também significava a remodelação do sistema de transporte público local. Se até então o bonde era a meio mais adotado, a fragmentação territorial e o alargamento das distâncias dificultariam a expansão das malhas de trilhos, com a emergência de uma nova opção para a movimentação de pessoas, tendência que já se desenhava no final dos anos 1940 (Gráfico 1).

O gráfico integrante do relatório elaborado pela gestão de Otacílio Negrão de Lima, primeiro prefeito eleito da cidade, aponta para um momento de inflexão da política de transporte público para a cidade. Ainda que representem uma ampla utilização do bonde como meio de circulação na capital mineira em comparação com o ônibus, os dados indicam para a reversão da tendência, com o início do crescimento do veículo motorizado sobre o elétrico.

55 PROBLEMA URBANÍSTICO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 1º de junho de 1954.

PASSEGEIROS TRANSPORTADOS

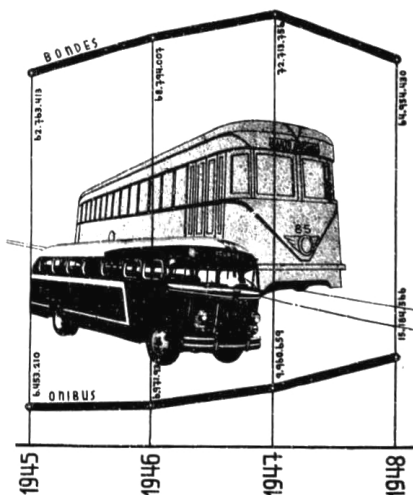


Gráfico 1 – Passagem transportados entre 1945 e 1948. BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Relatório de 1948*, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Octacilio Negrão de Lima. Belo Horizonte, 1948, p. 62-a.

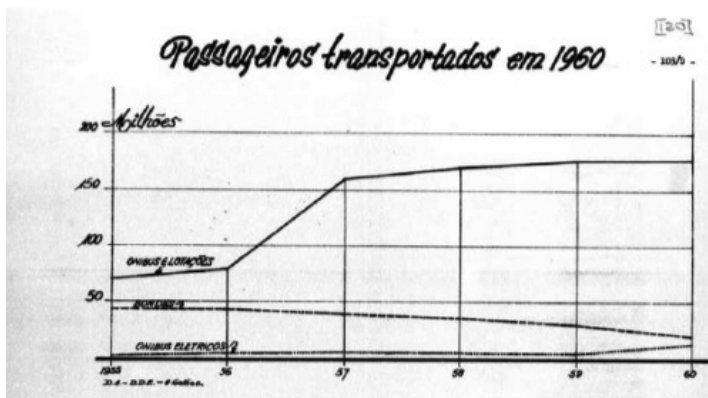


Gráfico 2 – Passagem transportados entre 1955 e 1960. BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Relatório de 1960*, apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Amintas de Barros. Belo Horizonte, 1960, p. 103-d.

No novo contexto de expansão da cidade, o serviço municipal de bondes perderia espaço para as concessões de ônibus. Com mais linhas criadas ano a ano, atingindo bairros recentes⁵⁶, os veículos motorizados se consolidavam como o principal meio de locomoção dos moradores. A facilidade de circulação para regiões remotas, para as quais a construção de uma linha de bondes levaria meses ou anos, fez com que rapidamente houvesse uma inversão da tendência (Gráfico 2).

A nova dinâmica municipal privilegiava o meio capaz de chegar a bairros distantes e sem calçamento. Passados menos de dez anos, a tendência apontada em 1948 se consolidava e, ao final da década de 1950, o ônibus motorizado dominava o transporte coletivo de passageiros.

A proliferação de loteamentos implicava na oferta de terrenos com beneficiamento básico, normalmente representado pela terraplanagem da área, com arruamento precário, sem qualquer tipo de calçamento. A aquisição da propriedade de forma parcelada, com prestações inferiores a um salário-mínimo do período⁵⁷, permitia a compra por trabalhadores de origens variadas, os quais normalmente empreendiam a própria construção de sua casa, em sistemas de mutirão, de contratação de pedreiros e/ou de investimento do seu tempo livre.

A ausência de alternativas efetivas para o problema da moradia popular⁵⁸ implicava saída similar à identificada pelo urbanista Nabil Bonduki para o caso de São Paulo, com a adoção do “chamado padrão periférico de crescimento urbano em São Paulo, modelo que viabilizou a solução habitacional baseada no trinômio loteamento periférico – casa própria – autoconstrução” (BONDUKI, 1998, p.

56 Cf. NOVA LINHA DE ÔNIBUS PARA AARÃO REIS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 15 de dezembro de 1951; Melhoramentos para a Ressaca e Vila Americana. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 4 de janeiro de 1954.

57 Cf. ESQUEMA CARTÉIA PRADO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 27 de junho de 1949.

58 Cf. Bairro dos comerciantes promessa apenas do I.A.P.C. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 15 de janeiro de 1949; Mil casas populares que não se constroem na capital porque ninguém doa terrenos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 17 de setembro de 1953.

12). Foi tal tendência aquela que predominou ao longo da segunda metade do século XX como forma da expansão de Belo Horizonte, dialogando com fenômeno semelhante ao observado na capital paulista (CALDEIRA, 2000, p. 211). A adoção de tal modelo gerava distorções na qualidade de vida e moradia das populações, com um notável contraste entre centro e periferia.

Em suas reportagens, o *Diário da Tarde* repercutia as discrepâncias da região central e dos bairros tradicionais em relação às mais de 150 vilas não aprovadas no início dos anos 1950⁵⁹. Com a prevalência da autoconstrução para a produção de novas moradias, a *Prefeitura* identificava cerca de dez mil casas não regularizadas em meados daquela década⁶⁰. Para tanto, lançava mão da tecnologia para organizar o cadastro municipal. Em 1953, a administração local, pela primeira vez, realizou um levantamento aerofotogramétrico, produzindo tomadas aéreas de todo o território⁶¹. As imagens geradas permitiram ao poder público mapear o avanço real da ocupação em Belo Horizonte, com a instalação dos loteamentos e a proliferação de edificações empreendidas por seus próprios donos. Além disso, essas fotos representam um admirável registro histórico que indica o que mais povoava a cidade e as suas periferias em 1953.

A VÁRZEA E A EXPANSÃO PERIFÉRICA

O levantamento aerofotogramétrico do município de Belo Horizonte em 1953 constitui uma evidência valiosa da ocupação de todo

59 Cf. 150 VILAS NÃO APROVADAS EXIGEM AS OBRAS PÚBLICAS FUNDAMENTAIS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 25 de janeiro de 1952. Para comparação, dinâmica similar de bairros sem aprovações se verificou no desenvolvimento de Bogotá, na Colômbia. Cf. CARRILLO, A. T. *La ciudad en la sombra: barrios y luchas populares en Bogotá 1950-1977*. Bogotá: Universidad Piloto de Colombia, 2013.

60 Cf. CERCA DE DEZ MIL CASAS SEM LANÇAMENTO NA CAPITAL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 15 de setembro de 1956.

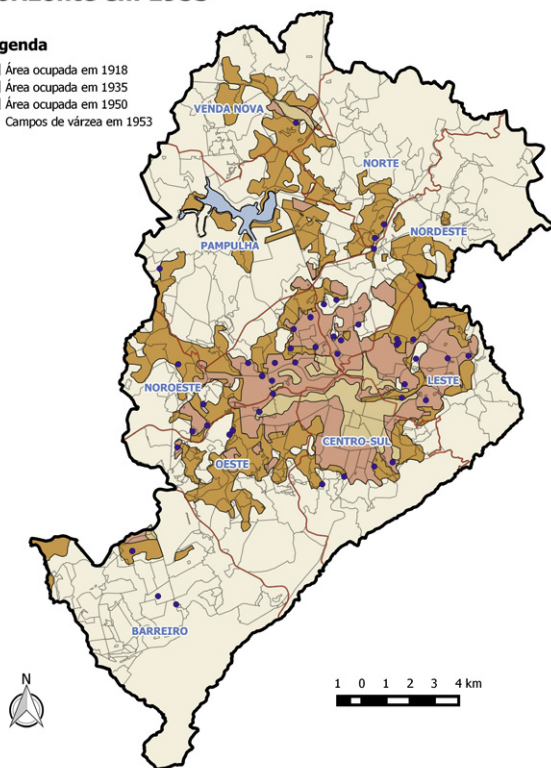
61 Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Relatório de 1953*, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo Renê Giannetti. Belo Horizonte, 1953, p. 12.

o território da capital mineira. A partir das fotografias aéreas produzidas é possível identificar uma variedade de intervenções no tecido urbano, incluindo a existência de campos de futebol. O mapa a seguir representa a distribuição de espaços de jogo de perfil varzeano na cidade naquele ano:

Campos de várzea existentes em Belo Horizonte em 1953

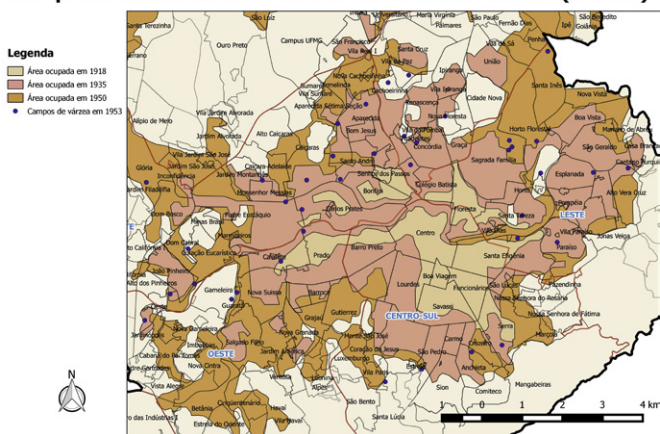
Legenda

- Área ocupada em 1918
- Área ocupada em 1935
- Área ocupada em 1950
- Campos de várzea em 1953



Mapa 2 – Campos de várzea existentes em Belo Horizonte em 1953, sobre mapa atual do município. Fonte: PLAMBEL, *Levantamento aerofotogramétrico do Município de Belo Horizonte, 1953*. Elaboração do autor.

Campos de várzea existentes em Belo Horizonte em 1953 (detalhe)



Mapa 3 – Detalhe de campos de várzea existentes em Belo Horizonte em 1953, sobre mapa atual do município, bairros selecionados.

Fonte: PLAMBEL, *Levantamento aerofotogramétrico do Município de Belo Horizonte, 1953*. Elaboração do autor.

Para elaboração dos mapas acima, foram consideradas as áreas com características de campos varzeanos, levando-se em conta tanto a informação evidenciada nas aerofotografias, quanto outras referências documentais. Nesse sentido, espaços de jogos ligados ao *circuito* do futebol espetáculo ou dentro de instituições de ensino, militares ou de clubes de lazer não foram consideradas, ainda que eventualmente pudessem ser usadas em disputas amadoras. Foram indicados apenas os locais vinculados e geridos pelas agremiações do meio varzeano, os quais totalizaram 53 para o ano de 1953.

Vale lembrar que, já no início do século XX, registrava-se a presença de clubes e campos de futebol nos bairros suburbanos, de perfil popular, de Belo Horizonte (RIBEIRO, 2018, p. 79). Tais agremiações se desenvolveram em áreas ocupadas nos momentos iniciais de expansão da cidade representados no mapa, ou seja, 1918 e 1935. Passadas poucas décadas, o levantamento de 1953 aponta para a quase ausência de espaços de jogo nas regiões de povoamento mais antigo da capital.

O mapeamento de meados do século XX indica a concentração de campos varzeanos justamente nos limites da mancha ocupada até 1935, além de áreas de expansão durante os anos 1940 e 1950. Seu posicionamento aponta uma distinção entre centro e periferia também verificada na distribuição dos espaços de jogo, os quais estavam ausentes da zona urbana original e de seu perímetro imediato, espalhando-se, de forma centrífuga, pelo que eram os bairros mais distantes do período. Vale ainda ressaltar a presença de campos de futebol em zonas rurais, a exemplo do Barreiro, evidência de que a experiência esportiva não se condicionava à urbanização.

Pode-se, ainda, pontuar o caso de bairros como o Bonfim e o Calafate, com forte tradição varzeana e que, nesse período, possuíam poucos campos de futebol. Ou o do Carlos Prates, onde “apenas um campo vinha servindo a 12 clubes, qual seja o do Canto de Minas”⁶². Acerca da pressão sobre a zona urbana e as áreas contíguas a ela, comentou o *Diário da Tarde*:

O crescimento vertiginoso da Capital, que se expande por todos os pontos, a par de muitos e reais benefícios, tem criado uma série de problemas para os pequenos clubes que, dia a dia, vêm perdendo as suas praças de esportes.

A zona urbana, quase toda edificada, não mais comporta faixas de terreno para a prática do futebol.

Dai, o fato a que se tem visto a Prefeitura Municipal desapropriando, com vantagens para outros setores da vida cidadina, inumeros campos amadoristas.

Aliás, campo é força de expressão.

Pelo vocábulo, entre clubes menores, sub-entende-se um eito de terra sem maiores pretensões.

Às vezes, até no sopé de uma colina se improvisa uma cancha.

Outras, são adaptadas nalgum pasto, onde, na utilização das mesmas animais e jogadores se revezam.

62 O Tremedal perdeu seu campo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 7 de abril de 1953.

E, agora, mesmo assim, vêm-se privados os clubes amadores – não todos, é claro – de seus “estádios” o que, brevemente, trará reais prejuízos para o desporto menor da cidade.

Para o problema, apenas uma solução se vislumbra: é a de edificar-se, doravante, os campos na zona suburbana, em locais onde não seja entravado o progresso da cidade.

Até porque, se não for assim daqui a pouco os times de menores possibilidades ou se extinguem ou terão que construir campos à margem de estradas.⁶³

O colunista aponta para um processo de desaparecimento dos campos relacionados ao que denomina pequenos clubes, ou seja, aqueles ligados ao amadorismo. Em sua argumentação, identifica as dificuldades para a manutenção das áreas de jogo nos bairros mais centrais e aponta a construção de novas canchas nas zonas denominadas suburbanas como a melhor saída. Ademais, comenta sobre a precariedade dos espaços utilizados pelas agremiações que seriam desprovidos de infraestrutura e que teriam um beneficiamento insatisfatório do terreno.

Se a distribuição espacial dos campos pelos bairros mais afastados fazia a experiência varzeana se aproximar de um padrão periférico, outro elemento igualmente articulava a dinâmica de criação de espaços de jogos amadoristas a essa lógica de urbanização: a autoconstrução⁶⁴. Seja em imagens ou relatos⁶⁵, é marcante a organização autônoma dos integrantes dos clubes para a implantação de campos de futebol no

63 Desaparecem os campos amadoristas para dar lugar ao progresso da capital. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 29 de outubro de 1948. O trecho foi alterado para corrigir erro de diagramação que inverteu duas linhas entre o 6º e o 7º parágrafos.

64 Em sua dissertação Raphael Piva Favero chama atenção para a autoconstrução como característica dos espaços varzeanos. Cf. FAVERO, 2018, p. 49-54.

65 O conjunto de relatos examinados neste texto foi coletado pelo próprio autor no contexto da realização do “Inventário do futebol amador em Belo Horizonte”, entre os anos de 2016 e 2018. Tal iniciativa articulada pela Fundação Municipal de Cultura da capital mineira, por meio da então Diretoria de Patrimônio Cultural, e pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, tinha por objetivo reunir informações sobre essa vertente popular da modalidade na cidade com fins de reconhecimento da prática como patrimônio imaterial do município.

território urbano. Narrativa exemplar é apresentada por Lenir Paulino, o “Nico”, dirigente da *Associação Esportiva Cultural Ponte Preta*, que teve sua trajetória inicial na *Associação Esportiva Tupinambás*, ambas do bairro ferroviário do Horto⁶⁶:

Aí depois que veio o Tupinambás, que eu me lembro muito bem, que eu era menino, e o pessoal da oficina subiu com o carrinho, com enxada, com alavanca, todo mundo... aí eu perguntei: “O que vocês vão fazer?” “Ah, nós vamos fazer um campo lá em cima”, aí eu subi com eles e fui para lá, para ajudar eles arrancarem toco. Inclusive o detalhe é que antigamente não tinha gás, e os tocos que foram arrancados eram disputados, porque eram lenha. (...) Para abrir aquele campo, inclusive, eu tive três dias, quase três dias de febre que eu fui queimado por uma saçurana lá. No matagal lá, tudo, na capoeira, eu fui lá ajudar eles... (...) Eles pediram... porque na *época*, naquela *época* já era Central do Brasil, não era Rede Ferroviária não, era Central do Brasil. Aí a Rede... a Central do Brasil doou as traves, que as traves eram de madeira, os campos antigamente, as traves não eram de cano não, eram de madeira (Lenir Paulino, 2017).

Lenir refere-se à construção do campo do *Tupinambás* no ano de 1947, data de fundação da agremiação. Situado nas proximidades das oficinas da *Estrada de Ferro Central do Brasil*, no bairro Horto, onde boa parte dos trabalhadores vivia, o espaço de jogo foi construído em sistema de mutirão com vários dos ferroviários que integravam o clube. Como se recorda, o beneficiamento do terreno envolveu diversas intervenções, desde a remoção de mato e tocos de árvores, até seu nivelamento com o uso de enxadas. Tal transformação de uma área ainda hostil à ocupação, tomada por vegetação, é igualmente característica das memórias sobre o povoamento dos loteamentos periféricos (CALDEIRA, 1984, p. 68-70). Vale ainda grifar a atuação da companhia férrea que apoiou a iniciativa com a oferta de traves.

A narrativa apresentada por Lenir assemelha-se a tantas outras compartilhadas dentre a memória social da várzea belo-horizontina.

66 Marcado pela presença das oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil, o Horto Florestal assumiu perfil ferroviário em quase todo o século XX. Cf. ARREGUY; RIBEIRO, 2008a.

É o caso do relato de Marco Antônio Coelho, mais conhecido como “Grapete”, pertencente ao *Inconfidência Esporte Clube*, do bairro Concórdia:

Eu lembro que na *época* que eles conseguiram abrir aqui, foi coisa bonita que eles fizeram. Eu era menininho, mas eu lembro. Era carroça demais, eles conseguiram na base de umas trinta carroças. Os caras chegavam aqui e jogavam terra aqui embaixo, aqui do lado do grupo. O barranco, lá de cima, vinha até quase aqui no meio do campo, foi terra demais que eles tiraram, ficaram mais de três meses... A minha tia Pascoalinda que trazia *água* para eles na bilha desse tamanho, para eles beberem *água* de noite aí ó. Os caras chegavam, trocavam de roupa e já vinham trabalhar aqui (Marco Antônio Coelho, 2016).

Em seu relato, Grapete comenta sobre obras no campo do *Inconfidência*, as quais acompanhou na sua infância. Elementos similares aos da narrativa de Lenir aparecem, como o fascínio que aquele esforço coletivo despertava nas crianças, a adoção do sistema de mutirão e a utilização de ferramentas rústicas que eram as acessíveis àqueles homens. Sua fala acrescenta outros elementos, como a dedicação das horas livres dos trabalhadores que conduziam o beneficiamento do espaço no período noturno, depois de sua jornada laboral regular, e o da participação da comunidade do entorno, em especial das mulheres, representada por sua tia.

A figura de tia Pascoalinda registrada na narrativa de “Grapete” permite visibilizar uma presença feminina que, ainda que não fosse dominante, era constante em meio a uma prática social hegemônica pelos homens. Seu caso chama a atenção para a participação das mulheres nas agremiações varzeanas, a qual se viabilizava, em especial, pela abrangência que essas associações assumiram em seus bairros e dentre os grupos a que estavam ligadas.

A frequência feminina, por um lado, era mais limitada no caso de locais como os espaços de jogo, onde se restringiam à assistência ou à torcida, seja pela proibição que vigorou, de 1941 a 1979, à prática do futebol e de outras modalidades por elas, seja pelo fato de as beiras de campo se consolidarem como espaço de uma sociabilidade altamente

masculina, representada pela frequência aos bares, pelos jogos de carta a dinheiro e pelas jocosidades. Por outro lado, sendo as agremiações entidades abrangentes, não limitadas apenas à promoção por futebol, mas mantenedoras de um diversificado programa esportivo, recreativo e assistencial desenvolvido, em especial, nas sedes sociais, observava-se uma esfera ampla de atuação das mulheres. Elas se organizavam, sobretudo, a partir dos chamados departamentos femininos dos clubes, responsáveis pela promoção de horas dançantes e outras atividades centrais para a arrecadação e ampliação do corpo de sócios. Sem se perder de vista a assimetria de gênero favorável dos homens prevalente nas entidades varzeanas, não se pode ignorar a ampla participação feminina nessas entidades (RIBEIRO, 2021, p. 156-226).

Além de textos jornalísticos e relatos orais, a autoconstrução pôde ser notada em registros imagéticos, a exemplo do campo do *Brasília*:

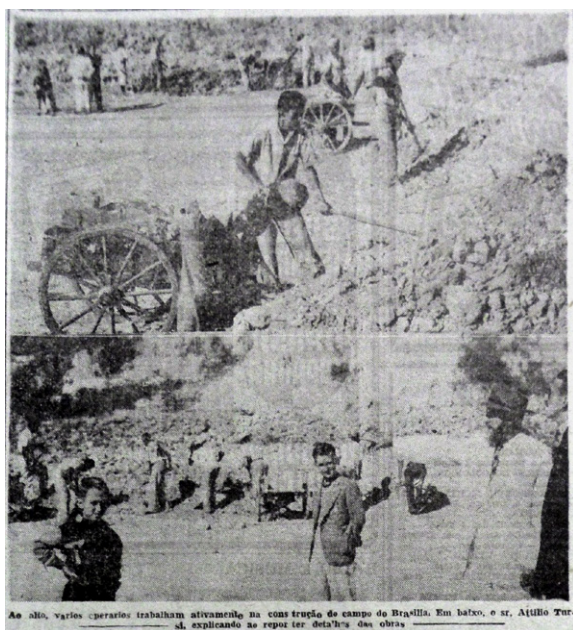


Figura 1 – Obras de construção do campo do Brasília, 1950. Fonte: COM RECURSOS PRÓPRIOS, O BRASILIA CONSTROI SUA PRAÇA DE ESPORTES. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 28 de julho de 1950.

As fotografias acima dialogam com os relatos dos veteranos varzeanos. Na primeira imagem, destaca-se, em primeiro plano, a atuação dos operários que, munidos de ferramentas, desfazem o barranco, transferindo terra e pedras para pequenas carroças. Ao fundo, mais trabalhadores parecem envolvidos em atividade similar. O terreno retratado já começa a ter feições de um campo minimamente planejado. No segundo registro, o destaque é para o dirigente do *Brasília* que, no canto direito da imagem, indica ao repórter algum detalhe das obras. Duas crianças, em primeiro plano, também compõem a cena que se completa com a presença dos operários ao fundo, os quais seguem na mesma tarefa retratada anteriormente.

O texto da reportagem em que os registros fotográficos se inserem aponta para a contratação de uma turma de 20 operários pagos pelo *Brasília* para conduzirem a empreitada⁶⁷. De modo que a construção dos campos não apenas implicava no trabalho direto de seus integrantes, como em esforços para o financiamento dos serviços. Era o caso do *Monte Castelo Futebol Clube*, da Gameleira⁶⁸ que, após finalizar a terraplanagem de seu futuro espaço de jogo, estimava obras para uma pequena arquibancada e para um *playground* no valor de Cr\$ 35.000,00⁶⁹, o que correspondia a pouco menos de 100 salários-mínimos do período⁷⁰. Para viabilizar o empreendimento, a agremiação previu uma campanha de arrecadação que se mostraria bem-sucedida, para o que a atuação dos departamentos sociais ou femininos, se fazia fundamental. Menos de dois anos após seu

67 Cf. COM RECURSOS PRÓPRIOS, O BRASILIA CONSTROI SUA PRAÇA DE ESPORTES. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 28 de julho de 1950.

68 Localizado na área da antiga Fazenda da Gameleira, o bairro homônimo abrigava uma diversidade de instituições do governo estadual, além de uma porção residencial. Cf. RIBEIRO, 2011a.

69 Cf. ESTADIO DO MONTE CASTELO, UM SONHO QUE SE TORNA AUSPICIOSA REALIDADE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2 de outubro de 1948.

22 Cf. BRASIL. *Decreto-lei nº 5.977*, de 10 de novembro de 1943. Altera a tabela do salário-mínimo, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-5977-10-novembro-1943-416056-publicacaooriginal-1-pe.html>

anúncio, realizava-se o festival de inauguração. Conforme exaltava o *Diário da Tarde*: “De enxadas ás mãos, picaretas, alavancas carinhos (sic) e outros instrumentos indispensaveis, a família esportiva do Monte Castelo conseguiu construir a sua praça de esportes, sem o auxilio de quem quer que seja”⁷¹.

Campos abertos à base de enxadas e picaretas, contando com os esforços dos próprios clubes, implicavam numa rede precária de espaços de jogo. Segundo o *Diário da Tarde*:

A falta de praças de esportes em nosso amadorismo é uma constante preocupação dos clubes. Belo Horizonte conta nada menos de 180 clubes amadoristas e o numero de campos não alcança 50. Com quase cem agremiações filiadas, o D.F.A. conta com 28 campos, sendo que 90 por cento dessas praças de esportes não possuem medidas regulamentares.⁷²

A aprovação dos campos utilizados nas competições promovidas pelo *Departamento de Futebol Amador (DFA)* pressupunha vistorias pela entidade oficial, com a avaliação de medidas e das condições do terreno, as quais ficavam registradas nas pastas dos clubes junto ao *DFA*. Essa documentação corrobora a visão apresentada pelo *Diário da Tarde*, já que espaços de jogo como o do *Tupinambás*, com medida de 87,50 metros de comprimento por 43,60 de largura, portanto, inferior ao previsto nas convenções internacionais, eram validados⁷³.

A qualidade dos terrenos de jogo também era questionável, segundo o *Diário da Tarde*:

O juiz Levi Neri Pinto suspendeu a partida Terrestre x Parque Riachuelo, no campo do Cruzeiro do Sul, por falta de garantias. Interessante é que o campo, cheio de buracos, estava prejudicando a atuação dos jogadores. No intervalo do jogo, os dirigentes do

71 Realização amadorista para o proprio amadorismo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 20 de maio de 1950.

72 ESTADIO DO MONTE CASTELO, UM SONHO QUE SE TORNA AUSPICIOSA REALIDADE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2 de outubro de 1948.

73 Cf. Pasta da A.E. Tupinambás no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Departamento de Futebol Amador da Capital / Federação Mineira de Futebol.

Parque arranjaram uma enxada e iniciaram a terraplanagem... principalmente na área do “goal”.⁷⁴

Apesar da precariedade dos resultados alcançados, os métodos autônomos de construção de campos pelos clubes varzeanos cumpriu papel importante no provimento de espaços de jogo, em um contexto de expansão dos bairros periféricos da capital mineira. A essa atuação independente, somaram-se iniciativas públicas e particulares para a ampliação da rede de equipamentos esportivos na cidade, notadamente a atuação da *Prefeitura* na primeira metade da década de 1950, que investiu em tratores para abertura de espaços de jogo⁷⁵.

Ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960, Belo Horizonte vivenciou um processo intenso de crescimento populacional, com o aprofundamento das tendências de expansão territorial sob o padrão periférico. A capital mineira rompia a barreira de um milhão de habitantes em 1966, praticamente triplicando seu contingente demográfico em relação ao início da década anterior, saltando da sexta para a terceira posição como cidade mais populosa do país⁷⁶.

A intensificação da ocupação dos bairros periféricos se articulava com a expansão da rede de campos por Belo Horizonte. A tendência da autoconstrução persistiu entre os grupos varzeanos na implantação de seus espaços de jogo, a exemplo de relato dos membros do *Grêmio Esportivo São Gabriel* que, ao completar 10 anos de existência em 1979, se lembravam de como “munidos de pás, picaretas, alavancas, enxadas e carrinhos de mão, a procura de uma área adequada para

74 Notas da varzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 20 de março de 1956.

75 Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Relatório de 1951*, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo Renê Giannetti em 15 de janeiro de 1952. Belo Horizonte, 1952, p. 100; BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Relatório de 1952*, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo Renê Giannetti. Belo Horizonte, 1953, p. 76; BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Relatório de 1953*, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo Renê Giannetti. Belo Horizonte, 1954, p. 91-92; BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Prestação de contas do Executivo Municipal relativa ao exercício de 1954*, apresentado à Câmara dos Vereadores em fevereiro de 1955. Belo Horizonte, 1955, p. 170.

76 Cf. BELO HORIZONTE AOS 69 ANOS E A TERCEIRA CAPITAL DO BRASIL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 2º caderno, 12 de dezembro de 1966.

a construção do campo de futebol, entre os grandes espaços não construídos na periferia do bairro”⁷⁷ teriam finalmente encontrado o local que converteram em sua campo. A ampliação do número de equipamentos esportivos amadoristas no período pode ser dimensionada pela representação cartográfica do cenário verificado em 1967.

O Mapa 4 indica um considerável crescimento do número de campos de perfil varzeano na cidade, de 53 espaços do gênero identificados no levantamento aerofotogramétrico de 1953, observam-se 103 áreas destinadas a disputas amadoristas nas fotografias aéreas de 1967. Em menos de 15 anos, a rede desses equipamentos esportivos teria dobrado de tamanho. Ainda que alguns locais tenham desaparecido, a criação de outros compensou em muito as perdas.

No que se refere à distribuição espacial dos campos, houve forte tendência de sua criação nas bordas da mancha de ocupação de 1950 ou até mesmo fora dela, indicando o avanço da urbanização periférica, aqui evidenciada pela instalação desses equipamentos esportivos. Contudo, outras tendências pontuais também podem ser ressaltadas, como um conjunto de quatro canchas no bairro Calafate⁷⁸ que se aproveitou da várzea do Ribeirão Arrudas, ou o ressurgimento de campos na Lagoinha⁷⁹, imediatamente ao norte da região central da cidade, fruto da articulação de clubes da região, como o *Terrestre*, que contavam com amplo apoio político⁸⁰.

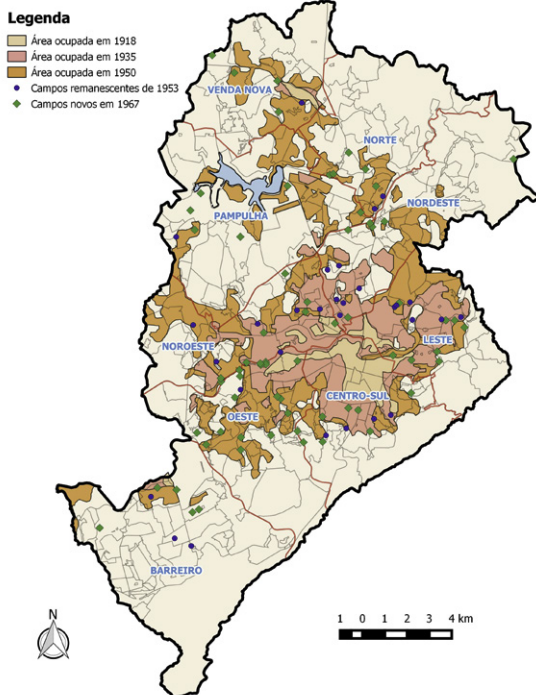
77 G.E. São Gabriel comemora seu décimo aniversário. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 20, 12 de setembro de 1979.

78 O Calafate era um bairro de extração operária, situado a oeste da área urbana, margeado pelo Ribeirão Arrudas, com pequenas indústrias de artigos variados. Cf. RIBEIRO, 2011a.

79 A Lagoinha é um dos bairros de ocupação mais precoce na nova capital mineira. Integrante da Sexta Seção Suburbana, na divisão proposta pelo plano original, acolheu boa parte dos operários e trabalhadores braçais, nacionais e estrangeiros, que atuaram nos primeiros anos de Belo Horizonte. Também ficou marcada como área comercial e boêmia da cidade, especialmente até os anos 1960. Foi berço de importantes clubes, como Guarani, Fluminense, Pitangui, Lagoinha e o próprio Terrestre. Cf. ARREGUY; RIBEIRO. 2008c.

80 Cf. Não deixaram o trator fazer o serviço do Terrestre. *Diário da Tarde*, Belo

Campos de várzea existentes em Belo Horizonte em 1967



Mapa 4 – Campos de várzea existentes em Belo Horizonte em 1967, sobre mapa atual do município. Fonte: PLAMBEL, Levantamentos aerofotogramétricos do Município de Belo Horizonte, 1953 e 1967. Elaboração do autor.

A comparação entre os cenários retratados nos levantamentos aerofotogramétricos de 1953 e 1967 aponta para um contexto de expansão urbana de padrão periférico que se mostrou favorável à proliferação de campos varzeanos. A recorrência de imagens de sujeitos munidos de enxadas, picaretas, alavancas e carrinhos indicava o compartilhamento de saberes construtivos que perduraram por décadas e que foram importantes para a conversão de vazios urbanos em espaços de lazer coletivo. Mesmo com a precariedade

Horizonte, p. 8, 28 de agosto de 1957.

dos recursos disponíveis, os integrantes dos clubes davam mostras de serem capazes de se articular para a criação de bases materiais para a proliferação da prática. Ainda que não apenas o autoempreendimento tenha sido responsável pela instalação e permanência desses equipamentos esportivos, com, por exemplo, articulações políticas e apoio de potentados locais para realização de melhorias; sem dúvida, essa experiência autônoma conectava esses indivíduos a uma forma de ocupação fundamental para a compreensão da transformação vivenciada pela capital mineira na segunda metade do século XX.

Não é por acaso que a distribuição geográfica dos campos coincide com as diferentes ondas de ocupação do território. Tais equipamentos esportivos comunitários constituíram-se como um dos índices das formas populares de produção do espaço que orientaram a instalação do que conhecemos hoje como as periferias urbanas das grandes cidades brasileiras. A trajetória do futebol de várzea local diz muito sobre a consolidação metropolitana da capital mineira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a metropolização e sobre a afirmação de um padrão periférico de urbanização normalmente parte das questões vinculadas à habitação popular nas grandes cidades brasileiras. O presente texto procurou articular tais discussões a um aspecto diverso do cotidiano desses grupos sociais: o lazer. Ao se acompanhar a trajetória da produção de equipamentos esportivos destinados à prática do futebol de várzea, foi possível identificar a mobilização de um repertório semelhante àquele empregado na autoconstrução da moradia.

Nessa perspectiva, permite-se pensar na constituição das periferias urbanas como um fenômeno ainda mais abrangente de disputa pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001), no qual grupos subalternos e trabalhadores mobilizaram lógicas de auto-organização e saberes construtivos compartilhados para reivindicar não apenas a possibilidade de morar, mas também de se divertir na metrópole em formação. Ao fazer campos e ao fazer clubes, em última instância,

os sujeitos varzeanos, à sua maneira, também fizeram bairros e, por consequência, fizeram a cidade.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, T. F. R. de. **Vastos subúrbios da Nova Capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- ARREGUY, C. A. C.; RIBEIRO, R. R. (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Leste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008a.
- _____. **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Nordeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008b.
- _____. **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Noroeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008c.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1998.
- CALDEIRA, T. P. do R. **A política dos outros**: O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **Cidade de muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 e Edusp, 2000.
- CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DAMO, A. Futebóis – da horizontalidade epistemológica à diversidade política. **FuLiA/UFMG**. Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 37-66, set.-dez. 2018.
- DINIZ, A. M. A.; MENDONÇA, J. G. de. Nota metodológica: configuração dos vetores de expansão da RMBH. *In*: ANDRADE, L. T. de; MENDONÇA, J. G. de; DINIZ, A. M. A. (org.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, 2015, p. 33-46.
- FAVERO, R. P. F. **“A várzea é imortal”**: abnegação, memória, disputas e sentidos em uma prática esportiva urbana. 2018. Dissertação

- (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- GOMES, E. de S.; PINHEIRO, C. L. M. (org.). **Olhares para a Profissionalização do Futebol: Análises Plurais**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.
- MAYOR, S. T. S. **O futebol na cidade de Belo Horizonte: amadorismo e profissionalismo nas décadas de 1930 e 1940**. 2017. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- MYSKIW, M. **Nas controvérsias da várzea: trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- RIBEIRO, R. R. (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Oeste**. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011a.
- _____. **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Pampulha**. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011b.
- RIBEIRO, R. R. **A bola, as ruas alinhadas e a uma poeira infernal: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921)**. Rio de Janeiro: Drible de Letra/Multifoco, 2018.
- _____. **A várzea e a metrópole: futebol amador, transformação urbana e política local em Belo Horizonte (1947-1989)**. 2021. Tese (Doutorado em História) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021.
- SILVA, R. H. A. da (coord.). **O legislativo e a cidade: domínios de construção do espaço público**. Belo Horizonte: CMBH, 1998.

ENTREVISTAS

- PAULINO, Lenir. Entrevista concedida a Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte – MG, 2017.
- COELHO, Marco Antônio. Entrevista concedida a Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte – MG, 2016.

CIDADE E LITERATURA: APROXIMAÇÕES E LEITURAS⁸¹

Manoela Massuchetto Jazar

TEXTO LITERÁRIO E COMPLEXIDADES URBANAS

Por sua realidade complexa e dinâmica, a cidade ganha inteligibilidade quando considerada em suas múltiplas dimensões territoriais, econômicas, políticas, sociais e culturais. Uma das formas de se abordar tais complexidades urbanas é valendo-se de narrativas literárias como uma ferramenta complementar de análise e historização desses espaços. A literatura assume o papel de um elemento provocador de discussões relativas às cidades e seus fragmentos (sociais, espaciais, políticos, administrativos etc.), tornando-se um meio importante de reflexão, mesmo que pautado pela subjetividade da ficção (JAZAR, 2020).

Parte-se do entendimento de que “ensaio, narrativa, poesia, dramaturgia, crônica de viagens, representação pictórica e cinematográfica, entre outros” (CASTRO, 2016, p. 101) são também fontes reveladoras da heterogeneidade urbana. Nesse sentido, como destaca Pesavento (2006, p. 11), “a cidade foi, desde cedo, reduto de uma nova sensibilidade”, pois

Ser cidadão, portar um *ethos* urbano, pertencer a uma cidade implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representar essa cidade, fosse pela palavra, escrita ou falada, fosse pela música, em melodias e canções que a celebravam, fosse pelas imagens, desenhadas, pintadas ou projetadas, que a representavam, no todo ou em parte, fosse ainda pelas práticas

81 Uma versão desse texto foi publicada na Revista Produção e Desenvolvimento, em 2021.

cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade presentes naqueles que a habitavam. Às *cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia a dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias*, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos (PESAVENTO, 2006, p. 11, grifo nosso).

Tavolari (2021, para. 5), complementarmente, destaca o fato de a cidade não ter fronteiras precisas, sendo de difícil apreensão: “a maioria das metáforas aponta nesse sentido, ao remeter a imagens fragmentadas, com várias camadas e modos de funcionamento”. Diante disso, este ensaio busca compreender de que forma narrativas literárias podem auxiliar no processo de entendimento da história e do contexto cultural urbano a partir de um filtro tripartite de representação, interpretação e apropriação da realidade e do discurso.

Na consolidação da relação entre literatura e cidades, empregam-se dois conceitos importantes, o da circulação de ideias e o da interdisciplinaridade. Nessa perspectiva, entende-se que ideias se distinguem social, política, técnica, econômica e culturalmente num contexto ampliado, e contribuem para que determinados períodos da história urbana constituam conjuntos difusores de princípios, conceitos, diretrizes e mesmo desejos (ULTRAMARI; DUARTE, 2012). A circulação de ideias, por sua vez, ocorre por meio de um caráter fluido e interdisciplinar; trata-se de um “processo em que ideias conformadas em determinado tempo e lugar são usadas no desenvolvimento de novas ideias em outro lugar a outro tempo” (JAZAR, 2015, p. 58).

Para alguns autores dos campos da gestão urbana e políticas públicas, como Leme (1999), Dolowitz e Marsh (1996, 2000), Howlett e Morgan (2001), e Scazzieri e Simili (2008), o processo de circulação de ideias em espaços urbanos pode se manifestar mais frequentemente a partir de diferentes contextos temporais, espaciais e culturais. Contudo, destaca-se que as ideias podem circular ainda entre diferentes contextos disciplinares, uma vez que sofrem adaptações,

interferências e sobreposições a partir de leituras transversais de conhecimento (COIMBRA, 2000; LLOSA, 2009).

Ao trabalhar no limiar, através ou além das fronteiras disciplinares, potencializam-se estratégias de construção e intercâmbio de saberes e pensamentos. Sendo o espaço urbano um elemento dinâmico, heterogêneo e multidisciplinar, seu estudo exige a combinação de diversos pontos de vista que auxiliem na sua compreensão. Ainda que a abordagem interdisciplinar não seja novidade no âmbito da cidade, debruçar-se sobre as trocas de contribuições entre diferentes campos possibilita a construção de múltiplos sentidos da experiência urbana. Nesse sentido, entende-se que a Literatura expressa um caminho apócrifo para se traduzir a urbanidade em suas múltiplas dimensões.

Reconhece-se uma dificuldade de se encapsular no texto a vida na cidade; um autor, mesmo atento ao contexto urbano em que está inserido, cria mitos sobre esse espaço, agregando informações simbólicas sobre a realidade, distanciando-se do que é “verdadeiramente” real (vide AUERBACH, [1946] 1971; e LLOSA, 2002). Esses mitos, enganosos ou fractais, podem revelar idealizações diversas e sujeições entre grupos sociais de uma cidade e de uma época, mas, mais que isso, podem suscitar questões importantes sobre processos e fenômenos urbanos.

Tem-se aqui uma tentativa de entender como se estabelecem as relações entre cidades e narrativas literárias, em quais aspectos esses objetos são influenciados e influenciadores, e em que proporção a subjetividade crítica da literatura pode ser apropriada no contexto urbano. Parte-se do pressuposto de que a conexão entre literatura e cidade é uma condição irrefutável a partir do momento em que a produção literária moderna se torna indissociável da experiência urbana, principalmente devido às grandes transformações experimentadas nos últimos séculos. Textos literários, dessa forma, refletem as transformações urbanas e a consequente modernização do espaço, entendendo as cidades não apenas como um cenário, mas também como verdadeiros protagonistas históricos.

Essa profícuca possibilidade de discussão – abordada em

iniciativas anteriores de pesquisa (vide ULTRAMARI e JAZAR, 2021a; 2021b; JAZAR, 2020) – é aqui dividida em duas perspectivas teóricas dominantes. A primeira diz respeito à intenção de um autor ao representar uma determinada realidade urbana transpondo-a para um texto a partir de critérios da verossimilhança. O segundo vai além, e discorre sobre quando o texto é propagado entre diferentes tipos de leitores, e “o/a autor/a sabe que será interpretado/a não segundo suas intenções, mas de acordo com uma complexa estratégia de interações que também envolve os leitores” (ECO [1993] 2005, p. 79-80). É a esta última perspectiva que este texto se filia.

SOBRE AS INTENÇÕES DA LITERATURA

O século XX marca a subjetividade na representação do espaço urbano; o período foi notabilizado por transformações e avanços diversos consolidando a cidade como palco das experiências humanas. A arte e a literatura emergem como reflexos de um contexto influenciado pelo crescimento urbano e pelo advento do automóvel, até então, símbolo máximo da sociedade moderna (PESAVENTO, 1995; 1999). No campo dos estudos literários, Gomes (1999, p. 26) comenta:

Modernidade e experiência urbana formam um binômio de dupla implicação. A cidade, assim, constitui uma questão fundamental para os modernos; tornou-se uma paisagem inevitável, polo de atração e de repúdio, paradoxalmente uma utopia e um inferno. Foi traço forte na pauta das vanguardas históricas do início do século XX, e continua, neste final de século, a ser um problema, objeto do debate pós-moderno, num momento em que a era das cidades ideais caiu por terra. A modernidade elegeu o futuro como tempo privilegiado e identificou-se com a mudança, assimilando-a ao progresso. Nesta ótica, a cidade (...) foi pensada como lugar e objeto dessa mudança e seria resultado de um ideal de perfeição e do desenvolvimento tecnológico (grifos nossos).

Com esse destaque dado às cidades, o compromisso social da escrita ganha força, principalmente nas décadas de 1920 e 1930, com o modernismo, em que se experimentou o auge do engajamento político,

religioso e social no campo da cultura. Segundo Antonio Candido (2000, p. 182), “mesmo os que não se definiam explicitamente, e até os que não tinham consciência clara do fato, manifestaram na sua obra esse tipo de inserção ideológica, que dá contorno especial à fisionomia do período”.

A percepção sobre os problemas urbanos e o engajamento intelectual e crítico na literatura permanecem atuais. A literatura como forma de expressão da arte é um sistema cultural que só pode ser compreendida quando considerado o contexto em que é produzida, por meio de uma “análise política, estética, histórica ou sociológica” (GEERTZ, [1997] 2004, p. 271). No mesmo sentido, Eco ([1962] 2016) defende que uma obra de arte não tem valor absoluto, podendo variar de significado segundo o contexto histórico em que se realiza.

A literatura, pois, dá “pistas” sobre o enquadramento em que foi escrita e, mais do que isso, permite compreender qual a influência desse contexto. A articulação de memória-narrativa-história permite afirmar que a cidade narrada não é igual à cidade concreta, e parece relevante compreender de que forma e por quais motivos essa distorção da “realidade” ocorre. O elemento inicial da análise passa a ser o enquadramento do escritor e o papel que ele ocupa – ou opta por ocupar – no momento da escrita.

A intencionalidade de um texto, cunhada aberta ou dissimuladamente, pode revelar ou não o autor⁸²; de modo semelhante, a projeção do real por parte desse autor pode revelar significados e significâncias da cidade. Leitura e interpretação de obras literárias, mais do que se constituírem como fontes profusas que auxiliam a compreensão das relações sociais e culturais no espaço urbano, transpõem divisas espaciais, sociais, temporais, culturais, políticas e ideológicas. Padrões de escrita, pautados pela verossimilhança – e não necessariamente pela verdade –, permitem que sejam buscados no texto literário aspectos históricos e historiográficos, significados e significâncias de um tempo e um espaço. Isso porque, em essência, “a

82 Para aprofundamento desse debate, vide LaCapra (1983) e White (1994).

ficção não seria (...) o avesso do real, mas uma outra forma de captá-lo” (PESAVENTO, 1995, p. 117).

O literato, em suas narrativas, cenariza as transformações das cidades, ora documentando e testemunhando processos factuais, ora reinventando a realidade. O autor e, portanto, a obra literária, convidam seu intérprete a refletir sobre a vida em sociedade e as relações humanas na cidade. É nesse sentido que a construção literária leva o leitor a se permitir ser transportado para o lugar e a atmosfera desejados pelo autor, mas ao mesmo tempo conduzir sua interpretação a partir de seus próprios desejos e ideologias. Há, pois, um compromisso do texto e daquele que produz o texto, o leitor precisa reconhecer esses códigos distintos (WATT, [1957] 1990; FUKS, 2016).

Independentemente do texto que se está lendo, a posição do leitor interessa por sua instabilidade e distância em relação ao texto e à realidade que ele narra; isso significa que o leitor se afasta ou se aproxima de um texto conforme lhe convém (BARTHES, 1984; WOOD, [2008] 2011). Quanto às relações entre autor-obra-leitor é inevitável recorrer aos estudos de Eco ([1993] 2005, p. 29), que destaca:

Poderíamos objetar que a única alternativa a uma teoria radical da interpretação voltada para o leitor é aquela celebrada pelos que dizem que a única interpretação válida tem por objetivo descobrir a intenção original do autor. (...) entre a intenção do autor (...) e a intenção do intérprete que (para citar Richard Rorty) simplesmente “desbasta o texto até chegar a uma forma que sirva a seu propósito” existe uma terceira possibilidade. Existe a intenção do texto.

A intenção do texto, segundo Eco ([1993] 2005, p. 75), é produzida para um leitor capaz de fazer conjeturas sobre esse texto, indo além da palavra; segundo Santos (2007, p. 97), “o texto postula, assim, uma competência gramatical por parte do destinatário”. O leitor-modelo de Eco “consiste em imaginar um autor modelo que não é empírico e que, no fim, coincide com a intenção do texto” (ECO, [1993] 2005, p. 75).

Apesar de se reconhecer que nem toda obra literária contém informações prioritariamente voltadas à descrição, construção, gerenciamento ou utilização do espaço das cidades, é possível

compreender a partir da literatura elementos da experiência urbana que induzem a apropriação direta de ideias e ideologias diversas em práticas administrativas ou de governo. É nesse sentido, baseando-se na visão historiográfica e literária, mas com interesse voltado à cidade, que se reconhece a materialidade urbana traduzida no texto literário. A leitura se mostra viável a partir da evocação de conflitos, acontecimentos e protagonistas urbanos que nem sempre são destacados na História. O intelectual engajado, assim, se posiciona criticamente quanto à realidade urbana ao retratar, por exemplo, violência, solidão, ausência de valores morais, falta de empatia etc.; o leitor, por sua vez, ressignifica essas informações num novo contexto, a partir de suas experiências e idealizações.

REPRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E APROPRIAÇÃO

Se a cidade narrada não é igual à cidade concreta, tampouco é igual à cidade interpretada. Nesse sentido, Gomes (1994, p. 24) aponta que “o texto é o relato sensível das formas de ver a cidade; não enquanto mera descrição física, mas como cidade simbólica, que cruza lugar e metáfora, (...) tensão entre racionalidade geométrica e emaranhado de existências humanas”. Para entender o texto literário enquanto registro e materialização de fragmentos da história urbana, deve-se discutir quais fatores são responsáveis pelas diferenças entre o narrado e o interpretado, e ainda entre aquilo que posteriormente pode ser apropriado de uma narrativa em relação ao espaço urbano.

Destaca-se que, por meio da proximidade entre verossimilhança e credibilidade (PESAVENTO, 2004), a narrativa literária procurou ser cada vez mais realista na representação dos fatos, aproximando-se do discurso histórico; o verdadeiro e o plausível passaram a ser confundidos. Relacionar realidade e ficção, assim, torna-se uma atividade complexa, pois depende da forma como o entorno é apropriado pela palavra para torná-lo inteligível. Um risco desse cenário é o da suposição do espelhamento de “uma verdade que não é verdade”, ou seja, de que a interpretação seja convencida por

uma vontade de acreditar que o referente é um elemento autônomo que não depende do trabalho da significação produzido no discurso (BARTHES, 1984).

Na tentativa de organizar o espaço e reconstruir o mundo, o texto literário condensa e alegoriza a realidade, produzindo uma imagem do espaço filtrada por mecanismos que transformam a percepção do real. No campo da historiografia, Pesavento (2006, para. 50) esclarece que “(...) o texto de ficção literária é enriquecido pela propriedade de ser o campo por excelência da metáfora; uma forma de interpretação do mundo que se revela cifrada”.

A palavra literária se relaciona com o imaginário a partir da representação de “retalhos do concreto”; são os fragmentos da experiência urbana que, quando articulados, produzem uma alegoria acerca da cidade. Mário de Andrade ([1940] 1993, p. 170-171) substancializa essa perspectiva ao falar sobre a experiência de conhecer um lugar – no caso específico do autor, a cidade de Paris:

É a nossa inteligência, a nossa cultura e especialmente a nossa sensibilidade que, reagindo sobre dados menos didáticos e mais reais que uma descrição ou crítica, por exemplo, uma fotografia, um telegrama de jornal, um suspensório, um livro, um perfume, um selo de correio, e milhares de outros *retalhos do concreto*, até mesmo uma carta geográfica, *provocam esse conhecimento sensível, que é a nossa própria realidade. Pode ela estar afastadíssima do real verdadeiro, nós jamais a abandonaremos nem mesmo depois de confrontada com a realidade. Para nós ela será sempre o real mais verdadeiro* (grifos nossos).

Delimita-se, assim, o discurso literário, que claramente não corresponde a um registo, uma imitação ou uma duplicação do real, e sim a uma construção que supõe uma sintaxe de fragmentos de experiências. Há uma consciência sobre o caráter fragmentário da realidade e sobre a impossibilidade de perspectivas totalizantes ao se pensar o espaço urbano, e isso significa que há uma distância entre real e imaginário (OLMOS, 2013). De fato, isso ocorre porque da escrita não surgem apenas o real e o imaginário, mas sim três elementos: o percebido, o real e o imaginário (FRANCASTEL, 1997).

No mesmo sentido, LaCapra (1983, p. 26) afirma que “‘narração’ é ‘representação’, ‘expressão’, ‘simbolização’: a linguagem é ativa”.

A produção literária deve ser entendida como um processo histórico, político e filosófico, individual e social a um só tempo. A realidade “transcende o texto para assumir o discurso, que conta, minimamente, com as dimensões do enunciador, do enunciado e do enunciatário” (RIBEIRO, 2000, p. 97, grifos do autor). Para o que interessa à discussão, o “pacto narrativo” entre autor, texto e leitor relaciona realidade urbana e texto literário a partir de três filtros: representação, interpretação e apropriação.

O filtro da representação é aquele que transpõe fragmentos do real para o ficcional por meio da escrita. Aqui, o autor é considerado principal agente, uma vez que cabe a ele absorver as informações relativas à cidade e interpretá-las, transmitindo sua experiência urbana no texto. O papel do autor nesse processo, como já apontado, não se dá de forma neutra; no processo da escrita, “a emotividade filtra a visão do eu que tanta recuperar pela memória as suas vivências e abdica da possibilidade de totalização” (GOMES, 1994, p. 29). A obra passa a fornecer um “retrato” de um espaço-tempo específico que irá servir como caminho para a compreensão, análise e interpretação de uma determinada época e sociedade, expondo impasses urbanos e humanos, propondo uma reelaboração da memória coletiva e individual (PESAVENTO, 1995).

O efeito da representação faz com que o elemento isolado, o caco, o traço, o detalhe, seja tomado como expressão do conjunto comparável a uma situação desejada. Assim, não importa que a Rua do Ouvidor fosse quase um beco ou que a avenida Central não tivesse a pompa e a dimensão da parisiense Champ Elysées, pois a sensação de viver em uma metrópole dava sentido à existência. Ora, sendo o imaginário social forma de representação do mundo, ele se legitima pela crença e não pela autenticidade ou comprovação (PESAVENTO, 1999, p. 161).

Isso também significa que uma obra condiciona o tempo, moldando-o às suas imagens narradas e posteriormente assumindo novas formas e significados. A intencionalidade da escrita passa a

ser submetida à multiplicidade de interpretação de cada geração de leitores e, aflorando subjetividades. O papel do leitor nos textos narrativos reflete justamente a incompletude da escrita – incompleta pois pressupõe sempre a colaboração de um destinatário (ECO, [1962] 2016). Deve-se ressaltar, ainda, que o texto é um elemento complexo, “entremeado pelo não-dito, ou seja, [por] aquilo que não se manifesta na superfície, no nível da expressão, mas que tem que ser atualizado no nível de atualização do conteúdo” (SANTOS, 2007, p. 98).

Além disso, Santos, baseado em Eco (1983), destaca que de alguma forma os textos preveem seus leitores-modelos de diversos modos: “a escolha de uma língua, de um tipo de enciclopédia, de um dado patrimônio lexical e estilístico, sinais de gênero que selecionam a audiência, restrição do campo geográfico, etc” (2007, p. 98). O autor, pois, direciona e encaminha o texto para que seja construído em conjunto com o leitor. Barthes (2004, p. 5) aponta que, no processo de escrita, “o Outro está sempre presente, sob a figura anônima do leitor”; assim, o autor é responsável pela imagem que quer passar ao público, a partir de dados e de argumentos que constituem um espaço proposições e posições.

O processo de leitura, assim como a escrita, não é imparcial; o leitor ressignifica o encontro entre realidade e ficção de acordo com seu contexto e suas circunstâncias. É nesse momento que surge o segundo filtro que interessa a este debate: a interpretação – sensível e intangível – da obra literária. Consiste num esforço em explicar “por que essas palavras podem fazer várias coisas (e não outras) através do modo pelo qual são interpretadas” (BARTHES, 2004, p. 6).

Santos (2007, p. 96) aponta que “durante muito tempo reinou na Crítica Literária a ideia de que um texto literário era a expressão das ideias de seu autor. Estudar a obra só teria sentido se estudássemos também a biografia de seu autor”. O sociólogo e semiólogo Roland Barthes critica essa tendência de se considerar a identidade de quem escreve como base do significado de uma obra; o escritor existe para produzir e não explicar a obra. Uma vez que a ideia é transmitida pela literatura e sua versão da realidade é representada por meio de narrativas, minimiza-se a existência do autor, e o leitor/intérprete

ganha força: “um texto, depois de separado de seu autor (...) e das circunstâncias concretas de sua criação (...), flutua (...) no vácuo de um leque potencialmente infinito de interpretações possíveis” (ECO, [1993] 2005, p. 48). Para Barthes ([1984] 2012), as multiplicidades do texto convergem no leitor.

Há aqui uma construção dialética da percepção do espaço pela vivência de outra pessoa, neste caso por meio da literatura. Essa percepção, no entanto, vai além de um mero aceno do leitor à ideia de um autor, pois, além de poder *tentar* desvendar as intenções do autor, o intérprete deve se comprometer a ressignificar o texto. A leitura pode ser maliciosa, mas a interpretação exige sempre um limite legítimo ou legítimo (ECO, [1990] 2018, grifos nossos); “usar livremente um texto tem a ver com a decisão de ampliar o universo do discurso” (SANTOS, 2007, p. 100). Santos apoiado em Eco ([1990] 2018), esclarece que um texto aberto permite infinitas considerações, ou seja, “o autor decide até que ponto deve controlar a cooperação do leitor, para onde esta é dirigida, abrindo-se para inúmeras possibilidades interpretativas” (2007, p. 99).

O intérprete, portanto, deve estabelecer continuamente relações entre o conteúdo absorvido e suas intenções pessoais, empenhando-se em revelar aspectos intangíveis da linguagem – circunstâncias, opiniões, posicionamentos e ideias. Estando, no cenário de interesse deste artigo, o intérprete inserido no universo da gestão e planejamento urbano, a forma como uma cidade é assimilada a partir de obras literárias se diferencia daquela interpretação estabelecida por alguém do domínio literário ou campos afins. Gomes (1994, p. 24), nesse sentido, destaca que “(...) a leitura se dá por aproximações, tentativas, rascunhos. A cidade construída pelo discurso possibilita visões diversas, leituras e interpretações que dependem do leitor”.

Este debate é traduzido na constatação de que a experiência e a prática do espaço da cidade pelo autor e pelo leitor são fundamentais para a construção e a transferência da ideia por meio da narrativa: “o narrado é o elemento organizador de todos os outros componentes, o intermediário entre o narrado (a história) e o autor, entre o narrado e o leitor” (GANCHO, 2002, p. 11).

O papel do autor se torna relevante na interpretação de um texto fundamentalmente quando ajuda a entender o processo de criação da escrita. A relação autor-texto-leitor pressupõe, pois, entender as circunstâncias da produção e análise textual, atribuindo sentido a uma determinada temática, discurso ou acontecimento narrativo, e permitindo que sejam assimiladas suas motivações, interesses, emoções etc. Essa contextualização, pois, abrange todos os níveis de relação entre atores envolvidos no processo, e alguns aspectos são identificados como prioritários para compreender os filtros da representação e interpretação.

Para o escritor, deve se levar em consideração sua biografia, seus engajamentos e ideologias assumidos, o propósito da sua escrita, seus pares literários, o contexto temporal em que vive/viveu, e o contexto urbano em que está/esteve inserido – incluindo circunstâncias sociais, econômicas, políticas e culturais (ROTH, [1988] 2016). Já no que tange a obra literária, fonte transmissora de ideias, avaliam-se as temáticas nela abordadas, os objetivos assumidos no texto, os posicionamentos do autor revelados (explícita ou implicitamente), o contexto temporal e urbano em que foi produzida – também incluindo circunstâncias sociais, econômicas, políticas e culturais – e o contexto urbano representado no enredo, seja relacionado descrições espaciais, transformações urbanas, práticas ou políticas de gestão. Na outra extremidade, onde se encontra o intérprete, são constatados aspectos relacionados ao propósito de leitura, às ideologias que filtram a interpretação da obra (engajamentos e ideologias assumidos pelo leitor), e ao contexto temporal da análise da obra.

Ainda que para o leitor tenham sido identificadas e elencadas menos variáveis circunstanciais, é nele que esta discussão está focada. Isso ocorre porque dele depende o terceiro filtro da relação entre realidade urbana e narrativa literária: a apropriação de discursos. Segundo aquilo que é defendido por Barthes ([1988] 2012), o leitor tem papel fundamental na produção do sentido do texto e, por isso, salienta-se que um texto literário não pode ser analisado somente como expressão das ideias de seu autor e tampouco pode estar limitado ao estudo dessa biografia.

Uma vez interpretado, o texto pode ser apropriado e convertido na voz do leitor, que também tem o que dizer ou mostrar; a partir de interpretações, uma ideia transmitida por um autor para uma obra literária é assimilada, adaptada e apossada por discurso distintos daqueles eventualmente pretendidos no momento da escrita. Essa apropriação, de fato, ressignifica mais uma vez a narrativa, intencionalmente direcionando preocupações, temáticas, objetivos e discursos. Eco ([1993] 2005, p. 79-80) legitima esse posicionamento ao afirmar que:

Quando um texto é colocado numa garrafa (...), isto é, quando um texto é produzido não para um único destinatário, mas para uma comunidade de leitores, *o/a autor/a sabe que será interpretado/a não segundo suas intenções, mas de acordo com uma complexa estratégia de interações que também envolve os leitores*, ao lado de sua competência na linguagem enquanto tesouro social (grifo nosso).

Na apropriação, os contextos de significância permitem uma série de desvios de leitura, dependendo menos das circunstâncias de representação, e mais da conjuntura da interpretação; aqui a subjetividade é maior (ECO, [1962] 2016). Interpretação e apropriação de ideias, portanto, são ações vinculadas ao entendimento do mundo daqueles que interpretam e apropriam, ou seja, há infindas maneiras de interpretar e apropriar uma mesma informação/ideia.

Uma cidade comporta várias cidades, havendo, sem dúvida, subjetividade, imaginação criadora e percepção pessoal dos indivíduos que vivem na urbe. Entretanto, apesar de contar com esta “cidade de cada um”, a identidade urbana pressupõe uma percepção mais geral, socialmente sancionada e que é fruto do imaginário coletivo (PESAVENTO, 1995).

Seja como for a cidade construída pelo autor, ela pode ser convenientemente adotada ou maquiada por um político ou gestor, ou comodamente aproveitada para atribuir críticas à gestão e administração urbana. Deve-se demonstrar, portanto, que a cidade descrita é potencialmente falsa para comprovar que a cidade apropriada é intrinsecamente distante daquela sobre a qual um discurso é feito.

A abertura do texto é preenchida a partir dos interesses do leitor e, nesse sentido, “deve-se assumir que é possível se chegar a um acordo, se não acerca dos significados que o texto encoraja, pelo menos acerca daqueles que ele desencoraja” (ECO, 1990, p. 45 apud WIRTH, 2001, tradução nossa). A apropriação dos elementos literários também é fragmentada e se revela de acordo com os interesses e ideologias daquele que interpreta e assimila a obra. No que se propõe a discutir nesta pesquisa, entende-se que ainda mais importante do que a cidade construída pelo autor, é aquela que pode ser adotada ou maquiada por um discurso político ou gestor. Nesse sentido, Auerbach ([1946] 1971, p. 488) orienta que “o método de interpretação de textos deixa à discrição do intérprete um certo campo de ação: pode escolher e colocar os acentos do modo que preferir. Contudo, *aquilo que afirma deve ser encontrável no texto*” (grifo nosso).

A representação da cidade pressupõe o uso de jogos de significação que outorgam sentido à sua concretude. A ideia sobre realidade assimilada pelo autor é traduzida pela linguagem escrita, e passa a ser decodificada pelo interlocutor/ leitor; a mensagem pode ser compreendida (ou não) no final desse processo. As visões de autor e intérprete são, pois, complementares, e não excludentes. Conclui-se desse raciocínio que, mesmo que as apropriações da literatura sejam indevidas – ou, ao menos, questionáveis – para os estudos urbanos, não podem ser consideradas infundadas. A interpretação e apropriação podem revelar elementos sobre o espaço urbano e sua gestão, consolidando a leitura como fonte transmissora na forma de descrever, expor, narrar e pensar a vivência na cidade.

CONCLUSÃO

Reconhece-se na literatura uma das formas possíveis de se observar a realidade, consolidando um amplo campo de debate sobre as subjetividades do espaço urbano. A concepção de uma cidade apresentada em textos literários revelaria, então, multiplicidades da vida urbana que dificilmente podem ser dimensionadas em métodos

técnicos qualitativos e quantitativos convencionais. A análise de obras literárias propõe um universo pouco explorado sobre a realidade do espaço urbano e de sua gestão: o da percepção (OLMOS, 2002); mesmo com fronteiras difusas e áreas de sobreposição, a percepção possível – do autor e do leitor – e a realidade podem ser complementares. As narrativas literárias são, portanto, fontes que sintetizam e tornam tangíveis aspectos culturais e humanizadores do espaço urbano.

Ao analisar essa fonte para fins de estudos e gestão urbana, decodifica-se uma realidade discursiva como percepção abstrata do mundo que, mesmo sem conter verdades absolutas, permite questionar aquilo que é entendido como real. A representação, pois, está pautada pela verossimilhança, que explora a realidade, somando-a aos planos da imaginação e/ou das lembranças. Ingredientes literários potencialmente apresentam personagens e cenários, fatos e conflitos a partir da visão de um autor, e fomentam as possibilidades oferecidas ao leitor para percebê-los.

Uma narrativa literária não se compromete, obrigatoriamente, a representar fidedignamente a realidade, tampouco a ofertar uma imagem acabada dela. A literatura revela, remodela, camufla e/ou suprime diferentes temáticas vinculadas ao urbano, tendo a subjetividade e a intencionalidade como características intrínsecas a esse processo. Bailly (2021, p. 38) estabelece uma metáfora interessante nesse sentido:

Uma cidade é uma língua, um sotaque. (...) A cidade: esta onde moro, onde nasci, aquelas que visitei e revisitei, aquelas que não conheço. Línguas faladas, portanto, e línguas desconhecidas, mas a cada vez, quaisquer que sejam o volume do léxico e a forma da sintaxe, uma língua – com seu caráter próprio, com a singularidade de seus afetos, e com tudo o que faz dela uma língua, um conjunto de signos em reserve na memória de um povo e que cada um articula, anima, locuta, oculta à sua maneira.

Obras literárias podem conter críticas sociais, culturais e políticas, e indicar organizações e atributos do espaço, simbólicos ou não. Essas características permitem que sejam compreendidas, à época de cada publicação, as maiores preocupações urbanas por parte da

população, segundo prioridades de um autor, e as práticas de gestão e planejamento que mais impactaram na vida dos personagens.

Ficam delimitados, assim, três momentos que compõem a relação entre ficção e realidade, entre literatura e cidade: a representação de uma realidade urbana no texto, a interpretação desse conteúdo, e a apropriação da ideia literária no contexto da cidade. Um escritor pode, mesmo que implicitamente, indicar posicionamentos críticos diante da sociedade, de práticas políticas, estratégias administrativas e decisões de planejamento urbano. O leitor-intérprete se dedica a entender e absorver aquilo que lhe interessa dessa representação, mantendo ou descartando, possíveis propósitos do autor. Ao analisar a manutenção ou perda desse intuito discursivo, identifica-se uma capacidade de apreensão direta ou indireta das ideias literárias.

O fato da fonte literária ser considerada complementar aos estudos urbanos, isso não diminui sua importância ou relevância investigativa; apesar de trazer diferentes graus de subjetividade em seu conteúdo, os riscos dessas interpretações não são negados ou minimizados, ao contrário, são valorizados e incorporados no processo de compreensão da complexidade das cidades. Reconhece-se nessa fonte literária as mesmas limitações observadas em fontes técnicas de estudo e gestão da cidade, sujeitas a subjetividades nas suas construções e leituras. Nos campos técnicos, entende-se que essas limitações ocorrem principalmente nos âmbitos ideológicos pessoais e circunstanciais de quem cria, de quem trata e de quem utiliza parâmetros, informações, leis e mapas. Com isso, reforça-se a defesa inicial, já tomada como pressuposto no estudo e gestão da cidade, em relação à interdisciplinaridade, a qual buscaria compreender complexidades urbanas pela conjunção complementar de campos de conhecimento diversos.

É necessário, então, reconhecer os limites da representação literária que podem ser relativizados por um intérprete – especialmente porque essa representação é concebida por meio de críticas, descrições, memórias e metáforas propostas por um escritor. A diversidade ideológica e política nesses discursos de representação e interpretação deve ser considerada a partir da análise sobre a heterogeneidade da

trama textual, sua historicidade e a existência de autor e leitor como sujeitos sociais essenciais no processo de produção literária.

REFERÊNCIAS

- AÍNSA, F. **Reescribir el pasado (Historia y ficción en América Latina)**. Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallego, 2003. p. 190.
- ANDRADE, M. de. (1940). **Vida literária**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.
- AUERBACH, E. (1946). **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- BAILLY, J. C. **A frase urbana: ensaios sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- BARTHES, R. **O grão da voz: entrevistas, 1961- 1980**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 515 p.
- _____. (1984). **O rumor da língua**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- CASTRO, A. C. V. Figurações da cidade: um olhar para a literatura como fonte da história urbana. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material** [online]. 2016, v. 24, n. 3, p. 99-120. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0304>>.
- CANDIDO, A. A revolução de 30 e a cultura. In: _____. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 2000. p. 181-198.
- COIMBRA, J. A. A. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo (org.) **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus, 2000, p. 52-70.
- DOLOWITZ, D.; MARSH, D. **Learning from abroad, the role of policy transfer in contemporary policy making**. London: Governance, v. 13, n. 1, p. 5-24, 2000.
- _____. Who learns what from whom? A Review of the policy transfer literature. **Political Studies**, v. 44, i. 2, p. 343-357, June 1996.
- ECO, U. (1993). **Interpretação e superinterpretação**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. (1990). **Os limites da interpretação**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- _____. (1962). **Obra aberta**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

- FRANCASTEL, P. **Pintura e sociedade**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1997.
- FUKS, J. M. B. **História abstrata do romance**. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo: Programa de Pós-Graduação, 2016.
- GANCHÓ, C. V. Elementos da narrativa. In: _____. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Ática, 2002. p. 9-26.
- GEERTZ, C. (1997). **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Trad.: Vera Mello Joscelyne. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, 366 p.
- GOMES, R. C. A cidade, a literatura e os estudos culturais: do tema ao problema. **Ipotesi: revista de estudos literários**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, 1999, p. 19- 30.
- _____. **Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOWLETT, P.; MORGAN, M. S. (Ed.). **How well do facts travel? The dissemination of reliable knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- JAZAR, M. M. **Curitiba perdida e Buenos Aires ausente: a apropriação da literatura de Dalton Trevisan e Ricardo Piglia por discursos da gestão urbana**. Tese (Doutorado em Gestão Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.
- _____. **Uni e transtemporalidade na transferência de ideias sobre a cidade: um diálogo sobre a gestão urbana e a obra literária de Graciliano Ramos**. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015.
- LACAPRA, D. **Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language**. Ithaca: Cornell University Press, 1983, p. 23-71.
- LEME, M. C. S. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965. In: _____. (org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAUUSP/FUPAM, p. 20-39, 1999.
- LLOSA, M. V. Em defesa do romance. **Revista Piauí**. Questões literárias. ed. 37, out. 2009.
- _____. **La verdad de las mentiras**. Buenos Aires: Alfaguara, 2002.
- MONTAIGNE, M. de. (1595). **Ensaaios**. São Paulo: Abril Cultural, 2. Ed. 1987.

- OLMOS, A. C. **Literatura e Cidade**. Aula ministrada. Escola da Cidade. São Paulo, 30 abril. 2013.
- _____. Apropiaciones críticas: Williams y Hoggart en Punto de Vista. In: **Congresso Brasileiro De Hispanistas**, 2, 2002, São Paulo.
- PESAVENTO, S. J. **História & literatura: uma velha-nova história**. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Debates, 2006.
- _____. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999.
- _____. Relação entre História e Literatura e Representação das Identidades Urbanas no Brasil (século XIX e XX). **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 4, dezembro de 1995.
- RIBEIRO, L. F. Literatura e história: uma relação muito suspeita. In: _____. **Geometrias do Imaginário**. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 2000.
- ROTH, P. R. (1988). **Os fatos: a autobiografia de um romancista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 9-16.
- SANTOS, G. T. **O leitor-modelo de Umberto Eco e o debate sobre os limites da interpretação**. **Kalíope**, São Paulo, ano 3, n. 2, 2007, p. 94-111.
- SCAZZIERI, R.; SIMILI, R. Preface and Acknowledgments. In: _____. (eds.). **The Migration Of Ideas**. Science History Publications/ USA: Watson Publishing International, 2008, p. vii – ix.
- TAVALORI, B. Espaços legíveis. **Quatro cinco um – a revista dos livros** [on line]. 30mai2021. Disponível em: <https://www.quatrocincoum.com.br/br/colunas/as-cidades-e-as-coisas/espacos-legiveis>
- ULTRAMARI, C.; DUARTE, F. Editorial: seção especial. urbe, **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Curitiba, v. 4, n. 2, p. 171-173, dez 2012.
- ULTRAMARI, C.; JAZAR, M. M. O direito à cidade em dois cenários literários brasileiros: Quarto de Despejo e Becos da Memória. **Revista de Direito da Cidade**, v. 13, p. 1126-1144, 2021a.
- _____. Curitiba anos 1950-1990: representação literária e apropriações da gestão pública. In: **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – SHCU**, 16, Salvador, 2021b.
- WATT, I. (1957). O realismo e a forma romance. In: _____. **A ascensão**

- do romance:** estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 11-33.
- WHITE, H. **Trópicos do discurso:** ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.
- WIRTH, U. **Abductive inference and literary theory:** pragmatism, hermeneutics and semiotics. Digital Peirce Encyclopedia. 2001.
- WOOD, J. (2008). **Como funciona a ficção.** São Paulo: Cosac Naify, 2011.

AUTORAS E AUTORES

Adriana Fernandes é antropóloga, com doutorado pelo PPCIS-UERJ, pesquisadora do Distúrbio (UERJ), autora de *Escuta Ocupação – uma etnografia*, Ed. Alameda, 2020. Atualmente leciona na Especialização *Latu-Sensu* em Sociologia Urbana (UERJ) e faz pós-doutorado com mães e familiares que perderam parentes mortos pelo Estado e os efeitos políticos do adoecimento nas formas de recompor a vida.

Dila Reis Mendes é arquiteta e urbanista graduada pela UFBA e mestra em Cultura e Sociedade pelo IHAC-UFBA. Dila mergulha também nos campos da antropologia e da fotografia e se debruça sobre os estudos das cidades, das águas e da memória sertaneja. É idealizadora da exposição virtual “Coleção de Memórias de Canudos”, contemplada pelo Prêmio Fundação Pedro Calmon do Programa Lei Aldir Blanc Bahia.

Fabiana Oliveira Palmeira é graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). Desenvolve atualmente sua segunda pesquisa de iniciação científica, intitulada “Casas e quintais negros em Araraquara” sob orientação da Profa. Dra. Joana D’Arc de Oliveira e fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Gabriela Alves Carvalho é graduada em Ciências Sociais pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. É pesquisadora do VISURB (Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas) e do CMUrb (Centro de Memória Urbana). Tem experiência nas áreas de Antropologia Visual e Antropologia Urbana.

Joana Barros é professora da Universidade Federal de São Paulo; compõe a coordenação do Centro de Memória Urbana (CMUrb/Unifesp); mestre e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo; pesquisadora do Laboratório de Narrativas Urbanas (LaNaUrb/Unifesp) e do Distúrbio (UERJ/UFRRJ).

Joana D’Arc de Oliveira é pós-doutoranda e bolsista no Projeto Memórias Negras coordenado pela Profa. Dra. Eulalia Portela Negrelos no IAU-USP (Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo). Socióloga pela Unesp, mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU-USP.

Lívia Morais Garcia Lima é doutora em Educação pela Universidade

Estadual de Campinas (UNICAMP) e graduada em Turismo pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). É pesquisadora colaboradora do Centro de Memória Unicamp (CMU), do Centro de Memória Urbana da Unifesp (CMUrb) e realiza estágio pós-doutoral no Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo, com bolsa Fapesp.

Manoela Massuchetto Jazar é arquiteta e urbanista, mestre e doutora em Gestão Urbana pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Suas principais áreas de interesse são circulações de ideias sobre as cidades, história da cidade, história cultural urbana, relações entre cidade e literatura.

Matan Ankava é doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP), com mestrado na mesma área pela Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-Unifesp), concluído em 2020. Tem como principais campos de pesquisa a História do Rádio e das Comunicações, focando nas interfaces que estabelece com as áreas de História Urbana e Relações Internacionais.

Raphael Rajão Ribeiro é doutor em História, Política e Bens Culturais pela Escola de Ciências Sociais FGV CPDOC e mestre e graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atua como Técnico Nível Superior – Patrimônio Cultural no Museu Histórico Abílio Barreto/Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

Sofia Chiavacci é graduanda em Licenciatura em Arte-Teatro pelo Instituto de Artes da UNESP, tendo elaborado uma pesquisa de Iniciação Científica com bolsa (PIBIC) no período de 2020 e 2021 sobre o sambista Geraldo Filme e o Samba Paulista. É pesquisadora do Grupo Terreiro de Investigações Cênicas: Teatro, Brincadeiras, Rituais e Vadiagens, e professora.

Diante de megalópoles com desigualdades crescentes, por que narrar as histórias de seus moradores ainda importa? “Quem conta um conto aumenta um ponto” – diz o dito popular. Contar as histórias do cotidiano a partir de um seminário online na pandemia funcionou, inesperadamente, como um remédio: por alguns dias e depois, quando organizamos o livro, revivemos como o rádio foi constitutivo do urbano, os sambas, as vidas pretas e sua cultura, o futebol de várzea, as inscrições de ontem nos habitantes das ruas, os rios e alagadiços aterrados e que insistem em retornar, por fim, o sertão que esteve no centro da construção da nação e o que revela hoje. As cidades, a despeito da crise do esvaziamento da esfera pública, mostram que cada ponto aumentado é a vida em seu correr incessante, por onde caminham as lutas travadas para vivê-las, ocupá-las e não ser morto. Esse conjunto – as cidades, os pontos aumentados nas narrativas, a vida, as lutas que não param de acontecer – formam o alimento das utopias. Isso não nos parece banal.



ISBN: 978-65-87312-63-7

